

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Termos de cores
(verde & vermelho)**

ABDELKARIM DIANE

Tese orientada pela Prof.^a Doutora ESPERANÇA CARDEIRA e,
coorientada pela Prof.^a Doutora Alina Villalva, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Linguística

2019

Dedicatória

*Para os meus pais Mohammed e Lalla-Hadda,
que me mostraram desde cedo o lado colorido
da vida.*

Agradecimentos

Antes de mais, gostaria de dirigir a minha sincera gratidão a todas aquelas pessoas que me apoiaram, de forma direta ou indireta, na elaboração deste trabalho.

Em primeiro lugar, expresso os meus sinceros agradecimentos aos dois pilares de sustentação deste trabalho, Esperança. C. e Alina. V. À Professora Dra. Esperança Cardeira, minha orientadora, pela paciência, pela dedicação, pelo apoio constante e pelas valiosas sugestões e constantes conselhos que me ajudaram muito e me encorajaram a concluir esta dissertação. À Professora Dra. Alina Villalva, minha coorientadora, por acreditar neste trabalho desde o início. Agradeço pelo apoio, pelas críticas sempre muito bem-vindas, pelas discussões produtivas e valiosas sugestões.

Igualmente, deixo os meus sinceros agradecimentos ao Instituto Camões, pelo seu apoio financeiro e institucional, ao CAPLE, por me dar a oportunidade de aperfeiçoar o meu amadurecimento profissional e social num ambiente de trabalho, permitindo-me desenvolver capacidades e obter conhecimentos, bem como contribuir para a minha formação académica e profissional.

E com especial carinho, expresso o meu agradecimento mais sincero, profundo e eterno para a Professora Dra. Maria Antónia Mota, responsável pelo Protocolo entre a Universidade de Lisboa, a Universidade Mohammed V em Rabat e o Instituto Camões, pelo apoio pessoal e académico concedido ao longo destes anos do mestrado, pelos conselhos constantes e pelo seu esforço contínuo em manter a ligação deste fio e intercâmbio cultural Portugal e Marrocos. Gostaria de agradecer, igualmente, ao Professor José Bettencourt, ex-leitor em Rabat do referido instituto, pela simpatia, pelo apoio, pelos conselhos e por tudo o que fez para mim e para os meus colegas.

Agradeço aos meus pais pela força, pelo carinho e por todo o amor que me deram ao longo dos anos. Aos meus irmãos e irmãs, aos meus primos, aos amigos que sempre estiveram ao meu lado.

Aproveito, igualmente, a ocasião para agradecer aos professores do Mestrado em Linguística, também, a todos os professores do Departamento de Estudos Portugueses de Rabat.

Finalmente, a minha gratidão vai ser dirigida aos membros do júri por terem aceite avaliar o meu modesto trabalho,

Muito obrigado a todos.

Abdelkarim Diane

Índice

I- Introdução	8
II- Revisão da literatura	14
1- Nomeação dos conceitos de cores	14
2- Categorização das cores	17
2-1 Modelos da categorização	18
2-2 Classificação das cores	26
3- Léxico cromático: entre o universalismo e o relativismo	29
4- A delimitação do campo lexical da cor	31
5- O <i>corpus</i>	33
III- Nomeação da cor no Português	37
1- Definição do nome cor	40
2- Definição lexicográfica de alguns nomes de cores	41
3- Levantamento histórico de alguns nomes de cores	44
IV- O caso do vermelho	50
1- Vermelho: marcos teóricos e culturais	50
2- O conceito de «vermelho» em latim e em português	52
3- Análise diacrónica e síncronica de «vermelho»	53
4- Alguns dados do castelhano	65
V- O caso do verde	68
1- Marcos históricos e simbólicos da cor verde	68
2- O conceito de «verde» em latim e em português	69
3- Análise diacrónica e síncronica de «verde»	71
4- Alguns dados do castelhano	80
VI- Conclusão	83
VII- Bibliografia	86
VIII- Anexo	93

Lista de abreviaturas

- N: nome
- Adj: Adjetivo
- CdP: Corpus do Português
- CNS: Condições Necessárias e Suficientes
- SEU: Corpus (Survey of English Usage)
- LLC: London-Lund Corpus
- LOB: Brown Corpus
- NERC: Network of European Reference Corpus
- CRPC: *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo
- CLP: *Corpus* Lexicográfico do Português
- DLPC: Dicionário da língua portuguesa contemporânea
- DPLP: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa

Resumo

A evolução do léxico cromático depende, em grande parte, do uso de substâncias colorantes: é por isso que a partir do século XVI, juntamente com o desenvolvimento da impressão, o número das denominações cromáticas cresce enormemente. Igualmente, a indústria contemporânea, com a sua imensidão de cores e novas nuances, leva o Homem à criação de novos nomes de cores. Dentro dessa perspectiva, este estudo tem como objetivo investigar a evolução dos termos que designam cores, nomeadamente o vermelho e o verde com base em *corpora*. Em primeiro lugar, pretendemos juntar informações de diversas fontes, abordando a sua história e interpretação em diferentes culturas e, em segundo lugar, estudamos a sua evolução desde o português antigo até ao contemporâneo, analisando e comparando as ocorrências dos respetivos termos, a fim de averiguar a contribuição das cores para a ampliação lexical e descobrir como é que são nomeados e definidos e qual é o processo que mais ocorre e contribui para a criação de novas formas ao longo dos séculos em curso. Conjuntamente, com este trabalho, pretendemos contribuir para o desenvolvimento de investigação no domínio relativo às cores, como também, queremos que este trabalho seja uma possibilidade de pesquisa ou ponto de partida para quem tem interesse neste assunto.

Palavras-chave: nomes de cor, cromático, ocorrência, vermelho, verde, relativismo, universalismo.

Résumé

L'évolution du lexique chromatique dépend, dans une large mesure, de l'utilisation de substances colorantes: c'est pour ça que, à partir du XVIe siècle, parallèlement au développement de l'impression, le nombre de dénominations chromatiques a énormément augmenté. De même, l'industrie contemporaine, avec son immensité de couleurs et ses nouvelles nuances, conduit l'homme à la création des nouveaux noms de couleurs. Dans cette perspective, cette étude vise à étudier l'évolution des termes qui désignent les couleurs, particulièrement le rouge et le vert, basés sur le *corpus*. Premièrement, nous souhaitons recueillir des informations auprès de sources variées, en abordant son histoire et son interprétation dans différentes cultures. Deuxièmement, nous étudions son évolution du portugais ancien au contemporain, en analysant et en comparant les occurrences de ces termes, afin de déterminer la contribution des couleurs à l'agrandissement lexical et de découvrir comment ils sont nommés et définis et, quel est le processus le plus fréquent qui contribue à la création de nouvelles formes au fil des siècles. Ensemble, avec ce travail, nous entendons contribuer au développement de la recherche dans le domaine de la couleur, mais nous souhaitons également que ce travail soit une possibilité de recherche ou un point de départ pour ceux qui s'intéressent à ce sujet.

Mots-clés: noms de couleur, chromatique, occurrences, rouge, vert, relativisme, universalisme

I- Introdução

A cor faz parte do mundo em que vivemos e esteve presente desde o começo da história do Homem. A experiência do mundo, desde as épocas mais remotas, levou o Homem a registar linguisticamente a sua perceção das cores, atribuindo-lhes denominações específicas em cada idioma. Pensemos, por exemplo, no papel das cores na sinalização de trânsito, na caracterização de equipas desportivas, na elucidação de visões políticas em bandeiras e símbolos partidários, e em tantas outras esferas da realidade vivenciada pelo Homem.

Graças à sua grande importância e marcante presença no decorrer da história da Humanidade, o fenómeno cromático tem sido alvo de inúmeras indagações científicas, o que o levou a ser estudado sob os mais diversos enfoques teóricos, por exemplo Wittgenstein (1977), Goethe (1993), Newton (1979), Pastoureau (1997) e Guimarães (2000), o que faz do fenómeno cromático um objeto de estudo de natureza interdisciplinar. Para a maioria dos filósofos e dos antropólogos, o que é registado não é cor, mas luz. A cor é um produto cultural; não existe se não for percebida, isto é, se não for apenas vista com os olhos, mas também decodificada com o cérebro, a memória, os conhecimentos e a imaginação. Uma cor que não é olhada é uma cor que não existe. Segundo o que Pastoureau (1997: 66) afirma: «um vestido vermelho deixa de ser vermelho quando ninguém olha para ele».

Com efeito, a produção das cores sofreu significativas alterações, quer no que diz respeito aos pigmentos, às substâncias e aos instrumentos utilizados quer em relação aos próprios processos de fabrico. Simultaneamente, os termos que designam cores também sofreram modificações: se alguns se conservaram, também se introduziram novas designações e outras mudaram. O resultado dessas mudanças aos olhos de um observador atual, é que muitas das antigas designações se tornaram completamente opacas¹.

Os etnolinguistas Berlin e Kay distinguiram-se pelo estudo que fizeram dos termos de cor em 68 línguas (estudo publicado pela primeira vez em 1969), fornecendo-nos uma bibliografia bastante extensa nessa área.

¹ Cardeira. E, *et al.* (2016: 1).

Ao manifestarem-se contra a linguística «relativista» dominante, que defendia que as línguas organizam a realidade de diferentes maneiras, sendo o léxico de cada uma delas estruturado arbitrariamente em relação às outras, esses autores apontam para universais no domínio dos termos de cor, precisamente um dos campos apresentados como exemplo de arbitrariedade de organização pelos linguistas apelidados de «relativistas». Berlin e Kay (1991) citam vários destes autores, sendo um deles Gleason² (1978: 4), que relativamente ao espectro de um prisma, afirma que:

«Há uma gradação contínua de cores de uma extremidade à outra. Ou seja, em qualquer ponto há apenas uma pequena diferença nas cores imediatamente adjacentes em ambos os lados. Contudo, um americano, ao descrevê-lo, enumera matizes como *red, orange, yellow, blue, purple*, ou algo deste tipo. A gradação contínua de cor que existe na natureza é representada, na linguagem, por uma série de categorias distintas. Este é um exemplo de estruturação do conteúdo. Nada há de inerente, quer ao espectro quer à sua percepção humana, que exija a sua divisão desta forma. O método específico de divisão faz parte da estrutura do inglês»³ (Tradução nossa)

Pastoreau (1997: 66), por sua vez, afirma que a cor é qualquer coisa de indefinível. O que se pode tentar definir, pelo contrário, é o «fenómeno da cor», isto é, as condições e o ato de percepção que nos fazem compreender que a cor existe.

Efetivamente, no estado atual dos nossos conhecimentos, é consensual pensar que, para que este fenómeno da cor seja possível, é preciso dispor de três elementos: uma fonte de energia luminosa, um objeto modulador sobre o qual incida essa energia (no limite, este pode ser o ar) e um órgão recetor, isto é, o Homem (ou o animal), equipado com esse aparelho complexo – simultaneamente biológico e cultural –, constituído pelo par olho-cérebro. Se um destes três elementos falha, não pode existir o fenómeno da cor.

As opiniões começam a divergir quando o Homem, enquanto recetor, se faz substituir por um aparelho registador. Para muitos físicos e químicos, aquilo que fica registado continua a ser cor.

² *Apud* Anabela. M. C. (1994: 74).

³ [There is a continuous gradation of color from one end to the other. That is, at any point there is only a small difference in the colors immediately adjacent at either side. Yet an American describing it will list the hues as *red, orange, yellow, blue, purple*, or something of the kind. The continuous gradation of color which exists in nature is represented in language by a series of discrete categories. This is an instance of structuring the content. There is nothing inherent, either in the spectrum or to its human perception of it which would compel its division in this way. The specific method of division is part of the structure of English]

Historicamente falando, tentar escrever a história das cores é uma tarefa difícil, quase impossível (Pastoureau, 1997: 97-99). É preciso, primeiramente, tentar limitar e reconstruir aquilo que foi o universo da cor para esta ou aquela sociedade do passado, tomando em linha de conta todos os componentes desse universo. Depois, diacronicamente, limitando uma dada área cultural, estudar as mutações, os desaparecimentos, as inovações que afetam todos os domínios da cor historicamente observáveis: o léxico, a química dos pigmentos, a tinturaria ligada aos tecidos, os códigos sociais (vestuário, marcas, sinais, emblemas), as moralizações religiosas, as especulações dos cientistas, as preocupações dos artistas.

Nesta perspectiva, fazer malabarismos com o espaço, com áreas culturais e civilizações que durante séculos não tiveram contactos entre si, é um exercício que não tem grande sentido. Aí, a cor recobre diferentes realidades. Mesmo que o comparatismo permita pôr em evidência certas semelhanças, certos "arquétipos" supostos, o oceano das diferenças é tal que estas gotas de semelhanças se diluem nele:

«Pretender escrever uma história universal das cores que englobasse, desde as origens até ao século XX, tanto as cores ocidentais como as cores ameríndias, africanas, asiáticas ou da Oceânia, parece-me, portanto, materialmente irrealizável e, sobretudo, cientificamente inútil. Pelo contrário, parece legítima a concentração sobre cada civilização e o estudo, nessa civilização, da problemática das cores na longa duração» (Pastoureau, 1997:98).

Nos últimos anos, as cores, as denominações de parentesco ou as figuras geométricas têm sido assunto frequente de investigações linguísticas. Ao ser parte do léxico de todos ou quase todos os idiomas, constituem um bom ponto de partida para estudar não só as possíveis divergências entre as línguas, senão também os universais linguísticos comuns a todos os falantes.

Cada língua praticamente elaborou o seu próprio catálogo de nomes de cor e esse elenco tem, em cada língua, uma história singular. Por isso, tal como em qualquer outro plano de análise linguística, estudar o léxico que designa as cores implica observar a variação entre formas e seleção de algumas em detrimento de outras. Neste contexto, o nosso objetivo neste trabalho são os termos que designam duas cores em português, tentando estudar a sua evolução desde o português antigo até ao contemporâneo, analisar e comparar as ocorrências dos termos *vermelho* e *verde* nos seguintes dicionários e corpora: *Corpus Lexicográfico do Português*; *Teatro de Autores Portugueses do século*

XVI; *Dicionário de dicionários do galego medieval*; *Corpus lexicográfico medieval da língua galega*; *Corpus do Português*; *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]*; *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, e *Dicionário António Morais Silva*, sem esquecer, também, a consulta dos dicionários etimológicos.

Como foi mencionado antes, o tema desta dissertação são os nomes das cores na história da língua portuguesa, e vimos que é necessário definir a extensão deste grupo lexical através da língua. Assim, neste trabalho, a tarefa vai constar de dois processos: como Eugénio Coseriu anuncia na sua conhecidíssima frase: «A língua funciona sincronicamente e constitui-se diacronicamente». Isto quer dizer que temos de delimitar o campo semântico das duas cores que funcionaram historicamente no português – parte sincrónica da investigação –, enquanto todas as observações e comparações de mudanças, embora não sejam o centro deste estudo, vão aportar-nos a dimensão diacrónica.

Como o nosso trabalho abrange os séculos em que evoluíram os termos de cores, nomeadamente o estágio da constituição da língua portuguesa e a sua plena autonomia do latim – a língua original – parece-nos adequado basear-se na delimitação de cores aplicadas em latim, como ponto de partida para essa investigação. Neste contexto, André (1949), na obra *Étude sur les termes de couleur dans la langue latine*, enumera os termos de cores da seguinte forma: *o branco / o preto / o cinzento / o vermelho / o castanho / o amarelo / o azul / o verde / o roxo*.

Com efeito, a razão pela qual escolhemos as duas cores (vermelho e verde) é por serem duas cores significativas e comuns nas bandeiras de Marrocos e de Portugal. Simbolicamente, a cor vermelha, do fundo da bandeira marroquina, representa os descendentes do profeta Mohammed, e simboliza também a bravura e a coragem do povo marroquino, enquanto o verde da estrela simboliza o islamismo, a sabedoria, a paz e a esperança. No que diz respeito à bandeira de Portugal, o vermelho predominante representa a conquista, a virilidade, a coragem e o sangue dos portugueses que caíram em combate, dos que morreram servindo a nação, e o verde simboliza as florestas do território português, tal como a esperança dos portugueses.

A escolha das fontes foi condicionada por 2 fatores principais:

- 1) Acesso aos dados;

- 2) O conteúdo. Algumas que, apesar de estarem ao nosso alcance, são, por vezes, excluídas porque contêm escassas referências cromáticas.

A parte dedicada a cada cor atende à definição de campo lexical. Também, aparecem formas derivadas do nome de cor (vermelho ou verde), documentadas nos *corpora* investigados, das quais extraímos as mais frequentes.

O segundo capítulo da nossa dissertação é uma revisão da literatura. Foi necessário fazer um planeamento procurando informações e recursos que corroborassem a ideia da nomeação e categorização das cores. Deste modo, foram contemplados os seguintes tópicos: nomeação dos conceitos de cores, categorização das cores, modelos da categorização, classificação das cores, léxico cromático entre o universalismo e o relativismo, delimitação do campo lexical da cor, e, por fim, uma apresentação do *corpus*, sobre o qual nos baseámos para realizar este trabalho.

Cada parte está estruturada da seguinte forma:

- A informação sobre a cor, o seu *status* na língua, o seu possível protótipo e respetivas definições.
- A presença do adjetivo da cor em latim, o étimo deste e as formas medievais dos nomes de cor analisados.
- A análise detalhada do campo lexical da cor investigada nos *corpora*.

No terceiro capítulo, abordaremos a questão da nomeação das cores em português. Começaremos por definir a palavra *cor*, depois apresentaremos algumas definições lexicográficas de alguns nomes de cores, e, por fim, faremos uma descrição de alguns nomes de cores, extraídos de *corpora*.

O quarto capítulo aborda o caso do vermelho. Nesta parte, constam informações sobre os marcos históricos e culturais e também será referido o conceito de «vermelho» em latim e em português. Neste contexto, será apresentada uma análise diacrónica e síncrona do vermelho, e, por fim, levantaremos alguns dados relativos ao vermelho no castelhano.

No quinto capítulo, será apresentado o caso do verde, seguindo, na sua abordagem, a mesma estrutura do vermelho, e serão contemplados os seguintes tópicos: marcos históricos e simbólicos da cor verde, o conceito de verde em latim e em português, uma

análise diacrónica e sincrónica do verde, e, por fim, será feito um levantamento de alguns dados do castelhano.

Por fim, o último capítulo é destinado às conclusões e considerações finais.

II- Revisão da literatura sobre os nomes de cores

1. Nomeação dos conceitos de cores

Segundo Mokhtar (1997: 19)⁴, a nomeação das cores é uma etapa que se segue à distinção e ao reconhecimento das cores. É plausível que o Homem tenha reparado nas diferenças que existem entre as cores, ligando algumas delas à sua observação da natureza: distinguiu a cor das plantas quando são verdes e quando são amarelas, distinguiu a cor do céu da cor da areia, a cor da água da cor do sangue e reparou na cor do sol ao entardecer.

A diversificação das cores de plantas e flores chamou a atenção do Homem, mas este talvez tenha identificado a cor como um conceito independente só depois de a ter usado na decoração ou para fins religiosos, porque lhe atribuir um nome implica reconhecê-la como uma identidade independente. Para os povos primitivos, muitas palavras de cores são obtidas das coisas que estão ao seu redor. Por exemplo, no sânscrito antigo, a palavra *rudhira* significa «sangue», sendo que a primeira parte da palavra fonte (*rud*) subsiste no grego e no latim com o significado de «vermelho».

As opiniões dos cientistas sobre os primórdios da nomenclatura e da evolução dos nomes de cores, bem como sobre a divisão do grupo cromático para os povos diferem bastante: uns defendem a aleatoriedade absoluta enquanto outros defendem a existência de algum tipo de lógica, ou seja, a existência de uma sequência histórica ou cronologia geral sobre as cores. Assim, resumimos essas posições do seguinte modo:

Na perspectiva de Mokhtar (1997), a primeira posição entende que as línguas dividem o grupo cromático aleatoriamente. Por conseguinte, pode ser concebido que, para os defensores deste ponto de vista, algumas línguas têm um único termo para designar, por exemplo, duas cores. Contudo, os estudos atuais sobre as cores não demonstraram a existência de tal termo em qualquer língua do mundo. Assim, a diversidade de nomes de cores não depende da diversidade de cores, é apenas resultado de mudanças linguísticas.

Na segunda posição, Mokhtar (1997: 66) sujeita a existência ou não existência do termo à importância funcional da cor e à necessidade de utilizá-la. Isto é dependente, por um lado, do tipo de ambiente e recursos naturais⁵ e, por outro lado, do fator cultural e do

⁴ Mokhtar, A. O. (1982/1997). *اللغة و اللون (A língua e a cor)*. Cairo. Edição original em árabe: tradução nossa.

⁵ Berlin e Kay (1969: 149).

progresso civilizacional⁶. A título de exemplo, o ambiente do deserto faz com que os seus habitantes prestem atenção à cor amarela antes do verde, enquanto o ambiente agrícola faz com que os seus habitantes prestem atenção à cor verde antes da amarela. É ainda possível fazer referência às línguas (faladas em comunidades desenvolvidas em todos os setores) que têm um glossário cromático mais avançado do que as línguas faladas por comunidades com desenvolvimento limitado. Ou seja, o número dos nomes para as cores é compatível com o grau do progresso tecnológico e cultural.

Contudo, a terceira posição, atualmente predominante, defende que a nomeação e a classificação das cores são baseadas na percepção e na fisiologia da visão das cores⁷ por parte do ser humano. Efetivamente, os defensores deste ponto de vista imaginam as cores como se fossem uma faixa gradual, que começa por cores de ondas altas e diminui gradualmente até chegar às cores de ondas baixas (o azul). Além disso, presumem que a tonalidade passa por pontos que são difíceis de distinguir pelo olho, as chamadas «cores transitórias», transcendendo-as⁸, e por outros pontos relevantes que facilitam ao olho a sua distinção e nomeação. As cores mais marcantes⁹ – juntamente com o preto, que se considera como uma ausência de cor, e com o branco, como uma combinação de cores – são o vermelho, o amarelo, o verde e o azul. Depois disso, quando a visão se aguça, podem distinguir-se outros graus da cor, localizados em posições médias ou extremas. Sob este ponto de vista, encontramos múltiplas perspetivas, das quais apresentamos as mais importantes segundo a sequência histórica. A saber:

Geiger (1867, citado em Mokhtar 1997: 22) foi o primeiro a afirmar que há uma sequência universal na aquisição dos termos básicos para as cores. Em 1867, começou uma conferência com a seguinte pergunta: os órgãos do corpo humano, desde as épocas mais remotas, funcionaram do mesmo modo do que agora ou eram incapazes de desempenhar algumas das atuais funções?

⁶ *Ibid.*: (16); McNeill. N. B. (1972: 21-22); Gastchet. A. S. (1879: 478); Gleason. (1969: 4); Zollinger. H. (1976: 276); Lehrer. A. (1974: 152); Callaghan. C. A. (1979: 1).

⁷ Rosch, R. E. (1973: 112).

⁸ Os falantes de diferentes línguas diferem ao desenhar as fronteiras destas cores. Inclusivamente, os falantes da mesma língua discordam entre si e também o falante difere de si mesmo quando é testado em diferentes momentos (*Semantic Fields and Lexical Structure*. A. Lehrer. North-Holland. 1974: 153). Um bom exemplo destas cores transitórias: laranja, verde-azulado e violeta (*Colour and Colour Terminology*, N. B. McNeill. 1972: 21).

⁹ Às vezes, podem ser chamadas «cores» ou «pontos focais» (*focal colours*): a cor focal é conhecida como o melhor modelo para representar a cor.

Depois de ter feito um estudo filológico das literaturas grega, persa e indiana antigas, concluiu que «o reconhecimento da cor pelo ser humano nem sempre foi tão preciso como é agora» (citado por Mokhtar, 1997: 22)¹⁰. Além disso, concluiu que o Homem se tornou consciente das cores pela mesma ordem em que aparecem na faixa do espectro, começando pelas cores com ondas longitudinais, o que quer dizer que a sensação da cor amarela nasceu antes do verde. Geiger (citado por Mokhtar, 1997: 47) observou que o reconhecimento das cores neutras surgiu mais cedo, notando, também, que a língua não reconhece a ideia que afirma que o preto não é uma cor, e, considerou-o uma das cores opostas ao vermelho antigamente. Neste contexto, Geiger supôs pelo menos seis períodos para o desenvolvimento dos termos para as cores:

- A- Na primeira fase, o Homem distinguia apenas uma cor, que é o vermelho integrado no preto.
- B- Na segunda fase, o Homem conseguia distinguir o preto do vermelho. Esta etapa representa o primeiro passo na distinção das cores.
- C- Na terceira fase, destaca-se o amarelo.

O homem instaurou o seu conhecimento das três cores através das suas sensações: da noite, da madrugada e do sol. Conforme afirma Geiger, o amarelo, naquela fase, incluía outras cores, tais como: o verde, o vermelho e o branco.

- D- Na quarta fase, apareceu o branco.
- E- Na quinta fase, surgiu o verde.
- F- Na sexta e última fase, apareceu o azul.

Mais tarde, Grant Allen (em Mokhtar, 1997: 49), o grande adversário de Geiger, defendeu que a escassez dos termos de cores nas línguas primitivas não tinha nada que ver com o desenvolvimento das capacidades da percepção.

Antes de 1880, a comunidade científica estava consciente de dois factos principais: 1) as línguas europeias, nas suas etapas anteriores, e as línguas das tribos primitivas continham menos nomes de cores básicas do que as línguas modernas; 2) havia pouca concordância em relação à alegada ordem de aparecimento dos sucessivos nomes de cores.

¹⁰ Tradução nossa.

Em 1877, de acordo com Mokhtar (1997: 22), Hugo Magnus, professor de Oftalmologia da Universidade de Breslávia, observou, no seu trabalho *Entwicklung des Farbensienes*, que as capacidades percetivas e o processo da nomeação podem variar independentemente.

Adicionalmente, o seu estudo – baseado em duas línguas europeias, quinze norte-americanas, uma sul-americana, vinte e cinco africanas, quinze asiáticas e três australianas – demonstrou que a capacidade de perceber novas cores é menos desenvolvida no caso das tribos primitivas.

2- Categorização das cores

Apesar de o foco deste trabalho ser um estudo ligado aos termos de cores, optámos por apresentar primeiro algumas definições e modelos da categorização. A categorização é uma das atividades mais básicas do ser humano e tem sido alvo de interesse de estudiosos desde tempos remotos, encontrando as suas bases teóricas iniciais na filosofia grega¹¹.

A categorização é o elemento mais básico em ações do ser humano, tais como pensar, perceber, agir e comunicar. Segundo Lakoff (1987: 5-6), categorizamos (não apenas classificamos) um objeto como «um tipo de» alguma coisa, mas também quando escutamos uma ação, ou proferimos ou entendemos um enunciado (ao empregarmos categorias como categorias de sons, de palavras, de frases, etc., bem como categorias conceituais). Desse modo, estamos, continuamente, a categorizar a realidade que nos cerca, com o objetivo de organizar e entender o mundo:

«[...] Categorização não é um processo que deve ser estudado superficialmente. Não há nada mais básico do que a categorização para o nosso pensamento, perceção, ação e discurso. Cada vez que nós vemos algo como “um tipo” de coisa, por exemplo, uma árvore, nós estamos categorizando.» (Lakoff, 1987: 5)

¹¹ Brangel (2011: 108) refere que os primeiros estudos que abordaram o fenómeno da categorização remetem à filosofia grega, especificamente às hipóteses de Aristóteles. A categorização permaneceu durante muito tempo inquestionável em relação às suas premissas essenciais, sugeridas pela filosofia aristotélica, que foram aceites de modo a serem as únicas explicações possíveis para o fenómeno. Em concordância com Lakoff (1987:6) esta teoria clássica nunca foi alvo de debate e não é resultado de um estudo empírico, mas sim de uma posição filosófica que se estabeleceu baseada exclusivamente em especulações.

Segundo Lakoff (1987: 6), o Homem não pode desempenhar as suas funções, tanto no mundo físico como no âmbito social e intelectual, sem a habilidade de categorizar. Deste modo, um estudo sobre como ocorre o processo da categorização é importante uma vez que:

«Um entendimento de como categorizamos é fundamental para qualquer entendimento sobre como pensamos e funcionamos, e, dessa forma, fundamental para um entendimento do que nos faz humanos.»¹² (Lakoff, 1987: 6)

Para abordar o fenómeno da categorização, optámos por expor, nesta secção, duas propostas que se dispõem a explicá-lo: a visão clássica, conhecida como «Modelo de Condições Necessárias e Suficientes», e a visão defendida pela Semântica Cognitiva, conhecida como «Teoria Prototípica».

2-1 Modelos da categorização

O modelo clássico, ou seja, o modelo de condições necessárias e suficientes remete ao pensamento aristotélico de que a categorização acontece conforme a base de propriedades comuns (Kleiber, 1990: 21). Este modelo de categorização remete à ideia de que os componentes de determinada categoria partilham entre si características específicas (também denominadas «traços») que permitem e explicam o facto de estes membros estarem posicionados numa mesma categoria. Croft e Cruse (2004: 76) explicam que:

«[...] os traços (propriedades ou características) são necessários no sentido de que uma entidade que não possua todos estes traços não pertencerá à categoria, e são suficientes no sentido de que o facto de uma entidade possuir todos estes traços lhe garante a pertença à categoria»¹³, citado por Brangel (2011: 109).

Consequentemente, as categorias podem ser exemplificadas da seguinte forma: uma vez que a pertença ou não-pertença de um membro a uma categoria acontece em função da presença de traços (necessários e suficientes), poderíamos dizer que a categoria

¹² [An understanding of how we categorize is central to any understanding of how we think and how we function, and therefore central to an understanding of what makes us human.]

¹³ [The features are necessary in that no entity that does not possess the full set is a member of the category, and they are sufficient in that possession of all the features guarantees membership.]

MENINO¹⁴ seria definida pelos traços [+HUMANO] [+MASCULINO] [-ADULTO], ao passo que a categoria HOMEM diferenciaria-se por apresentar os traços [+HUMANO] [+MASCULINO] [+ADULTO]. Aliás, note-se que se trata de traços binários, ou seja, traços pertencentes ou não a determinado membro, o que é capaz de posicioná-lo, de maneira rígida, dentro ou fora da categoria. É neste contexto que Kleiber (1990: 22) postula que, segundo o modelo CNS (Condições Necessárias e Suficientes), a pertença de uma entidade a uma categoria responde ao sistema de verdadeiro ou falso (no exemplo aqui apresentado, X é ou não é um menino ao satisfazer ou não os critérios da categoria MENINO). Assim, esta noção de pertença total ou pertença nula à categoria é o que confere à categoria a característica de possuir limites bem delineados (Brangel, 2011: 109).

No que diz respeito aos membros posicionados dentro das categorias, (Brangel, 2011: 109) afirma que «caso o pertencimento de uma entidade a determinada categoria se justifique pela presença de traços característicos da categoria, é correto dizer que todos os elementos agrupados da mesma forma possuem características necessárias e suficientes em comum, o que os torna equidistantes em relação ao seu posicionamento na categoria. Ou seja, uma vez que os componentes apresentam os mesmos traços necessários para serem categorizados de forma igual, o modelo CNS confere a estes membros o mesmo *status*, sendo impossível pensarmos em membros representativos de uma mesma categoria.»

Com efeito, as categorias, segundo o modelo CNS, são homogêneas na sua natureza, mesmo que apresentem limites claramente definidos. Teoricamente, o referido modelo parece funcionar muito bem, mas, na prática, não explica satisfatoriamente alguns questionamentos que surgem espontaneamente. Tomemos o exemplo dado acima em relação à categoria MENINO. O processo de crescimento do ser humano acontece de maneira gradual, logo, a categorização de um ser humano como adulto ou criança tende a ser passível de críticas por não se tratar de uma questão binária como propunha a teoria exposta neste trabalho. Desse modo, um ser humano do sexo masculino não deixa de possuir o traço [-ADULTO] para adquirir o traço [+ADULTO] de forma súbita, ou seja, um menino não adormece menino e acorda homem. Pelo contrário, passa por uma série de transformações físicas e psicológicas que ocorrem de maneira gradual e colocam-no,

¹⁴ As letras maiúsculas, bem como a utilização de colchetes e outros símbolos matemáticos, obedecem a convenções formais utilizadas para se referir a categorias.

em certo momento, numa zona difusa entre a categoria MENINO e a categoria HOMEM. Por exemplo, uma pessoa do sexo masculino com saúde física e mental, plenamente desenvolvidas aos treze anos, não apresenta mais os traços de uma criança, mas também não apresenta todos os traços de um adulto. Em situações como esta, o modelo CNS não explica quando, ao certo, este ser humano apresentará todas as características necessárias e suficientes para apresentar o traço [+ADULTO] e ser categorizado como homem e não mais como um menino. É por questionamentos deste tipo que Lakoff (1987: 9) defende que as ideias trazidas pelo modelo CNS «need to be replaced by ideas that are not only more accurate, but more humane»¹⁵ (Brangel, 2011: 110).

As referidas reflexões serviram de motivação para a psicóloga Eleanor Rosch desenvolver uma série de experiências empíricas, ao longo da década de 1970, procurando explicar, de maneira mais criteriosa, como é que ocorre o processo de categorização na mente humana.

Neste enquadramento, Rosch (1978: 28) propõe a existência de dois princípios básicos responsáveis pela formação de categorias: o primeiro princípio é o da economia cognitiva [*Cognitive Economy*], e diz respeito à função dos sistemas de categoria, que é o de providenciar o máximo de informação com o mínimo de esforço cognitivo:

“Enquanto organismo vivo, o que uma pessoa espera ganhar de uma categoria é uma grande quantidade de informação sobre o ambiente que a cerca e, ao mesmo tempo, conservar o máximo possível de recursos finitos” (Rosch, 1978: 28)¹⁶

O segundo princípio, o da percepção da estrutura do mundo [*Perceived World Structure*], diz respeito ao modo como o mundo é percebido pelo ser humano e defende que a informação chega ao Homem de maneira estruturada, e não arbitrária:

«[...] algumas combinações são muito prováveis, aparecendo, às vezes, em combinação com um atributo, às vezes, com outro atributo. Outras combinações são raras. Outras, logicamente, não podem ocorrer empiricamente.»¹⁷ (Rosch, 1978: 29)

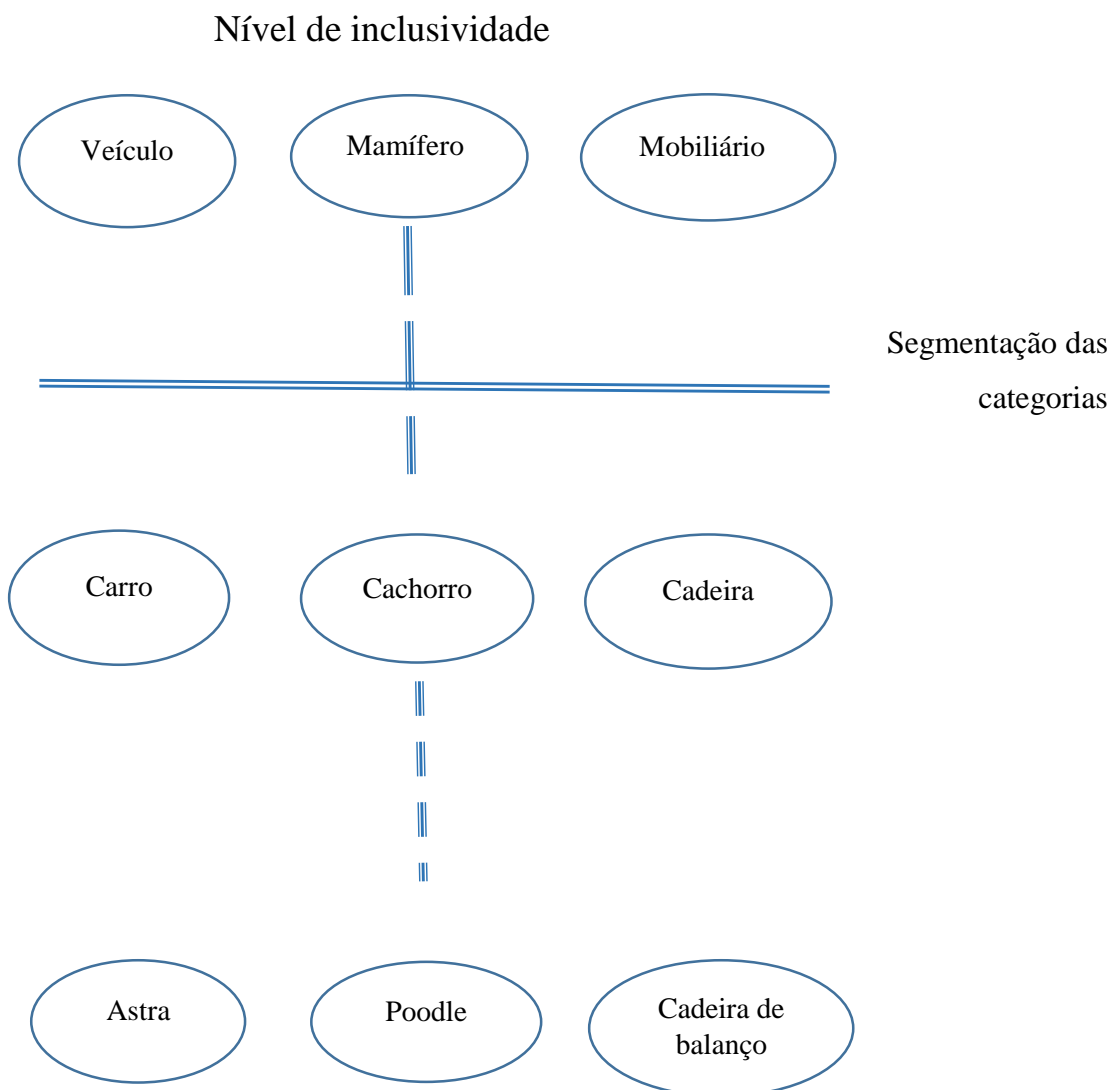
¹⁵ [devem ser substituídas por ideias não apenas mais eficazes, mas mais humanas].

¹⁶ As na organism, what one wishes to gain one's categories is a great deal of information about the environment while conserving finite resources as much as possible.

¹⁷ [Combinations of what we perceive as the attributes of real objects do not occur uniformly. Some pairs, triples, etc., are quite probable, appearing in combination sometimes with one, sometimes another attribute; others are rare; others logically cannot or empirically do not occur.]

Consequentemente, Rosch (1978: 30) supõe uma concepção dupla de categoria e categorização, em que defende que devemos conceber os sistemas de categoria através de duas dimensões, uma vertical (referente ao estabelecimento da estruturação hierárquica entre as categorias) e outra horizontal (referente à estruturação interna das categorias). Segundo a mesma autora, ao implicar os dois princípios de categorização para a dimensão vertical, os distintos níveis de categorização diferem em relação à sua utilidade e grau de satisfação (Brangel, 2011: 111).

Quanto à dimensão horizontal, as implicações dos dois princípios dizem respeito ao modo como estas categorias irão estruturar-se (ou seja, em termos de protótipos) (Rosch, 1978: 30). Abaixo, optámos por apresentar uma representação esquemática da proposta de Rosch (1978):



Esquema: Representação da proposta de Rosch (1978) para o sistema de categorização humano (adaptado de Evans e Green (2006), citado por Brangel (2011: 112))

A primeira coisa que se pode inferir, ao observar este esquema, na sua dimensão vertical, é a existência de diferentes níveis categoriais. Assim, quanto mais alto é o nível categorial, menos informação é oferecida, contudo, mais economia cognitiva é feita. Do mesmo modo, quanto mais decresce o nível categorial, mais informações são oferecidas acerca da categoria. Não obstante, isso leva a um esforço cognitivo maior, ou seja, a economia cognitiva é menor. Comparando as dimensões verticais, temos, no nível superior, as categorias intituladas «categorias superordenadas», como, por exemplo, a categoria VEÍCULO. Nesta categoria, existe uma grande diversidade de possíveis elementos (tais como carros, barcos, aviões, etc.), o que a leva a ser uma categoria mais geral, apresentando poucos detalhes a respeito de seus componentes (Brangel, 2011: 112).

Imediatamente, no nível inferior, há categorias intituladas «categorias subordinadas», tais como a categoria ASTRA aqui apresentada. Trata-se de uma categoria muito específica, já que se refere a um tipo específico de carro. Por exemplo, quando pensamos no uso destas duas categorias numa mesma frase como, por exemplo, «Comprei um veículo novo», em comparação com «Comprei um astra novo», nota-se que a seleção da primeira categoria no primeiro exemplo pouparia o interlocutor de detalhes a respeito do que foi comprado (pode ser um autocarro, uma moto ou uma bicicleta, por exemplo), o que lhe renderia uma grande economia cognitiva, porém, sacrificaria muitas informações, deixando a frase algo vaga. Entretanto, no segundo exemplo, acontece o inverso, pois a seleção da categoria fornece informações muito precisas (talvez até desnecessárias) a respeito do que foi comprado, exigindo, assim, um esforço cognitivo maior do interlocutor.

No nível intermediário aos dois extremos existem categorias intituladas «categorias de nível básico», que podem ser exemplificadas pela categoria CARRO. Na perspectiva de Rosch (1978: 34), este nível intermediário corresponde ao nível categorial mais geral e mais inclusivo, onde os objetos podem ser mais bem descritos. A categoria de nível básico é a mais importante para a categorização humana, uma vez que nela os conceitos têm um número satisfatório de atributos distintivos sem deixar de ser económica cognitivamente. A conceção da dimensão vertical foi de grande proveito para a comunidade científica, uma vez que conseguiu demonstrar, esquematicamente, a existência de diferentes níveis de categorias e a sua utilidade para a transmissão de informação entre seres humanos (Brangel, 2011: 113).

Em contrapartida, temos também a dimensão horizontal proposta por Rosch (1978), que procura explicar como os membros de uma mesma categoria estão dispostos dentro dela e o que os leva a dividirem este mesmo espaço. Assim, é de referir que, no modelo CNS, a única discussão desenvolvida a respeito do fenómeno da categorização é esta (pertença de membros a categorias), o que leva os defensores da Teoria Prototípica a postularem que o modelo clássico de categorização aborda o fenómeno apenas de modo parcial.

Em conformidade com Kleiber (1990), a averiguação da estruturação interna das categorias divide-se em dois momentos da Teoria Prototípica proposta por Rosch. Ao primeiro momento, o autor dá o nome de «versão padrão» e, ao segundo momento, «versão alargada». De facto, a versão padrão da teoria dos protótipos traz uma rutura com

o modelo CNS, uma vez que abandona a ideia de traços necessários e suficientes para a descrição de uma categoria e adota a noção de protótipo.

Para Kleiber (1990: 48), o protótipo é apresentado, na versão padrão, como o melhor exemplar, o melhor representante ou a instância central de uma categoria. Nesta conceção, o protótipo funciona como um ponto de referência cognitivo, pois os membros das categorias não são mais vistos como equidistantes, conforme propunha o modelo CNS, mas podem ser considerados melhores ou piores representantes da categoria em virtude do seu grau de proximidade com o protótipo. Neste contexto, Kleiber (1990: 51) aponta para as ideias fundamentais que alicerçam a versão padrão da Teoria Prototípica:

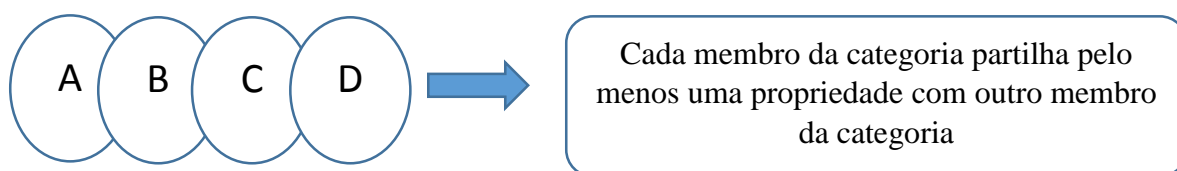
- A categoria possui uma estrutura interna prototípica;
- O grau de representatividade de um exemplar corresponde ao seu grau de pertença à categoria;
- As fronteiras das categorias ou dos conceitos são difusas;
- Os membros de uma categoria não apresentam as propriedades comuns a todos os membros; é uma semelhança de família¹⁸ que os agrupa;
- A pertença de um membro a uma categoria dá-se sobre a base do grau de semelhança com o protótipo;
- A categorização não se dá de modo analítico, mas sim de modo global.

Na perspectiva de Kleiber (1990: 119), a própria noção de protótipo é uma noção prototípica, ou seja, ela não se aplica diretamente a todos os sectores. Aliás, com a aplicação da teoria na prática, os estudiosos chegaram à conclusão de que existem domínios privilegiados, que são os melhores representantes do emprego da teoria, e

¹⁸ A noção de familiaridade [*family resemblance*] foi proposta originalmente pelo filósofo Wittgenstein e consiste numa estruturação que permite que os membros de uma categoria estejam relacionados uns com os outros sem que apresentem uma propriedade em comum que defina a categoria (Lakoff, 1987: 12). O termo remete para os traços de uma família (por exemplo: cabelo escuro, pele clara, olhos puxados e estatura alta) que constituem um conjunto de atributos característicos desta família (como atributos em uma categoria). No entanto, para que um membro seja reconhecido como pertencente a esta família, ele não precisa apresentar todos os atributos listados (pode ser de estatura baixa ou pode ter cabelos claros, por exemplo), da mesma forma que uma ave, para ser categorizada como tal, não necessita, obrigatoriamente, de voar (mesmo que a capacidade de voar seja um atributo da categoria AVES). Embora possamos falar de uma série de atributos característicos de uma família/categoria, não existe nada que obrigue a que um destes atributos seja essencial para a pertença a esta categoria.

domínios mais ou menos marginais, onde a teoria não é tão eficaz. Estes domínios marginais correspondem, principalmente, a itens polissémicos (Kleiber, 1990: 148).

Por conseguinte, Rosch (1978: 40) supõe que «falar de um protótipo é simplesmente uma função gramatical conveniente; o que é realmente referido são os julgamentos de grau de prototipicidade»¹⁹. Assim, o protótipo não se trata mais de uma entidade única, mas sim de uma representação de um conceito, que serve para representar uma categoria. Nesta recapitulação da teoria, o conceito de familiaridade é a peça fundamental para explicar por que razão os membros que não possuem nenhum traço em comum podem ser categorizados da mesma forma. Vejamos, abaixo, um esquema desta nova conceção de categoria, adaptada por Brangel (2011: 115):



Esquema 2: Representação da versão alargada da teoria prototípica

Ao observar este esquema, podemos crer que ele reúne quatro palavras polissémicas com uma origem em comum. Desta forma, *b*, *c* e *d* são extensões de sentido de *a*, que, mesmo não apresentando nenhum traço em comum com *d*, ainda assim é categorizada da mesma forma. Diante disso, a versão estendida da Teoria Prototípica explica o posicionamento de *a* e de *d* numa mesma categoria por apresentar uma conceção multirreferencial de categoria (em oposição à versão padrão, que apresentava uma conceção monorreferencial). É nesse sentido que, nesta nova versão, o protótipo passa a ser efeito prototípico, e o que vincula os componentes de uma mesma categoria é a familiaridade. Neste contexto, Kleiber (1990: 160) diz que a ideia de uma categoria organizada em torno de um centro prototípico é substituída por uma organização lado a lado.

Depois do aparecimento da versão alargada, a versão padrão da Teoria Prototípica continuou a ser amplamente utilizada por muitos estudiosos. Para Kleiber (1990: 150), a versão alargada não representa apenas um prolongamento da versão padrão, mas uma rutura com a mesma, tendo em consideração as inúmeras modificações que foram feitas. Consoante o que foi exposto anteriormente, a versão padrão possui um alto grau de

¹⁹ [To speak of a *prototype* at all is simply a convenient grammatical function; what is really referred to are judgments of degree of prototypicality.]

aplicabilidade, o que leva muitos estudiosos a optarem por esta teoria na explicação da categorização de certos fenómenos. Segundo o que vai ser exposto na próxima secção deste trabalho, pretendemos averiguar as cores por constituírem um dos campos de aplicação em que a versão padrão da Teoria Prototípica se aplica de forma muito proveitosa (Brangel, 2011: 116).

A importância dos três modelos de categorização aqui expostos – o modelo CNS, a Teoria Prototípica e a Teoria Prototípica alargada – é de valor inegável para a ciência, uma vez que estas múltiplas maneiras de discutir os sistemas de categorização aproximam-nos cada vez mais do entendimento da mente humana.

2-2 Classificação das cores

A categorização da cor, na interface entre léxico e percepção, é um campo de pesquisa preferido para as teorias que sustentam a dependência/independência de linguagem e conceitos. O debate sobre a interação entre cultura e cognição na categorização da cor, tradicionalmente, opõe as perspectivas «relativista» e «universalista».

Com efeito, quanto ao modo como as línguas nomeiam o espectro cromático, a discussão sobre as diferenças e semelhanças tem sido muito alimentada pela comunidade científica (cf. Berlin e Kay, 1999; Kay *et al.*, 1997; Lyons, 1963), o que faz com que este tema seja um assunto abordado por linguistas das mais diversas vertentes teóricas. Baseando-nos nas diversas pesquisas que ainda tangenciam a discussão sobre a categorização (cf. Hardin e Maffi, 1997), acreditamos que a exposição deste tema no presente trabalho seja de grande utilidade.

Relativamente à categorização das cores, Taylor (2003) apresenta duas visões distintas: a primeira é baseada na visão tradicional, oriunda da tradição estruturalista (Semântica Estrutural), e a segunda é baseada nos postulados da Semântica Cognitiva, que se encontram alicerçados na Teoria Prototípica apresentada anteriormente. É com base no raciocínio apresentado por Taylor (2003) que pretendemos expor a trajetória dos estudos sobre a categorização das cores.

No que diz respeito à arbitrariedade do signo linguístico, Taylor (2003: 6) retoma os postulados saussurianos, nos quais o signo linguístico é arbitrário por natureza, e essa arbitrariedade ocorre por dois vieses: em primeiro lugar, porque a associação de uma

forma particular (significante) a um significado particular (significado) é arbitrária (Saussure, 2006: 81). Em segundo lugar, porque o próprio significado é arbitrário por natureza (Saussure, 2006: 83). Deste modo, «Saussure negava vigorosamente que existissem pré-significados (como “vermelho”, “laranja”, etc.), que estivessem lá, independentes da língua, esperando para serem nomeados» (Taylor, 2003: 6)²⁰.

Baseado no famoso postulado de Saussure, Taylor (2003) diz que o valor de um signo resulta da presença simultânea de outros, ou seja, o significado acontece pela presença da oposição dos elementos do sistema (Saussure, 2006: 136). Assim, a primeira conclusão oriunda de tal postulado é que uma cor teria o seu valor em função da presença de outras cores no sistema (Taylor, 2003: 7). Tendo em conta estas considerações, Taylor (2003: 7) defende que o estudo das cores sob a perspectiva estruturalista da linguagem acarretaria implicações, tais como:

- 1) «All colours terms in a system have equal status» (Taylor, 2003: 7)²¹. Por outras palavras, as categorias de cores seriam formadas por membros equidistantes, apesar de alguns termos serem usados com mais frequência do que outros.
- 2) «All referents of a colour term have equal status» (Taylor, 2003: 7)²². Da mesma maneira que os termos do sistema possuem o mesmo estatuto, na perspectiva estruturalista, os referentes desses termos também terão o mesmo estatuto. Aliás, Taylor (2003: 7) assinala que, quando duas tonalidades são categorizadas como vermelho, não há razão para, do ponto de vista da linguagem, se discutir qual tonalidade é «mais vermelha». Apesar de o falante perceber a diferença entre as tonalidades, o estruturalismo ignora que essa diferença seja importante para fins de estudos de categorização.
- 3) «The only legitimate object of linguistic study is the language system, not individual terms in a system, nor indeed the referents of the individual terms» (Taylor, 2003: 7)²³. Na perspectiva estruturalista, o que importa, no estudo da

²⁰ [Saussure vigorously denied that there are pre-existing meaning (such as «red», «Orange», etc.), which are there, independent of language, waiting to be named.]

²¹ [Num sistema, todos os termos de cores têm o mesmo estatuto.]

²² [Todos os referentes de um termo de cor têm idêntico estatuto.]

²³ [O único objeto de estudos da Linguística é o sistema linguístico, não termos individuais de um sistema, nem os referentes dos termos individuais.]

linguagem, é a comparação entre sistemas inteiros e os valores existentes dentro desses sistemas (línguas).

Partindo do que foi mencionado acima, o modelo de categorização tradicional foi concebido como a única explicação possível para a formação de categorias. Esse modelo permaneceu inquestionável durante centenas de anos, até ser refutado pela Teoria Prototípica proposta por Rosch e os seus colaboradores, quando se passou a questionar a respeito da existência de melhores e piores exemplares de uma categoria. Dentre os estudos que impulsionaram o surgimento de novas explicações ao fenómeno da categorização, encontra-se o trabalho de Berlin e Kay (1999), publicado originalmente no final da década de 1960 (Brangel, 2011: 119).

Após um conjunto de experiências empíricas que visavam comparar os nomes de cores básicas em 20 línguas diferentes, Berlin e Kay chegaram a algumas conclusões que se opõem à visão tradicional sobre categorização de cores. Segundo o estudo intitulado «Termos Básicos de Cor» [*Basic Color Terms*],

[...] Embora as diferentes línguas codifiquem em seus vocábulos diferentes números de categorias de cores básicas, existe, exatamente, um inventário universal total de onze categorias de cores básicas, do qual os onze ou menos termos de cores básicas de qualquer língua são sempre extraídos (Berlin e Kay, 1999: 2)²⁴.

Segundo Berlin e Kay (1999: 12), as onze categorias básicas de cor são as representadas pelos termos de cor *branco*, *preto*, *vermelho*, *verde*, *amarelo*, *azul*, *castanho*, *roxo*, *cor de rosa*, *cor de laranja* e *cinzento*. Estes termos básicos de cor constituem os protótipos de categorias de cor e, conjuntamente, nomeiam estas categorias. Além disso, estes termos possuem um carácter universal no que diz respeito à sua tonalidade correspondente no espectro cromático (por exemplo, o vermelho prototípico do inglês, nomeado pelo termo básico de cor *red*, seria o mesmo vermelho do português, designado pelo termo *vermelho*).

²⁴ [Although different languages encode in their vocabularies different numbers of basic color categories, a total universal inventory of exactly eleven basic color categories exists from which the eleven or fewer basic color terms of any given language are allways drawn.]

3- Léxico cromático: entre o universalismo e o relativismo

Partindo da visão da física, o arco-íris é um contínuo de luzes variando entre os comprimentos de ondas menores e maiores do espectro visível. Contudo, o olhar humano não visualiza um contínuo, mas sim bandas (ou categorias) de matizes separadas por fronteiras distintas. Cada uma dessas bandas corresponde aos nomes das cores numa língua, tais como «vermelho», «verde», «azul», entre outras, no português (Ribeiro & Cândido, 2008: 155).

“Estima-se que há mais de sete milhões de cores distintas, e durante uma ou duas semanas entramos em contacto com a maioria destas cores. No entanto, em vez de usar estes sete milhões, a nossa sociedade utiliza cerca de uma dúzia deles” (Stala, 2011: 13)

O facto de ter diminuído de tal forma o número das cores utilizadas supõe a simplificação e a categorização deste campo lexical.

Em 1969, a obra *Basic Color Terms*, de Berlin e Kay, foi editada pela Universidade da Califórnia. Esta obra sugeria que a categorização das cores não ocorria de maneira arbitrária, mas de forma altamente motivada. Assim, a questão levantada por Berlin e Kay (1999) vai ao encontro de um importante postulado dos estudos da linguagem conhecido como *hipótese do relativismo linguístico*. Consequentemente, a tese central do relativismo linguístico (ou a hipótese Sapir-Whorf) apresentada por Whorf (1956: 212) defende que:

«[...] a formulação de ideias não é um processo independente, estritamente racional no velho sentido, mas faz parte de uma gramática específica e difere, pouco ou muito, entre as diferentes gramáticas»²⁵.

De acordo com esta hipótese, Kövecses (2006: 34), afirma que existe uma relação intrínseca entre a língua que falamos e o modo como agimos e pensamos.

Kövecses (2006: 34, citado por Stala, 2011) refere que a hipótese do relativismo linguístico possui duas versões, conhecidas como «versão forte» [*strong version*] e «versão fraca» [*weak version*]. A versão forte supõe que a língua que um ser humano fala determina o modo como ele pensa, ao passo que a versão fraca postula que a língua que um ser humano fala apenas influencia o modo como que ele pensa.

²⁵ [Formulation of ideas is not an independent process, strictly rational in the old sense, but is part of a particular grammar and differs, from slightly to greatly, among different grammars.]

A versão forte foi muito criticada, uma vez que ela parecia sugerir que o homem se encontrava preso dentro da sua própria língua materna. Pois, se a hipótese fosse verdadeira, seria impossível ao ser humano aprender uma língua estrangeira, uma vez que para que a aprendizagem de uma língua estrangeira ocorra, é necessário que se observe o mundo de acordo com essa língua. Através de críticas desse tipo, a versão forte da hipótese, que defendia que a língua determina o pensamento, teve pouco sucesso entre os investigadores, que concordam com a hipótese fraca, segundo a qual a língua não determina, mas influencia o pensamento humano (Kövecses, 2016: 34, citado por Stala 2011).

De acordo com Berlin e Kay (1999: 2), a hipótese do relativismo linguístico influenciou amplamente linguistas e antropólogos americanos do século XX, que possuíam uma orientação de extremo relativismo linguístico. No contexto das cores, os postulados trazidos por Sapir e Whorf sugerem a total arbitrariedade em relação ao modo como as línguas segmentam o espectro cromático, pensamento que dominou as convicções científicas durante muito tempo, até ser refutado pelos estudos de Berlin e Kay (1999). Essa linha teórica sugere que, uma vez que a divisão e a nomeação do espectro cromático acontecem de modo totalmente arbitrário, cada língua tem a sua maneira particular de lidar com os termos de cores, o que leva os termos de cores de uma língua a não manterem correspondências com os termos de cores de outras línguas. Nesse caso, a procura por universais semânticos de cor não faz sentido (Brangel, 2011: 124).

Na perspectiva de Lyons (1963), os termos de cores constituem exemplos de um sistema fechado dentro do vocabulário total, o que torna possível, na visão do autor, «demonstrar claramente e sem controvérsia que o mesmo campo denotativo é diferentemente dividido pelas diversas línguas» (Lyons, 1963: 69-70), deixando transparecer assim as suas convicções na total arbitrariedade dessa esfera do léxico.

No estudo de Berlin e Kay (1999), como foi mencionado na secção anterior, a noção lançada pelo relativismo em relação à arbitrariedade de conceitos de cores em razão da influência da língua sobre o pensamento foi fortemente refutada. Os dois autores assinalaram que a percepção das cores focais (cores mais salientes) nos leva a perceber e nomear determinadas categorias de cor. Conforme afirma Kövecses (2016: 34), trata-se de um efeito oposto ao que o relativismo linguístico difunde, ou seja, em vez de a língua influenciar o pensamento, é o pensamento (percepção) que influencia a língua (estabelecimento dos termos básicos de cor). Por isso, há um redirecionamento

na conceção de língua *versus* pensamento, uma vez que num primeiro momento se acreditou que os significados emergiam da língua e se estabeleciam no pensamento. Neste segundo momento, o vetor imaginário assume uma direção oposta e vai do pensamento em direção à língua (Brangel, 2011: 125).

4- A delimitação do campo lexical da cor

Os campos lexicais são recursos utilizados na análise do significado das palavras. A organização do léxico em campos lexicais apoia o aprendiz não só a saber como as palavras se ordenam e se estruturam, mas também como elas se relacionam.

Na perspectiva de Coseriu (1977), o significado lexical é autónomo e deverá ser tratado autonomamente. Coseriu determinou como princípios básicos que devem nortear a análise lexical: a funcionalidade, a oposição, a sistematicidade e a neutralização. Desse modo, Coseriu (1977) define o campo lexical do seguinte modo:

«É do ponto de vista estrutural um paradigma léxico que resulta da repartição de um conteúdo léxico contínuo entre diferentes unidades dadas na língua como palavras que se opõem de maneira imediata umas a outras, por meio de traços distintivos mínimos.» (Coseriu, 1977: 146)²⁶.

Partindo desta definição, entende-se que o léxico no interior de um campo está em oposição a outros campos. Para o autor, esta oposição é uma escolha obrigatória para uma parte dos esquemas de cada língua. Um campo estabelece-se onde uma nova oposição exige que o valor unitário do campo se torne traço distintivo, isto é, termina onde não são mais as palavras como tais que se opõem, mas o campo inteiro com o seu valor unitário. Assim, pode-se concluir que os campos lexicais são estruturas compostas por unidades lexicais que se enquadram num mesmo sistema de significação, mas que apresentam oposições semânticas entre si.

Atualmente, há duas maneiras principais para estabelecer o campo semântico. Pottier (1981, citado por Stala 2011: 25) propõe partir da realidade objetiva, enquanto Coseriu se baseia na realidade linguística: identificar os traços que os opõem e construir o campo por aplicações sucessivas. Busch propõe um método semelhante ao de Coseriu (em Wotjak, 1992):

²⁶ Coseriu. E. (1977). *Princípios de semântica estrutural*.

- 1) Partir da hipótese de que poderia haver uma estrutura na forma de um campo, já que o nosso sistema linguístico contém elementos que são semelhantes semanticamente.
- 2) Construir o noema: o mais geral dos sememas do campo.

Ao aplicar a definição de Coseriu (1986: 135), segundo a qual o campo lexical é o «conjunto de lexemas unidos por valor lexical comum, que essas lexemas subdividem em valores mais determinados, opondo-se mutuamente por diferenças mínimas de conteúdo lexical», podemos observar que todo o campo de cores constitui uma hierarquia cujo noema (traço semântico que corresponde a todos os conteúdos deste campo lexical) é o adjetivo: COR «que possui cor». É o hipersinónimo de todas as unidades lexicais. O segundo nível é formado pelas cores semanticamente básicas, constituintes de todo o campo. O terceiro nível é formado pelos nomes complementares que ocupam a parte periférica do campo. Agora, quais são os termos básicos e quais são os complementares? As fronteiras entre os termos e os seus membros não estão delimitadas com precisão. A mesma característica da falta de descrição entre as categorias lexicais aparece tanto no nível mais alto – o dos campos semânticos – como na estrutura interna destes.

Com efeito, sabemos que a língua faz distinções que nem sempre coincidem com as da realidade. Os físicos destacam apenas três cores básicas: o vermelho, o verde e o violeta (ou, de preferência, violeta-azulado). A sua mistura dá como resultado o branco. Os teóricos da arte incluem neste grupo o amarelo, o vermelho e o azul. Se nos basearmos nas teorias psicofisiológicas, as cores básicas serão o vermelho, o verde e o azul, já que todas as outras cores podem ser obtidas, exceto o castanho. Assim, fica claro que, do ponto de vista linguístico, os nomes básicos são bastante mais numerosos. Berlin e Kay (cf. capítulo anterior) propõem onze cores básicas e seis pontos focais: branco, preto, vermelho, verde, amarelo e azul. Isto quer dizer que todos os outros teriam de ser definidos por esses seis nomes; por exemplo: cor de laranja = amarelo + vermelho, cinzento = preto + branco, cor de rosa = branco + vermelho. Esta é a classificação aplicada em alguns trabalhos contemporâneos, como o de Baran (1996). Kristol (1978), no seu estudo de cores nas línguas românicas, divide o campo semântico das cores em branco, preto, vermelho, azul, amarelo e verde. Yasmine Jraissati (2009: 146)²⁷, no seu estudo

²⁷ Jraissati. Y. (2009). *Couleur, culture et cognition: examen épistémologique de la théorie des termes basiques*.

sobre o léxico básico em francês, afirma que 13 termos são estáveis. Desses 13 termos, 11 são previsíveis e teriam sido identificados pelos critérios tradicionais, especialmente «preto», «branco», «vermelho», «amarelo», «verde», «azul», «castanho», «cor de rosa», «roxo», «cinza» e «cor de laranja». Contudo, a aplicação do critério de referência consensual permite o surgimento dos termos *bordeaux*, ou seja, «castanho-avermelhado», e *saumon*, «salmão», que não teriam sido identificados como básicos segundo os oito critérios tradicionais de Berlin e Kay (1969/1999: 6-7), que afirmam que para classificar um nome de cor como nome de cor básico é preciso que este último contenha as seguintes características: 1) seja monolexemático; 2) o seu significado não esteja contido em nenhum outro nome de cor básico; 3) a sua aplicação não seja restrita a uma classe de objetos; 4) seja psicologicamente relevante para os falantes; 5) a forma em causa tenha a mesma distribuição do que a dos termos básicos já estabelecidos; 6) termos que designam objetos com uma cor característica são duvidosos; 7) palavras de proveniência estrangeira são duvidosas; 8) unidades de estrutura morfológica complexa estão, à partida, pouco aptas a assumirem o papel de nomes de cor básicos.

Para Lyons (1984), o conjunto de cores básicas divide-se numa escala contínua (preto, cinzento e branco) e no ciclo das seguintes cores: vermelho, cor de laranja, amarelo, verde, azul, roxo. Assim, os lexemas preto e branco, vermelho e verde, amarelo e roxo formam, para Lyons, oposições diamétrais.

Em suma, podemos concluir que, em relação à nomeação dos nomes que designam cor, as palavras construídas a partir dos termos básicos de cor permitem a nomeação de variantes da cor básica em conformidade com as suas três principais dimensões: a tonalidade, a luminosidade e a saturação.

5- O corpus

Neste estudo, o termo *corpus* será usado com o significado que lhe atribui Antoinette Renouf (em Sinclair, 1987:1): «a collection of texts, of the written or spoken word, which is stored and processed on computer for the purposes of linguistic research».

No domínio da linguística baseada em *corpus* o inglês é a língua privilegiada. Pode-se dizer que os estruturalistas norte-americanos, nos anos 1950, abriram caminho à recolha sistemática de *corpora* para fins de investigação linguística.

Com efeito, nos anos 1960 e 1970, vários núcleos dedicaram-se à constituição e recolha de *corpus*, como o SEU *Corpus* (*Survey of English Usage, corpus* de inglês britânico, oral e escrito; projeto dirigido por Randolph Quirk), o *Brown Corpus* (*corpus* de inglês americano escrito, com um milhão de palavras, recolhido por um grupo dirigido por Nelson Francis e Henry Kucera, na Universidade de Brown), o LLC (*London-Lund Corpus, corpus* de inglês oral, recolhido na Universidade de Lund por Jan Svartvik), o LOB *Corpus* (equivalente britânico do *Brown Corpus*), recolhido por Johansson).

A dimensão dos *corpora* recolhidos aumentou de forma considerável a partir da década de 1980: o *Birmingham Collection of English Text* (John Sinclair, 1987), por exemplo, conta com 20 milhões de palavras no seu *corpus* principal. A título de exemplo, referem-se os seguintes projetos de criação de *corpora* para fins linguísticos:

- Base de dados textuais do francês FRANTEXT, dirigida por B. Quemada (Institut National de la Langue Française), que contém um total de 2800 textos, de 1600 a 1969, e que dá acesso a 180 milhões de citações correspondentes ao tratamento informático de textos literários e de uma seleção representativa de textos do domínio das ciências, das artes e das técnicas de tratamento de informação;
- *Corpus* do Português Brasileiro Contemporâneo, de língua escrita (literária, técnico-científica, jornalística e oratória), de 1950 a 1990, com 5 milhões de palavras, projeto dirigido por J. Borba (UNESP);
- *Corpus* do Português oral culto do Brasil – projeto NURC.

Reflexo do interesse crescente pela criação de *corpora* é, ainda, o grande projeto de âmbito internacional que nasceu já no início da década de 1990, financiado pela Comunidade Europeia e dirigido por Antonio Zampolli (Istituto di Linguistica Computazionale, Pisa), com o objetivo da criação concertada de *corpora* de referência europeus (NERC – *Network of European Reference Corpus*).

Em Portugal, os projetos de recolha de *corpus* são: o do Português Fundamental (realizado nos anos 1970), *corpus* oral que conta com 700 mil palavras, recolhido por um grupo de investigadores do então Centro de Estudos Filológicos, antecessor do atual Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), o do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), que é um vasto *corpus* eletrónico do Português Europeu e de outras variedades (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Moçambique, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau, Timor-Leste). O CRPC é composto por 309,8 milhões²⁸ de palavras provenientes de textos escritos e por 1,6 milhões de palavras provenientes de transcrições de gravações de registos orais. Também é considerado um *corpus* de referência na medida em que os textos escritos foram sujeitos a um processo de amostragem previamente à sua inclusão no *corpus*, visto que abrange diversos tipos de textos escritos: literário, jornalístico, técnico, científico, didático, folhetos, decisões do Supremo Tribunal de Justiça, sessões parlamentares, etc. A razão pela qual escolhemos o CRPC, como referência de comparação neste estudo, é por conter textos da segunda metade do século XIX até 2006, embora a maioria dos textos seja posterior a 1970.

Conjuntamente, tomámos também como base neste estudo sobre os termos de cores o *Corpus* do Português (CdP), por ter uma base de dados com 45 milhões²⁹ de palavras, extraídas de quase 57 000 textos em português do século XIII ao século XX. Para o século XX, é dividido igualmente entre géneros de estilo falado, ficção, jornais e textos académicos. A nova interface para o *corpus* foi lançada no verão de 2016 e permite criar *corpora* virtuais. Esta interface é muito mais acessível ao utilizador, contém melhores arquivos de ajuda e funciona muito bem em dispositivos móveis.

O CdP permite que se compare a frequência e a distribuição de palavras, frases e construções gramaticais entre textos de três formas diferentes:

- **Por registo:** comparação entre texto coloquial, ficcional, jornalístico e académico;
- **Por variedade:** comparação entre o Português Europeu e o Português do Brasil;
- **Por período histórico:** comparação entre diferentes séculos (do século XIII ao século XX).

Além do CRPC e do CdP, tomámos ainda como base neste estudo outros *corpora*, tais como: o *Corpus* Lexicográfico do Português (CLP)³⁰. É um *corpus* dicionarístico do Português Clássico e Moderno (do século XVI ao século XIX) e compõe-se de um conjunto de dicionários, na sua maioria bilingues (os mais importantes são de português-latim e de latim-português). Baseamo-nos ainda no Teatro de Autores Portugueses do

²⁸ Disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/23-investigacao/714-crpc-corpus-de-referencia-do-portugues-contemporaneo>

²⁹ Disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/xp.asp?c=2>

³⁰ Disponível em <http://clp.dlc.ua.pt/Corpus.aspx>

Século XVI³¹, por reunir obras que retratam a história do teatro no século XVI em Portugal.

Além do que foi mencionado acima, tomaremos também como base os seguintes dicionários: *Dicionario de dicionarios do galego medieval – Corpus lexicográfico medieval da língua galega*³²; *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015³³; *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo³⁴, e *Dicionário da língua portuguesa* de António de Moraes Silva³⁵, considerado por Telmo Verdelho o início da dicionarística portuguesa moderna «Estamos perante o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa»³⁶ origem e fundamento de toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos. Todavia, tal como o título completo da 1.ª edição indica, o *Dicionário da Língua Portuguesa* teve por base o *Vocabulario Portuguez & Latino*, do Padre Raphael Bluteau (publicado em oito tomos em Coimbra e em Lisboa entre 1712 e 1721, e completado com dois tomos de suplemento, publicados em Lisboa em 1727 e 1728), obra que António de Moraes Silva reformou e ampliou. A 2.ª e 3.ª edições (1813 e 1823) apareceram já substancialmente enriquecidas e atualizadas por António de Moraes Silva, razão pela qual se passou a considerar uma nova obra. Tendo o autor falecido em 1824, a 3.ª edição, datada de 1823, foi a última da sua responsabilidade. O dicionário conservou a autoria de Moraes Silva até à última edição, a 10.ª (1949-1959), apesar dos contributos sucessivos de vários outros lexicógrafos que o foram enriquecendo e melhorando.

³¹ Disponível em <http://www.cet-e-quinheiros.com/info>

³² Disponível em <http://sli.uvigo.es/DDGM/>

³³ Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>

³⁴ Disponível em <http://dicionario-aberto.net/>

³⁵ Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

³⁶ Nunes e Petter (2002: 15-64).

III- Nomeação da cor no Português

Como é sabido, a língua portuguesa provém do latim, que, por sua vez, pertence à família das línguas indo-europeias. A difusão do latim, o idioma falado pelos romanos, deu-se devido a inúmeras guerras, nas quais foi absorvendo outros povos e expandindo o seu território ao longo dos séculos. Sendo assim, o latim que se expandiu na Península Ibérica foi o latim vulgar, que diferia do latim clássico basicamente pela questão social e cultural. Assim, o latim ia-se misturando com as línguas dos povos que estavam a ser colonizados e, mais tarde, essa diversificação de línguas deu origem às «línguas românicas».

As diversas línguas faladas na região antes do seu domínio e da conquista de outros povos que ocorreram mais tarde, como, por exemplo, a conquista árabe, foram fatores que influenciaram fortemente a formação e a própria evolução da língua portuguesa. Com efeito, a maioria dos vocábulos foi introduzida pela via popular, ou pela culta, ou formada posteriormente pelos processos de formação de palavras. Baseando-nos nos *corpora* em questão, iremos atestar, posteriormente, essa questão de derivação na análise dos dois termos de cores (o vermelho e o verde).

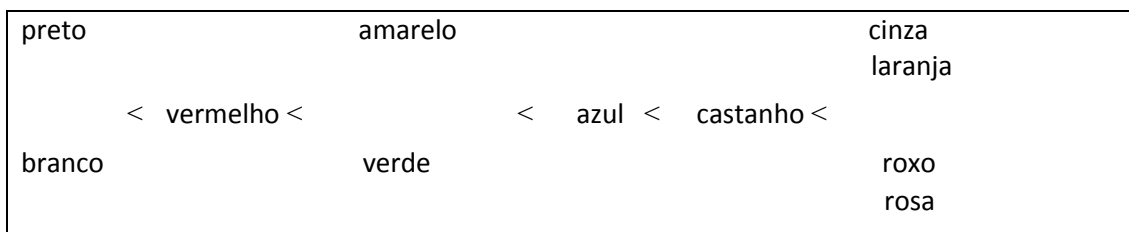
Nos estudos neurofisiológicos desenvolvidos por Kay e McDanie (Lakoff, 1987: 26) foi confirmado que a existência de termos básicos de cor e a sua possível universalidade estariam estritamente condicionados à configuração biológica do corpo humano.

Berlin e Kay concluíram também que as onze cores focais descobertas se apresentam de forma hierárquica nas línguas estudadas, ou seja, há a possível existência de uma sequência evolucionária para o desenvolvimento do léxico de cores:

«se um idioma codifica menos de onze categorias básicas de cor, há limitações de quais categorias esse idioma poderá codificar»³⁷ (Berlin & Kay, 1999: 2)

Segundo os autores, o inventário universal de onze cores focais obedece à seguinte sequência:

³⁷ [If a language encodes fewer than eleven basic color categories, then there are strict limitations on which categories it may encode.]



Esquema 3: Representação da sequência evolucionária dos termos básicos de cor

(adaptado de Berlin e Kay, 1999: 4)

Esta é, supostamente, a ordem pela qual as crianças aprendem os nomes de cores. Esta sequência supõe que, caso exista um termo equivalente a «azul» num idioma, deveriam aparecer neste idioma os equivalentes aos nomes situados à esquerda de «azul». Quase todas as línguas europeias têm a escala completa dos nomes básicos (Kay e McDaniel, 1978: 640). Posto isto, no desenvolvimento do léxico das cores, o preto e o branco seriam os dois primeiros termos a surgir, seguidos pelo vermelho. Depois do vermelho, surge o verde ou o amarelo (aparecendo apenas sob uma categoria de cor), que é seguido pelo azul. Depois do azul, aparece o castanho, que, por sua vez, é seguido pelo cinzento, por cor de laranja, pelo roxo e, finalmente, por cor de rosa. Segundo Berlin e Kay (1999: 2-3), o inventário de termos de cores de uma língua segue as seguintes regras:

- 1) «Todos os idiomas contêm termos para o branco e o preto»;
- 2) «Se um idioma contém três termos, ele contém um termo para o vermelho»;
- 3) «Se um idioma contém quatro termos, ele contém um termo para o verde ou para o amarelo (mas não para ambos)»;
- 4) «Se um idioma contém cinco termos, ele contém termos para o verde e para o amarelo»;
- 5) «Se um idioma contém seis termos, ele contém um termo para o azul»;
- 6) «Se um idioma contém sete termos, ele contém um termo para o castanho».
- 7) «Se um idioma contém oito termos, ele contém termos para o roxo, o cor de rosa, o cor de laranja, o cinzento ou para alguma combinação destes termos».

Segundo afirmam Correia e Barbosa (2013: 4), a língua portuguesa encontra-se no estágio VII de desenvolvimento, possuindo 11 ou 12 termos de cores básicos. Conforme a proposta de classificação, de cariz universalista e evolucionista, de Berlin e Kay (1969/1999: 22-23), esses termos são apresentados no seguinte quadro:

I	II	IIIa	IIIb	IV	V	VI	VII
Preto/Negro ³⁸	Vermelho	Verde	Amarelo	Verde	Azul	Castanho ³⁹	Cinzento Cor de rosa Roxo Cor de laranja
Branco				Amarelo			

Quadro 3: os nomes de cor básicos do português

Observando o que foi exposto acima, a existência, num idioma, de uma categoria de cor à direita, implica a existência de todas as categorias à esquerda. Deste modo, uma língua que apresente no seu léxico um termo referente à tonalidade «azul», apresentará, necessariamente, segundo Berlin e Kay (1999), termos que designam preto, branco, amarelo e/ou verde. Assim, o estudo de Berlin e Kay perpassa a discussão da categorização das cores na linguagem, servindo, também, para explicar alguns aspetos da evolução das línguas⁴⁰.

Em oposição à visão estruturalista sobre o estudo das cores, Taylor (2003: 14) aponta duas considerações importantes emersas da pesquisa realizada por Berlin e Kay. Em primeiro lugar, concluiu que as categorias de cores possuem centro e periferia, ou seja, a existência de exemplares melhores e piores de uma mesma tonalidade, facto que discorda da visão estruturalista de que os membros de uma categoria teriam o mesmo estatuto. É importante mencionar que, no caso das cores, o centro da categoria é sempre constante, seja qual for a extensão da categoria.

Em segundo lugar, concluiu que as cores não formam um sistema, no sentido saussuriano, pois possuem um centro focal, apresentado como protótipo da categoria. O centro focal, ou seja, o centro da categoria cromática, permanecerá o mesmo, independentemente da entrada de um novo termo no sistema.

Assim, ao referir que a divisão do espectro cromático não ocorre de maneira arbitrária, como postulava a visão tradicional, o estudo intitulado *Basic Color Terms* contribuiu de modo empírico para a construção e consolidação da teoria dos protótipos, que, na época, começava a dar os seus primeiros passos. Além disso, o estudo também

³⁸ *Preto e negro* correspondem a duas denominações concorrentes para a mesma cor, segundo a explicação de Correia (2013).

³⁹ Em Português do Brasil, o termo equivalente é *marrom*.

⁴⁰ Hardin e Maffi (1997b: 4) dividiram os resultados da pesquisa de Berlin e Kay em resultados sincrónicos (a existência das cores focais e dos termos básicos de cor) e resultados diacrónicos (a evolução no aparecimento dos termos básicos de cor no léxico das línguas).

confirmou um dos postulados mais difundidos pela Semântica Cognitiva, que é o papel do corpo na formação de conceitos na mente humana. Nesse estudo ficou claro que, em vez de mostrar a arbitrariedade das categorias linguísticas, as cores compõem-se através da influência da percepção e do meio na formação destas categorias (Brangel, 2011: 23).

1- Definição do nome «cor»

As tentativas de definir a cor remontam aos antigos tempos. Dubois (1971: 84) diz que «l'activité essentielle du lexicographe est la définition». Ao mesmo tempo, a definição é um dos problemas básicos da lexicografia. Com efeito, antes de definir «nome de cor», gostaríamos de chamar a atenção para aquilo que denota. Vejamos o modo como o nome «cor» é definido em vários dicionários:

– *Grande dicionário da língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (1986. 2.^a edição):

«1. *Ópt.* Característica de uma radiação eletromagnética visível de comprimento de onda situado num pequeno intervalo de espectro eletromagnético [q.v.], a qual depende da intensidade do fluxo luminoso e da composição espectral da luz, e provoca no observador uma sensação subjetiva independente de condições espaciais ou temporais homogêneas. [contrapõe-se ao branco, que é a síntese dessas radiações, e ao preto, que é a ausência de luz.] 2. O aspeto dos corpos decorrente da percepção daquelas radiações pelo órgão visual, determinado, basicamente, por suas variáveis (a fonte da luz e a superfície refletora, um objeto colorido), e que tem como atributos principais o matiz, a luminosidade e a saturação (...);»

– *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1948-1952. 3.^a edição):

«aparência dos corpos segundo o modo por que se refletem ou absorvem a luz. (...)|| (Fís.) Impressão particular que causam no sentido da vista os diferentes raios luminosos, simples ou combinados, quando refletidos pelos corpos. (...);»

– *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Costa e Melo (1987. 6.^a edição):

«impressão que a luz difundida pelos corpos produz no órgão da vista (...).»

– *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1960):

«impressão que produzem nos olhos as diferentes variedades da luz (...).»

– *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*⁴¹, de Cândido de Figueiredo (1996. 25.^a edição):

«impressão que a luz, refletida pelos corpos, produz no órgão da vista (...);

– *Dicionário do Português Básico*, de Mário Vilela (1990):

«A cor é uma propriedade atribuída a todos os objetos existentes na natureza (...). As principais cores são: o azul, o amarelo, o vermelho ou encarnado, o verde, o violeta, o anil, o laranja. Cada uma destas pode ter tonalidades diferentes, mais claras ou mais escuras. Estas cores também são chamadas cores elementares, porque são as cores que fazem parte do espectro solar.»

Observando estas definições, constata-se que a maior parte delas, exceto a última, que é a de um dicionário básico, vocacionado para o ensino da língua, são de carácter científico e não têm nada que ver com a ideologia nem se baseiam no senso comum.

2- Definição lexicográfica de alguns nomes de cores:

Em 1978, Wierzbicka (citado por Stala 2011: 52) postulou que as cores deveriam ser definidas por termos psicológicos. A cor é «algo que pensamos como em...». Por exemplo:

Vermelho – cor em que se pensa como na cor do sangue;

Branco – cor em que se pensa como na cor do leite;

Preto – cor em que se pensa como na cor do carvão;

Verde – cor em que se pensa como na cor das folhas, etc.

O uso da linguagem está diretamente ligado ao conhecimento da realidade, cujas unidades se apresentam pelo processo da definição. Muitas vezes, o lexicógrafo enfrenta o problema de definir lexemas de campos que são totalmente estranhos para ele. O seu conhecimento (como a capacidade de usar outras fontes) constitui um certo tipo de «filtro» para as definições. Em oposição a este subjetivismo, Iorgu Iordan propõe que:

«les spécialistes doivent rédiger les articles concernant leurs domaines, tout seuls d’abord et ensemble avec les linguists ensuite, de manière que la forme définitive de leur rédaction soit le produit d’un travail commun.» (em Ezquerria, 1976: 53)

⁴¹ Figueiredo. C. (1996: 702).

Ampel Rudolf (1994: 23) rejeita a possibilidade de construir a definição através da evocação de objetos extralinguísticos como possíveis referências do *definiendum*, uma vez que aquela seria uma definição aberta: pode-se sempre adicionar novos referentes à cor definida. Em vez disso, propõe a definição baseada em hiperônimo como nome da função que se refere às características denotadas⁴²: «Deve-se presumir que as expressões predicativas, tais como os adjetivos de cor, forma e gosto, são também unidades para as quais uma definição significativa deve ser limitada a dar o seu hiperônimo como o nome da função referindo-se às classes de características denotadas por eles»⁴³.

Efetivamente, Ampel Rudolf (1988: 53) assinala, no seu trabalho, que os adjetivos que designam cores são certas características existentes na natureza e que as definições de cores devem ser dadas através do vocabulário chamado «concreto». A definição ostensiva, segundo estes linguistas, deve consistir, por exemplo, em colocar na entrada do dicionário a ilustração de um determinado objeto da realidade extralinguística com o fim de evitar possíveis hesitações ao definir tais objetos em diversos idiomas. Assim, formar-se-ia a definição iconográfica, aplicada frequentemente em dicionários enciclopédicos e enciclopédias. No entanto, atualmente, as definições de termos de cores são divididas de forma mais tradicional. Como já assinalámos anteriormente, os investigadores dividem as cores em «primárias» (que possuem os seus próprios termos e formam o seu campo semântico junto com os seus derivados) e «secundárias» (que funcionam na língua através do seu ponto de referência). Seguindo esta divisão, podemos fazer uma distinção entre:

(a) Definições das denominações primárias

Essas, por sua vez, dividem-se em:

- Definições científicas:

Este tipo de definições consiste em indicar o comprimento de onda ou a frequência da cor e situá-la no espectro solar. A definição, apesar de ser muito precisa, torna-se muito especializada e pouco compreensível para a maioria dos falantes. Também, pela sua metalinguagem científica: portanto, normalmente, é acompanhada por uma explicação em termos informativos.

⁴² Citado por Ewa Stala. (2011).

⁴³ Idem, p. 15. (tradução nossa).

- Definições através do protótipo ou definições estereotipadas

Consistem em dar como exemplo os objetos concretos, comumente conhecidos em várias culturas. Por exemplo:

Amarelo: «que tem a cor do oiro, da gema de ovo, do enxofre, do açafrão, do gengibre, da casca de limão» (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo. 1846-1925);

«que tem a cor do limão, da gema do ovo ou do ouro» (*Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015);

«Da còr da gemma de ovo, do oiro, do rom, do enxofre» (Dicionário António Morais. 1755-1824).

Vermelho: «semelhante à do sangue, da papoila ou do tomate maduro» (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo. 1846-1925);

«tem a cor do sangue, da grãa, da purpura» (Raphael Bluteau. (1712-1728). *Vocabulario Portuguez & Latino*, volume 8).

Os objetos de referência podem ser termos de tecnologia de tintura, de pintura, de material de origem, etc. Aliás, um bom exemplo desse tipo de definição são as definições das cores em latim que se encontram no material.

(b) Definições das denominações secundárias

São utilizadas as definições que se servem do protótipo:

rosado: `que tem a cor da rosa` (Figueiredo. C. 1996)

`aplica-se às coisas que têm uma cor próxima do cor-de-rosa` (DLPC II. 2001)

`que tem cor tendente a rosa; roseado` (Houaiss. 2005)

mas, também, são definições descritivas, onde as cores primárias servem como ponto de referência na avaliação da tonalidade definida:

cinzento: `que tem uma cor intermédia entre o branco e o preto` (DLPC. 2001)

A condição para formular uma definição clara é especificar o objeto de referência. A busca pelo protótipo nem sempre é satisfatória: no nosso caso, por exemplo, rosado, definido como cor de rosa, não parece adequado, já que as rosas podem ser de várias

cores. Também, o protótipo pode variar segundo a cultura. Diante esta situação, propomos que trabalhasse com segmentos informativos complementares à paráfrase explanatória para que as informações a respeito de um vocábulo de cor fossem apresentadas de maneira satisfatória em uma obra lexicográfica.

3- Levantamento histórico de alguns nomes de cor

Conforme afirma Pastoureau (1997), o termo «cor» transformou-se numa palavra extremamente valorizada em francês moderno. Isto não se passava nem no francês antigo nem no francês médio, que a associavam regularmente à ideia de invólucro, de fardo, de disfarce, de artifício e de embuste (etimologicamente, a palavra latina *COLOR* pode ser relacionada com a família do verbo *CELARE*, que significa «esconder»). Aliás, o mesmo aconteceu no português, ou seja, esta palavra tornou-se valorizada atualmente, pois é o que concluímos do gráfico apresentado abaixo, visto que o número de ocorrências deste termo é cada vez mais representativo ao longo dos séculos.

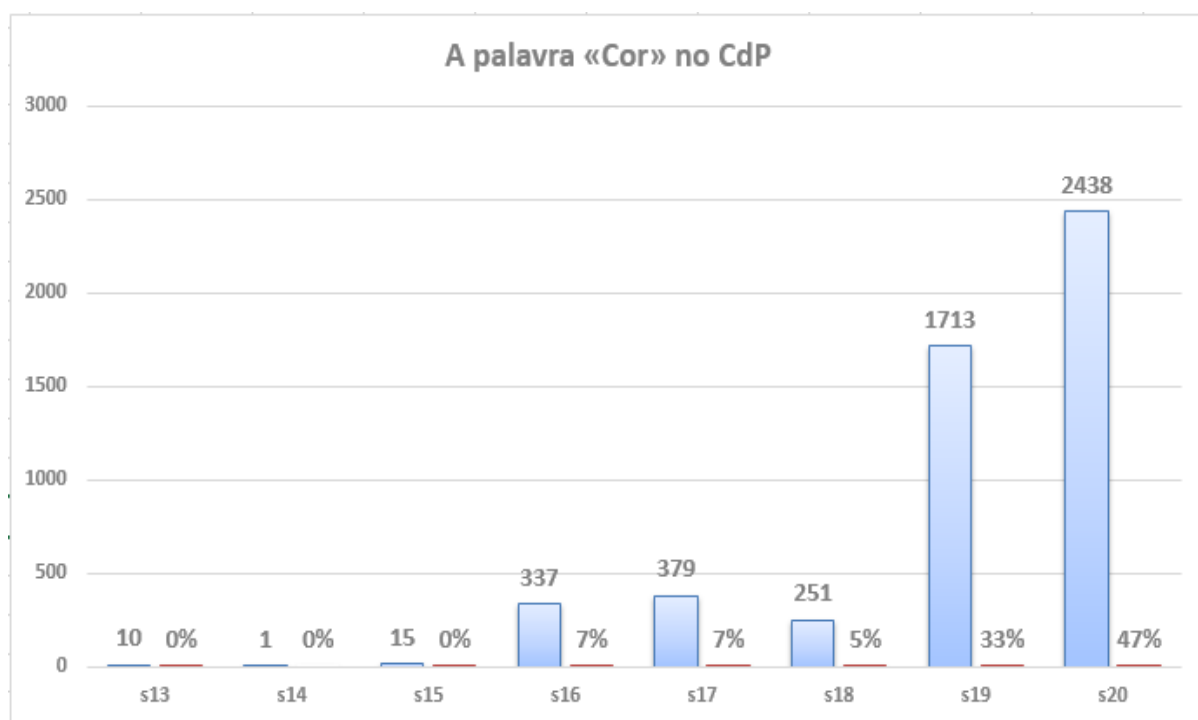


Gráfico 1: Ocorrências da palavra «cor» no *corpus* do Português

Ao observar este gráfico, constatamos que a partir do século XVI há um aumento surpreendente da frequência de «cor» no Português Europeu. Tomando como referência o *Corpus do Português*, de um total de 5144 ocorrências⁴⁴ ao longo dos séculos, a palavra

⁴⁴ Veja-se o digrama n.º 1 do anexo, que apresenta detalhadamente as ocorrências deste termo no CdP.

«cor» ocorreu 10 vezes em 18,15 milhões de palavras no século XIII (com uma percentagem de 0%), 1 vez em 0,78 milhões de palavras no século XIV, 15 vezes em 5,27 milhões de palavras no século XV, 337 vezes em 77,77 milhões de palavras no século XVI (com uma percentagem de 7%), 379 vezes em 115,83 milhões de palavras no século XVII com uma percentagem de 7%), 251 vezes em 114,64 milhões de palavras no século XVIII com uma percentagem de 5%) e, por último, 1713 em 175,94 milhões de palavras no século XIX com uma percentagem de 33%) e 2438 vezes em 120,31 milhões de palavras no século XX com uma percentagem de 47%), dos quais 1536 ocorrências em 150,36 milhões de palavras foram atestadas no Português Europeu e 902 ocorrências em 89,76 milhões no Português do Brasil.

Interpretando os dados apresentados no gráfico acima, o que se pode observar é que, no século XVIII, as ocorrências do termo «cor» baixaram em comparação com os séculos anteriores: em 114,64 milhões de palavras ocorreu apenas 251 vezes, enquanto no século XVI ocorreu 377 vezes em 77,77 milhões de palavras (número de palavras inferior ao do século XVIII). Este termo ocorreu frequentemente na maioria das obras do século XVI, principalmente, nas obras de Gil Vicente (*Obra Completa N-Z*), João de Barros (*Décadas da Ásia*) e Gonçalo Fernandes Trancoso (*Contos & Histórias de Proveito & Exemplo*), enquanto no século XVIII «cor» ocorreu nas obras de Matias Aires (*Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*), Frei Francisco da Cunha (*Relação...Navegação...S.Pedro*), Soror Maria do Céu (*Aves Ilustradas*), Frei António do Rosário (*Frutas do Brasil*), Francisco Manuel de Melo (*Tratado da Sciencia Cabala ou Notícia da Arte Cabalística*).

Recentemente, o termo «cor» utiliza-se em todos os contextos, designando múltiplos objetos. Conjuntamente, é uma palavra que, tal como aquilo que designa, seduz, atrai, faz vender e substitui frequentemente outras palavras como, por exemplo: arte, pintura, luz, quadros, música, voz, paisagem, tempo, rosto, jardim, vestuário, etc:

“Nem vale a pena dizer que a utilização imoderada da palavra «cor» vai contra as finalidades visadas. Também ela acabará por gastar-se e depressa terá de dar o seu lugar a outro termo, menos usado. O que será uma pena”. (Pastoureau, 1997:67)

Para uma abordagem da palavra «cor», optámos por apresentar uma análise das variantes encontradas, ou seja, atestadas no CdP, baseada nalguns diagramas tirados do

referido *corpus*, colocados em anexo neste trabalho, afim de descrever a evolução de tal palavra, ao longo dos referidos séculos:

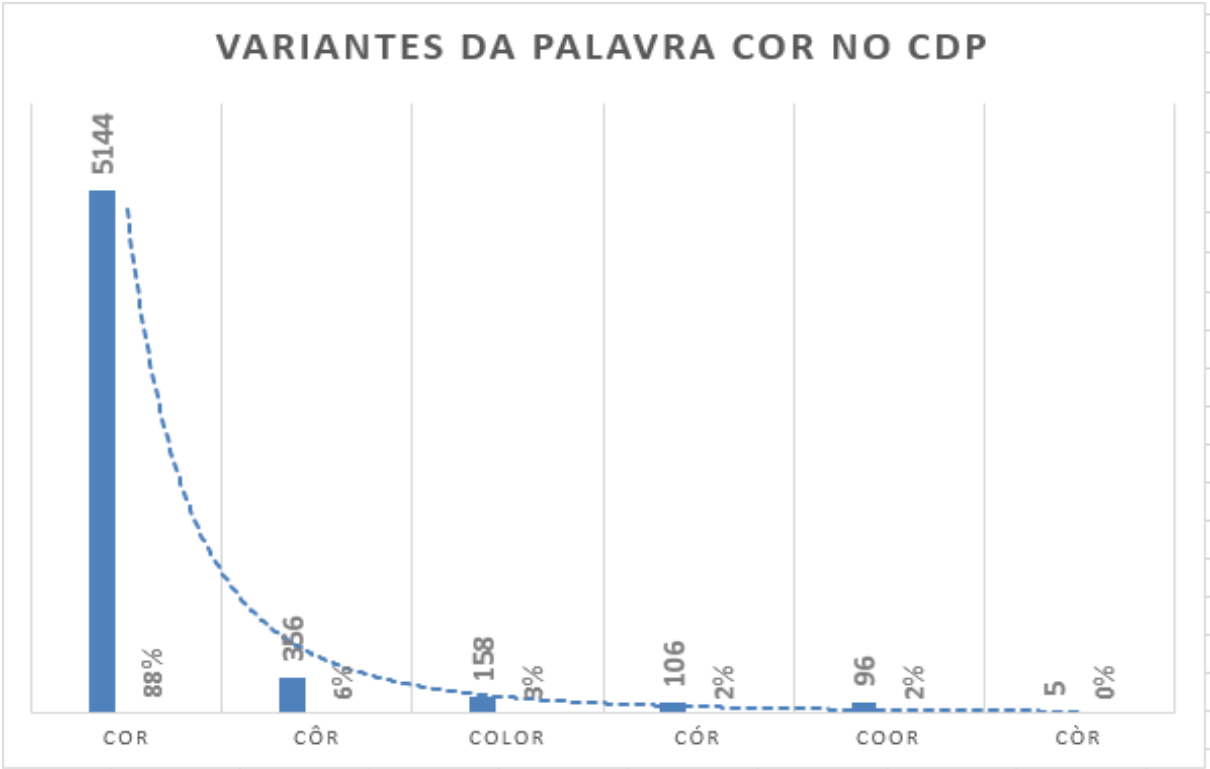


Gráfico 2: Variantes da palavra «cor» no CdP

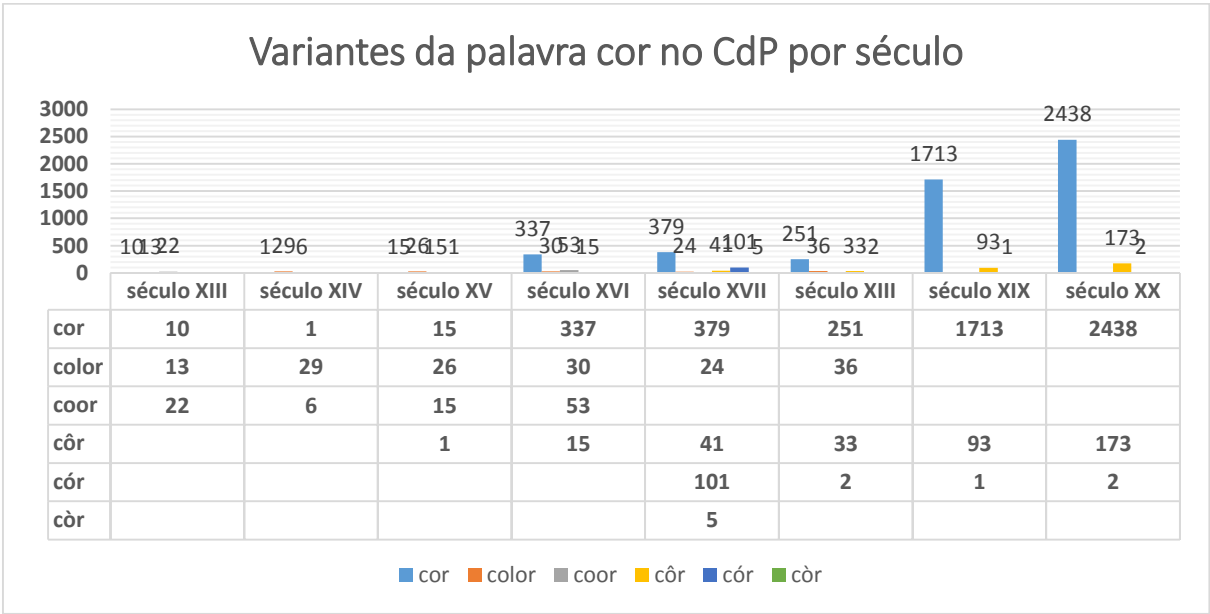


Gráfico 3: Variantes da palavra «cor» no CdP por século

Analisando os gráficos acima, que representam as variantes da palavra «cor» no CdP, podemos observar que a variante predominante é «cor» (com 5144 ocorrências, ou

seja, 88% respetivamente em comparação com as outras variantes): ocorreu 10 vees no século XIII, uma vez no s. XIV, 15 no s. XV, 337 no s. XVI, 379 no s. XVII, 251 no s. XVIII, 1713 no s. XIX e 2438 no s. XX; seguindo-se a variante «côr» com 356 ocorrências (6%): ocorreu uma vez no s. XV, 15 no s. XVI, 41 no s. XVII, 33 no s. XVIII, 93 no s. XIX e 173 no s. XX. Aliás, as outras variantes não são representativas no referido *corpus*: «color» em textos originais portugueses (com 3%), «cór» com 2%, «coor» com 2%. Para a variante «còr» apenas foram registadas 5 ocorrências⁴⁵.

Na maioria dos casos, os nomes latinos são traduzidos em português nos dicionários por frases nominais do tipo «cor de algo» ou construções comparativas ou descritivas (todas as definições citadas abaixo são oriundas dos mesmos dicionários latino-português: (Firmino 1907-2001), (Cretella *et al.* 1956):

Branco:

- *niveus, nivalis* «cor de neve; branco como neve»;
- *lacteus* «cor de leite; branco como leite»;
- *marmoreus* «branco como o mármore»;
- *argenteus* «cor de prata “cabelos brancos”»;

Preto:

- *piceus* «cor de pez; negro como pez»;
- *aquilus* «algum tanto negro, fusco»;
- *coracinus* «negro como o corvo»;

Cinzentos:

⁴⁵ Na análise das ocorrências deste termo, constatamos que essa palavra vem registada com dupla funcionalidade, isto é, em alguns casos designa «cor» e noutros «o coração». Vejam-se os seguintes exemplos: Afonso X. (1300?). *Primeyra Partida*: [...] que ssayã dos homês & que nõ tornẽ en elles iamays E por ende deuẽ saber estas conescõiaurações de **cor** per que as sabhã dizer quando mester ffor & esta ordẽ ffez primeiramõt rrey salamõ [...]; Gonçalo Fernandes Trancoso. (1575). *Contos & historias de proveito & exemplo*: [...] se este conselho nam lhe parece bom, ou ainda que o he, se a nam satisfaz, por obedecer a seu rogo, fazendo o que me pede lhe mando aqui com esta hũ A b c, que vossa merce, aprẽda de **côr**, & sabido, leuemente com a ajuda de Deos aprenderá o mais que lhe for necessário [...]; Bento Pereira. (1697). *Prosodia 3*: [...] Amalth. * *Edilis, Edilium, cum reliq.* || < *Vide post Edo infra.* * *Edilitus, ae, f.g.* || *Practica suave, & agradavel.* 1.2.3.b. Amalth. * *Edem, pro Edom. Pompon.* * *Edisco, is, didici.* || Aprender de **cór**, tomar de memoria. 1.1. Ovid. Art. 2.!! * *Edissero, is, serui, sertum* [...]. Estas formas não foram contabilizadas no gráfico 2. Quanto às variantes coor e color, coor regista-se até ao século XVI e color até ao século XVIII.

- *cinereus* «cor de cinza»;
- *murinus* «cor de rato ou pertencente a rato»;

Castanho:

- *ravidus* «de cor entre garça e castanha»;
- *spadix* «côr vermelha escura, cavalo baio ou castanho claro»;

Amarelo:

- *flavus* «côr de ouro, amarelo-claro»;
- *fulvus* «côr de ouro, ruivo, louro»;
- *luridus* «amarelo, excessivamente pálido»;
- *exsanguis* «sem sangue, pálido, com medo»;

Azul:

- *glaucus* «côr de mar»;
- *caesius* «de côr azul celeste»;
- *Cyaneus* «de côr azul-celeste ou azulada»;
- *venetus* «côr verde-mar (o seu significado oscila entre azul-claro e azul-escuro»;
- *caeruleus* «azul, de côr azul»;

Roxo:

- *Ianthinus* «violeta»;
- *tyrianthinus* «côr purpúrea-violeta»;
- *violaceus* «roxo, ou da côr de violetas»;

Verde:

- *felleus* «verde escuro e brilhante»;
- *herbeus*, *herbidus*, *herbaceus* «côr de erva», «verde»;
- *myrteus* que denominava vários matizes; «que tem côr de murta ou de murtinhos»;
- *porraceus* «verde escuro»;
- *vitreus* «verde claro»;
- *cumatilis* (*cymatilis*) «côr verde-mar»;
- *prasinus* «verde»; «vert foncé solvante bleuté», em Junius (1583) «verde que tem um pouco ruivo».

Vermelho:

- *coccineus* «da côr de escarlata»; «tinto de grã ou de côr grã»;
- *fulvus* «côr de ouro»;
- *flammeus* «côr de fogo»;
- *igneus* «côr de fogo»;
- *roseus* «côr de rosa, semelhante à rosa, vermelho»;
- *rubicundus* «muito vermelho»;
- *utilus* «de côr vermelha, brilhante»;
- *spadix* «côr vermelha escura».

Em alguns dicionários, os termos cromáticos latinos estão definidos mediante os seus equivalentes em português:

- *fulvus* «... que tira a vermelho»;
- *ostrinus* «de púrpura»;
- *roseus* «côr de rosa»;
- *rubicundulus* «vermelhinho»;
- *rufus* «ruivo»;
- *vermiculus* (Fernández, 1569)⁴⁶ «bermejo».

Há um exemplo de um substantivo latino traduzido como os adjetivos de cor:

- *rubor* (Firmino, 1907-2001: 506) «cor vermelha, vermelhidão, rubor...»;

Em suma, os adjetivos de cores latinos, coletados e apresentados acima, permitem-nos observar os métodos que os portugueses usaram antigamente para criar o vocabulário cromático. Estes métodos consistem em fazer uma descrição objetiva a cada cor, ligando-as a objetos reais que estão em volta, segundo a sua tonalidade. Aliás, o desenvolvimento do léxico cromático depende, em grande parte, do uso de substâncias colorantes, já que a partir do século XVI, juntamente com o desenvolvimento da pintura, o número das denominações cromáticas cresceu enormemente. Também a indústria contemporânea, com a sua imensidão de cores e novas nuances, leva-nos à criação de novos nomes de cores e ao desenvolvimento das estruturas descritas acima.

⁴⁶ Citado por Stala (2011).

IV- O caso do vermelho

Neste subcapítulo, optamos por fazer uma junção de informações de diversas fontes sobre a cor vermelha. Em um primeiro momento será explicado de onde é extraída a cor e uma breve história da mesma. No segundo momento são citados os significados do vermelho para diferentes culturas e o porquê desses significados. Para finalizar a pesquisa é feita uma análise das ocorrências encontradas nos corpora. A metodologia adotada para este ponto concentra a pesquisa em referências bibliográficas, além da própria análise dos exemplos dos corpora.

1- Vermelho: marcos teóricos e culturais:

Na hierarquia de Berlin e Kay, o vermelho ocupa a posição mais alta entre as cores cromáticas, tal como em todas as culturas e sistemas simbólicos da antiguidade. É a cor predominante nas pinturas pré-históricas. Baran (1996: 57) menciona os «enterros vermelhos», onde os corpos dos falecidos estavam cobertos de ocre vermelho, sinal da preocupação pelos mortos. O vermelho representa o nível mais alto de perfeição.

«Falar de “cor vermelha” é quase um pleonasmo. O vermelho é a cor por excelência, a cor arquetípica, a primeira de todas as cores [...]. O vermelho é o mais conotado de todos os termos de cor, mais ainda do que preto ou branco» (Pastoureau, 1997: 160)

Segundo Pedrosa (2002: 108), o vermelho é uma cor primitiva (indecomponível), tanto em cor-luz como em cor-pigmento. Possui um elevado grau de cromaticidade e é a mais saturada das cores, decorrendo daí a sua maior visibilidade, em comparação com as demais. O seu escurecimento em mistura com o preto (escala de valor) tem como pontos intermediários, entre o vermelho e o preto, vários tons de castanho. O seu escurecimento sem perda de luminosidade (escala de tom) obtém-se através da mistura das cores púrpura, violeta ou azul, dependendo do grau de escurecimento desejado. É a única cor que não pode ser clareada sem perder as suas características essenciais. Clareado com a mistura do amarelo produz a cor de laranja, e dessaturado pela mistura com o branco produz o rosa. O vermelho é a cor que mais se destaca visualmente e aquela que mais rapidamente é distinguida pelos olhos. Com efeito, dos vários tons de vermelho utilizados pelos tintureiros e pintores, destacam-se o vermelho-saturno, o inglês, a laca e o de cádmio: o vermelho-saturno, ou mínio (zarcão), já era conhecido dos pintores gregos e romanos. É obtido através da lenta oxidação do chumbo exposto ao ar ou pela calcinação do alvaiade de chumbo. Os vermelhos-laca

provêm da alizarina, da rúbia de tintureiro, da cochinha, do vermelho-de-litol e da paranitranilina.

O vermelho é a mais contraditória das cores devido à sua origem e ao seu processo de saturação. Nos círculos cromáticos de matizes contínuos e nas experiências prismáticas, o vermelho surge entre as radiações violáceas e as alaranjadas que se interpenetram, sendo impossível determinar onde começa e termina o vermelho-alaranjado. O mesmo ocorre com o vermelho-avioletado.

Os dois protótipos de vermelho são o sangue e o fogo: aplica-se à cor como a do sangue ou semelhante (DUE, 1991 II: 1053)⁴⁷, embora algumas fontes a associem com a cor das papoulas (DESE, 1991: 1073)⁴⁸, no entanto, a existência do adjetivo sanguíneo em português e noutras línguas românicas dá indubitável primazia ao primeiro protótipo. Além disso, tanto o português como o francês e o espanhol servem-se de referências prototípicas para formar diversas locuções baseadas no conceito de sangue e fogo (veja Bluteau, 1728). Covarrubias (1611)⁴⁹ não dá nenhuma definição do vermelho nem dos seus sinónimos, mas noutros dicionários do Século de Ouro, o fogo e o sangue são a base comparativa mais comum: *rutilus* «coor di fuego» (Bravo, 1628), «afogueado» (Nicolau Firmino); *rubicundus* «roxo como la sangre» (Jenius, 1583).

Raphael Bluteau⁵⁰ (1728): vermelho Cor. Hũa das cores compostas. Observa a Filosofia tres castas de vermelho em géral. Hũa, que participa do azul, como porpura, & carmezim. A segunda, que tem sua parte de amarello, **como a cor de fogo**, & a de laranja, entre estes dous extremos, ha outra, que nao participa da primeira, nem da segunda, & he propriamente o que se chama vermelho. Tem a cor vermelha, como todas as mais, muita diversidade. O vermelho mais subido **he o do sangue**, da grãa, da porpura, & das rosas com a admiravel variedade, que se ve nas diferentes castas dellas. Pheniceus, algũas vezes se toma em Latim por vermelho, porque na Phenicia, & particulartmente na Cidade de Tyro, se tingia perfeitamente de vermelho; & (Segundo Santo Isidoro, lib. Etymol.) Os frontispios dos livros se costumão imprimir com letra vermelha, em memoria de que os Phenicios forão inventores das letras; & já no tempo de Ovidio se usava este costume,

⁴⁷ Moliner, M. (1991), *Diccionario de Uso del Español*.

⁴⁸ Diccionario esencial Santillana de la lengua española, (1991), Madrid: Santillana, citado por Stala 2011.

⁴⁹ Covarrubias. S. (1943) *Tesoro de la lengua castellana o española*.

⁵⁰ Bluteau. R. (1712-1728). *Vocabulário Portuguez & Latino: áulico, anatómico, architectonico*.

porque no liv. X. De Trisibus diz: *Nettilus minio, nec cerdo charta notetur*. Cor vermelha. Rubens color. Plin. Tingir de vermelho. *Aliquid rubro colore inficere*.

Dicionário de dicionários do galego medieval: vermelho: (vermic'lu, demin. de verme), de faces rosadas⁵¹.

António de Moraes Silva⁵² (1789): vermelho, adj. Côr do rosto corado com vergonha, e de vermelhão, mas menos vivo.

Luiz Pinto⁵³ (1832): Vermelho, adj. Côr de vermelhão, cor encarnada. (Vermelhão, s.m.ões no plur. Mineral de côr vermelha acceza. Tinta artificial da mesma côr. Fig. Arrebique.

Cunha, Antonio Geraldo da, 1924-1999⁵⁴: Vermelho, adj. `da cor do sangue` XIII. Do lat. *Vermiculus*.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo (1913)⁵⁵:

vermelho: adj. Muito encarnado; rubro. Pop. Fig. Revolucionário. M a cor vermelha. Verniz, feito de resina, **sangue** de drago e álcool.

Kristol (1978)⁵⁶ sublinha a exuberante quantidade de palavras para expressar nuances precisas, o maior número de procedimentos metafóricos e certas evoluções semânticas, visíveis sobretudo nas línguas ibero-românicas, que identificam a cor com o vermelho. Skultéty (1982) cita alguns dados para mostrar a riqueza de denominações da cor vermelha em vários idiomas: o latim possuía mais de 70 adjetivos que expressavam essa cor.

2- O conceito «vermelho» em latim e em português

André⁵⁷ (1949) enumera os seguintes termos que denominavam o vermelho em latim:

- *roseus*: «couleur de rose» com toda a variedade de nuances (André, 1949: 112);
- *ruber*: com a sua família *rubere*, *rubor*- «rouge sans nuance précise» (André, 1949: 77);

⁵¹ Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1920): «Glossário do Cancioneiro da Ajuda».

⁵² Silva, António Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*.

⁵³ Pinto. L. M. S. 1832. *Diccionario da Língua Brasileira*

⁵⁴ *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.

⁵⁵ Tirado de uma versão baseada na referida de 1913, mas em que alterações foram realizadas a nível de formatação e de alguns registos. Esta versão está disponível em: <http://dicionario-aberto.net/estaticos/legal.html>

⁵⁶ Kristol, A. M. (1978). *Color: les langues romanes devant le phénomène de la couleur*.

⁵⁷ André. J. (1949). *Étude sur les termes de couleur dans la langue latine*.

- *russus, rosseus*: probabl- «un rouge vif» (André, 1949: 83); «vermelho carregado» (Firmino, 1907-2001)⁵⁸;
- *rutilus*: «rouge vif» (André, 1949: 85);
- *purpureus*: «vários tons do vermelho» (André, 1949: 91-94-96);
- *sanguineus*: «de cor de sangue» (André, 1949: 113);
- *badius*: «rouge-brun» (André, 1949: 119).

Apesar de *ruber* ser o termo mais comum em latim, foi substituído pela palavra de origem dialetal *rubeus*, que somente no caso do francês manteve a sua posição central (passando a *rouge*), enquanto em português e espanhol o seu uso contextual ficou reservado, exclusivamente, para a cor do cabelo (ruivo).

3- Análise diacrónica e sincrónica de «vermelho»

O étimo do português moderno «vermelho», é o lat. *vermiculus* «verme pequeno», dim. de *vermis*, e o registo de vermelho remonta ao século XIII (CdP; Houaiss, 2001) exemplo (a):

(a) Cantigas de Escárnio e Maldizer (1201-1300)

«[...] . Eoi! Esto per dito chegou Pero Ferreira, cavalo branco, **vermelho** na peteira, escud'a colo, que foi d'ũa masseira, sa lança torta d'um ramo de cerdeira, capelo de ferro, o anasal na trincheira e furad o em cima da moleira; traj'ũa osa e ûa geolheira, estrebeirando vai de mui gram maneira [...]»⁵⁹.

O termo «vermelho» regista 14 329 ocorrências nos *corpora* consultados, nas quais a classe gramatical predominante, morfológicamente falando, é a do adjetivo: em 12940 ocorrências é adjetivo com uma percentagem de 90%, enquanto em 1389 ocorrências é nome (10%), veja os gráficos 3, 4 e 5:

⁵⁸ Firmino, Nicolau (1907-2001).

⁵⁹ Exemplo retirado do CdP, disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/2008/x.asp>

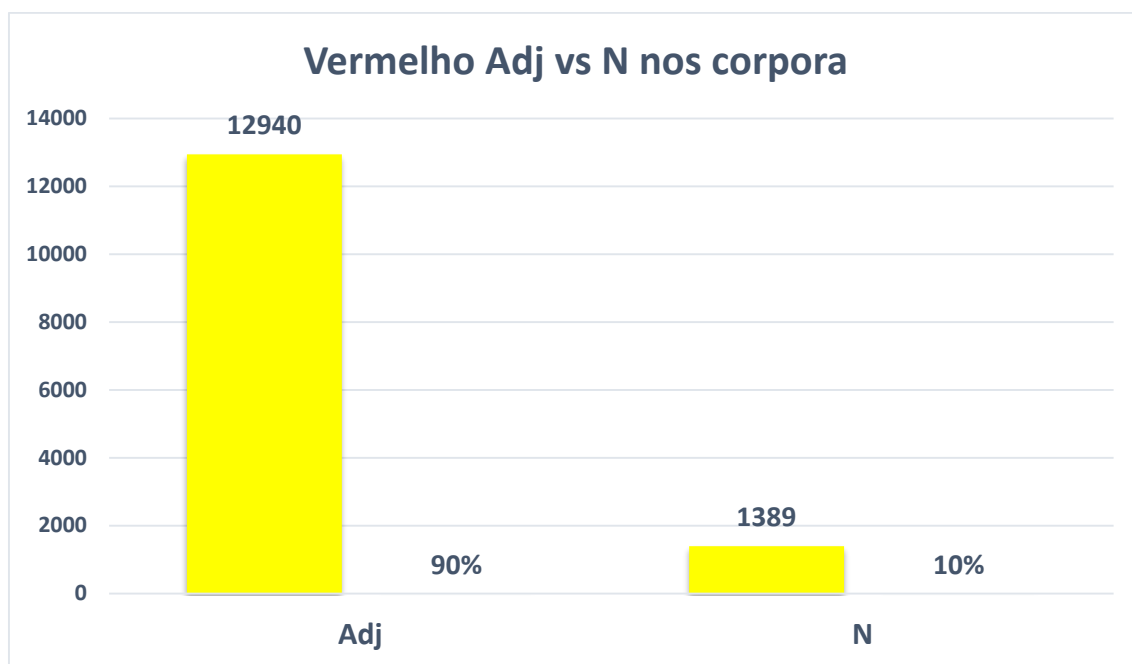


Gráfico 4: Comaparação da classe gramatical de «vermelho» nos *corpora* consultados

Gráficos detalhados:

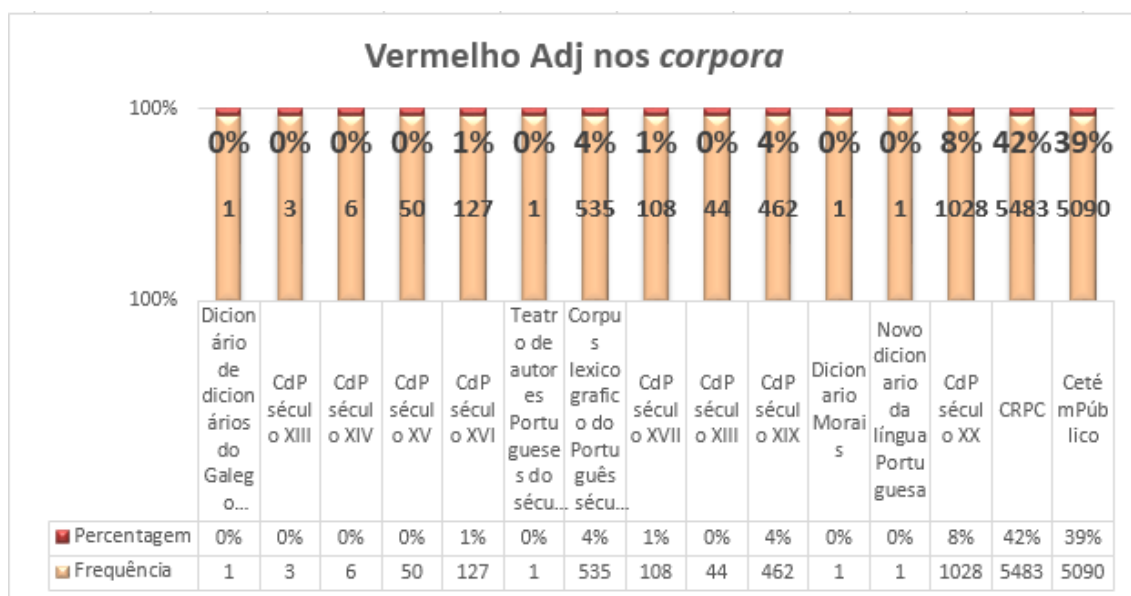


Gráfico 5: Classe gramatical de «vermelho» nos *corpora* consultados

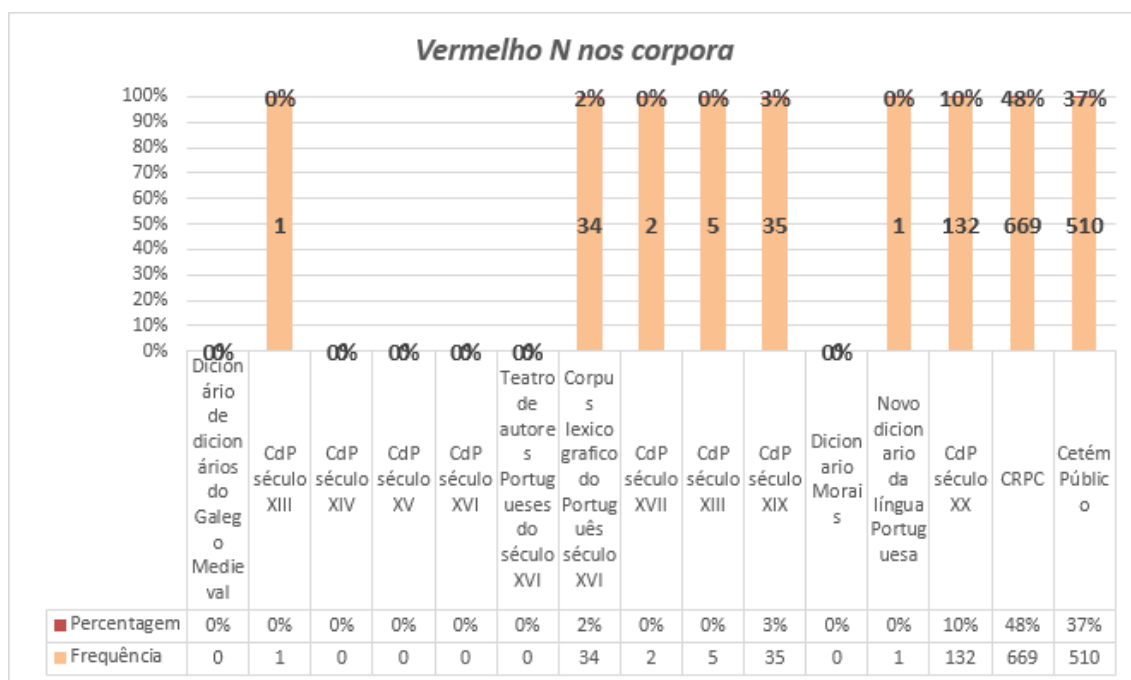


Gráfico 6: Classe gramatical de «vermelho» nos *corpora* consultados

Tomando como base apenas o CdP, por ser cronológico, o termo «vermelho» ocorreu 2003 vezes: em 7,26 milhões de palavras no século XIII, ocorreu quatro vezes (três como adjetivo e uma como nome); ocorreu 12 vezes em 9,32 milhões de palavras no século XIV (em seis ocorrências é adjetivo); ocorreu 51 vezes em 17,93 milhões de palavras no século XV (em 50 ocorrências é adjetivo); ocorreu 127 vezes em 29,31 milhões de palavras no século XVI; ocorreu 110 vezes em 33,62 milhões de palavras no século XVII (em 108 ocorrências é adjetivo); ocorreu 49 vezes em 22,38 milhões de palavras no século XVIII (em 44 ocorrências é adjetivo e em cinco é nome); ocorreu 497 vezes em 51,04 milhões de palavras no século XIX (em 462 ocorrências é adjetivo e em 35 é nome); e ocorreu 1160 vezes em 57,24 milhões de palavras no século XX (em 1028 ocorrências é adjetivo e em 132 é nome), veja os seguintes gráficos:

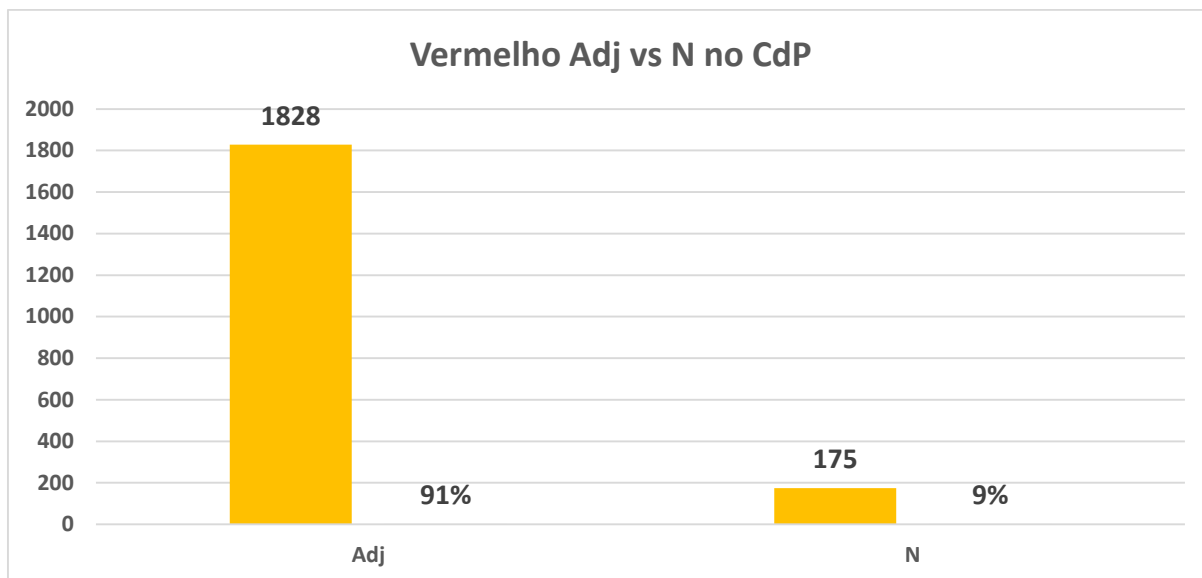


Gráfico 7: Comparação da classe gramatical de «vermelho» no CdP

Gráficos detalhados:

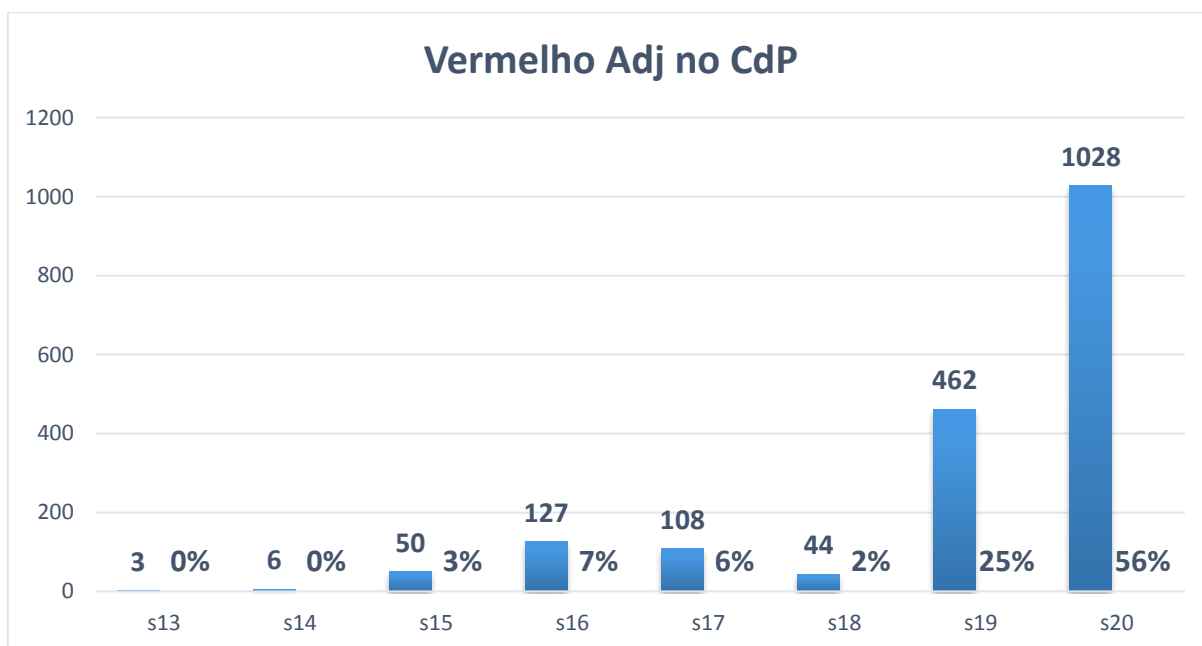


Gráfico 8: Classe gramatical de «vermelho» no CdP

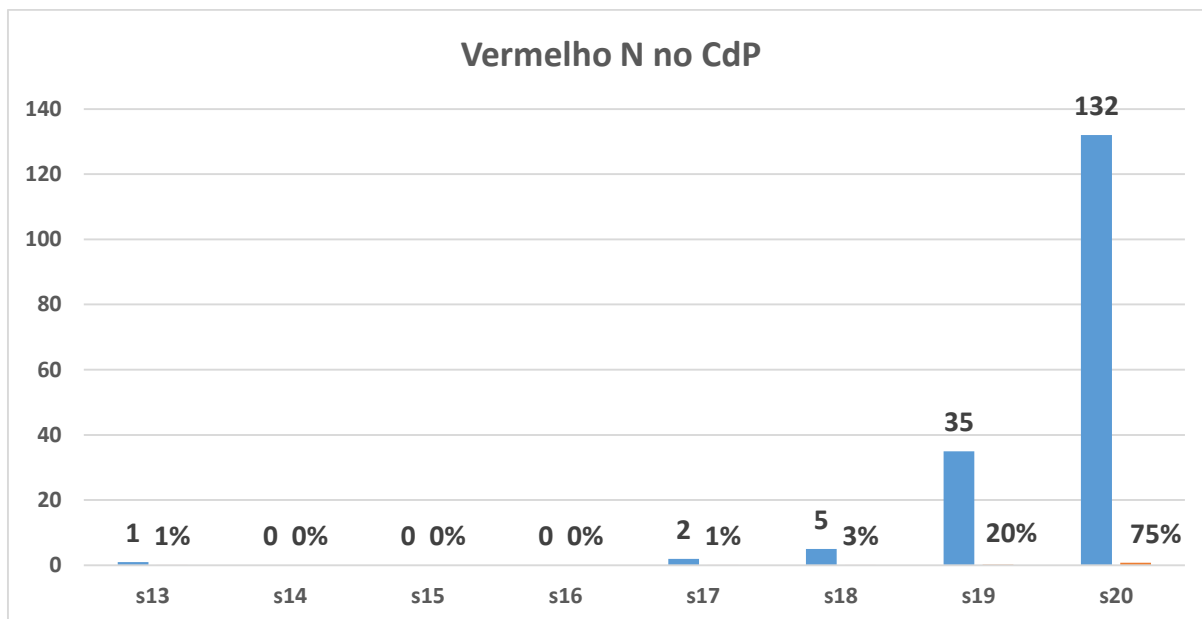


Gráfico 9: Classe gramatical de «vermelho» no CdP

A classe predominante é a de adjetivo: de uma totalidade de 2003 ocorrências, o termo «vermelho» é adjetivo em 1828 com uma percentagem de 91% e é nome em 175 (9%), excluindo as ocorrências em que foi atestado com nomes próprios. Assim, concluímos que a relação entre nome e adjetivo altera-se ao longo do tempo e as frequências do termo «vermelho» como nome começaram a ser frequentes a partir do século XVI, como foi atestado acima.

No *corpus* (CdP) registam-se vários matizes cromáticos relativos a «vermelho», como se pode ver nas seguintes combinações sintagmáticas apresentadas no quadro abaixo:

Ordem	Combinação sintagmática	Frequência	Datas
1	VERMELHO VIVO	12	Século XVIII
2	VERMELHO RUTILANTE	5	Século XVIII
3	VERMELHO ESCURO	4	1712-1721
4	VERMELHO AFOGUEADO	2	Século XVIII
5	VERMELHO ESCARLATE	2	1986
6	VERMELHO FORTE	2	Século XVIII
7	VERMELHO QUENTE	2	Século XVIII
8	VERMELHO VERDE	2	1497

9	VERMELHO VIVÍSSIMO	1	Século XVIII
10	VERMELHO VIBRANTE	1	1988
11	VERMELHO TOSTADO	1	1663
12	VERMELHO TENRO	1	1907
13	VERMELHO SUJO	1	1901
14	VERMELHO SUAVE	1	Século XIX
15	VERMELHO SANGÜÍNEO	1	Século XVIII
16	VERMELHO ROXO	1	1996
17	VERMELHO PÁLIDO	1	Século XIX
18	VERMELHO NEGRO	1	1988
19	VERMELHO INTENSO	1	1945
20	VERMELHO ENFUMAÇADO	1	Século XVIII
21	VERMELHO AMARELO	1	Século XIX
22	TIRANTE A VERMELHO	1	1712-1721
TOTAL		45	

Quadro 1: Combinações sintagmáticas retiradas do CdP

Partindo deste quadro, podemos dizer que a contribuição desta cor para a ampliação lexical em português através de associações sintagmáticas atesta-se a partir do século XVIII. Neste contexto, optámos por apresentar algumas dessas combinações sintagmáticas, segundo a sua primeira atestação no CdP. Veja-se os seguintes exemplos:

(1) Joaquim Manuel de Macedo. (Século XVIII). *A Luneta Mágica*

«[...] que na primeira operação mágica se observaram; as cores, porém eram outras e diferentes; as paredes estavam pintadas de **vermelho vivo**, tendo em cor de ouro as vinte e duas chaves do Tarot, e os sinais dos sete planetas [...]»

(2) Euclides da Cunha. (Século XVIII). *Crônicas*

«[...] últimos recursos para a satisfação da sede e da fome ao viajante retardatário - cactáceas gigantes que, revestidas de grandes frutos de um **vermelho rutilante** e subdividindo-se com admirável simetria em galhos ascendentes, igualmente afastados [...]»

(3) Rafael Bluteau. (1712-1721). *Vocabulario Portuguez e Latino... A2*

«[...] de outras partes da Asia o caçador depois de o matar lhe corta a bexiga, q tẽ debaixo do embigo, della tira hũa posta de sangue coalhado, do tamanho de ovo de gallinha, poemse a secar ao Sol, & se reduz a huma materia leve de hum **vermelho escuro**, & de hum cheiro forte, & o tornaõ a envolver na sua bexiga, para o conservar [...]»

(4) Simão de Vasconcelos. (1663). *Crónica da Companhia de Jesus*

«[...] Era a primeira delas: como nao conservaram as cores? Porque nenhum dos seus primeiros pais teria cor de quase **vermelho tostado**, qual é a dos índios da América. Na resposta que deram atribuíam a mudança das cores ao demasiado calor que fere suas carnes. E parece falaram conforme a Filosofia [...]»

(5) Júlio Dinis. (século XIX). *As Pupilas do Senhor Reitor*

«[...] A tarde aproximava-se do fim; estendiam-se já as sombras muito para o oriente, e coloriam-se de **vermelho afogado** as vidraças voltadas ao ocaso. O reitor encaminhou-se para uma das casas de mais miserável aparência [...]»

(6) Paulo de Carvalho-Neto. (1986). *Suomi*

«[...] a viúva, recebeu O Homem. Viram-na sentada no caixote, O Gigante morto no seu colo, as feridas sangrando em **vermelho escarlate**. Rui Galo aproximou o lampião de querosene e a luminosidade formou um halo violeta por detrás. - Já passamos a Encruzilhada, Honorato? - Passamo, sim sinhô [...]»

(7) Eça de Queirós. (Século XIV). *O Crime do Padre Amaro*

«[...] perdera aquela expressão inquieta que lhe punha nos lábios uma secura e lhe afilava o nariz. Nos seus beijos havia um **vermelho quente** e úmido; o seu olhar tinha risos sob um fluido sereno; toda a sua pessoa uma aparência madura de fecundidade [...]»

(8) Rafael Bluteau. (1712-1721). *Vocabulario Portuguez e Latino... Al*

«[...] a qual com fios, ou fibras, que tem por baixo, busca o seo alimento He de cor branca, mas **tirante a vermelho** He muito leve, algum tanto acre, & aggradavel ao olfato, mas com alguma fortidão [...]»

Conjuntamente, ao mesmo campo cromático pertencem os derivados⁶⁰ «avermelhado», «avermelhar», «envermelhar», «vermelhão», etc. Veja-se o quadro abaixo:

⁶⁰ São formas levantadas do dicionário Houaiss (2001) e do DLPC (2001).

Quadro 2: derivados do vermelho

<i>Fontes</i>	<i>Dicionario de dicionarios do galego medieval</i>	<i>Corpus do Português (Século XIII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XIV)</i>	<i>Corpus do Português (Século XV)</i>	<i>Corpus do Português (Século XVI)</i>	<i>Teatro de Autores Portugueses do século XVI</i>	<i>Corpus Lexicográfico do Português (Século XVI)</i>
<i>avermelhado</i>							✓
<i>avermelhamento N</i>							
<i>avermelhar V</i>							
<i>envermelhar V</i>							
<i>envermelhecer V</i>							
<i>infravermelho Adj.</i>							
<i>infravermelho N</i>							
<i>revermelhar V</i>							
<i>vermelhaço Adj.</i>							
<i>vermelhaço N</i>							
<i>vermelhão N</i>							
<i>vermelhão Adj.</i>							
<i>vermelhar V</i>							
<i>vermelhear V</i>							
<i>vermelhecer V</i>							
<i>vermelhejar V</i>							
<i>vermelhento Adj.</i>							
<i>vermelhidão N</i>					2		✓
<i>vermelhinho Adj.</i>							
<i>vermelhíssimo Adj.</i>							
<i>vermelho N</i>		1					
<i>vermelho Adj.</i>	✓☞	3	12	51	127	✓	✓
<i>vermelhozinho Adj.</i>							
<i>vermelhuço Adj.</i>							
<i>vermelhusco Adj.</i>							

<i>Fontes</i>	<i>Corpus do Português (Século XVII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XVIII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XIX)</i>	<i>Dicionário Morais</i>	<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Candido de Figueiredo)</i>	<i>Corpus do Português (Século XX)</i>	<i>CRPC</i>	<i>CETEMP úblico</i>
<i>avermelhado</i>			30	✓	✓	42	68	49
<i>avermelhamento N</i>						1	2	
<i>avermelhar V</i>		1	1		✓	2	4	3
<i>envermelhar V</i>				✓	✓			
<i>envermelhecer V</i>					✓			
<i>infravermelho Adj.</i>								
<i>infravermelho N</i>						26	53	40
<i>revermelhar V</i>					✓		2	
<i>vermelhaço Adj.</i>					✓	1	5	

⁶¹ Usamos este símbolo (✓) para mostrar que a referida forma está registada na fonte consultada.

<i>vermelhaço N</i>								
<i>vermelhão N</i>	7		16	✓	✓	16	42	9
<i>vermelhão Adj.</i>								
<i>vermelhar V</i>					✓			
<i>vermelhear V</i>								
<i>vermelhecer V</i>								
<i>vermelhejar V</i>	1				✓			
<i>vermelhento Adj.</i>								
<i>vermelhidão N</i>			38	✓	✓	25	57	
<i>vermelhinho Adj.</i>					✓			13
<i>vermelhíssimo Adj.</i>							2	
<i>vermelho N</i>	2	3	35		✓	132	669	510
<i>vermelho Adj.</i>	108	46	462	✓	✓	1028	5483	5090
<i>vermelhozinho Adj.</i>								
<i>vermelhuço Adj.</i>								
<i>vermelhusco Adj.</i>					✓	1	5	

O léxico da língua portuguesa é constituído pela totalidade das experiências dos portugueses acumuladas ao longo da história. Do mesmo modo que esta sociedade se modifica, o léxico também sofre alterações que refletem o uso que os falantes fazem das unidades lexicais e da estrutura da língua. Assim, temos unidades que caem em desuso, como é o caso das formas «*coor*» e «*color*»⁶², como também existem conceitos que surgem, provocando a criação de novas unidades a partir dos processos de formação de palavras, como a sufixação, a prefixação e a composição. No caso do vermelho, como se pode observar no quadro acima, constatamos que o processo de formação predominante nos derivados atestados nos *corpora* é a sufixação, sendo que a maioria foi atestada de forma representativa nos séculos XIX e XX, exceto os seguintes sufixos: «*ão*» – sufixo nominal que forma nomes e adjetivos (com valor aumentativo) e que está atestado desde o século XVI; «*ejar*» – sufixo verbal que foi atestado no século XVII; e, por último, a palavra parassintética «*avermelhado*», que, por sua vez, surgiu no século XVI.

O derivado «*avermelhado*», cuja forma feminina no CdP tem uma primeira atestação em 1752 (exemplo 7), só tem a forma masculina registada no CLP em 1737 (exemplo 8); a forma verbal «*avermelhar*» só é atestada mais tarde, conforme se verifica no exemplo (9), retirado do CdP (século XVIII):

(7) Teresa Margarida da Silva e Orta. (1752). *Aventuras de Diófanés*

⁶² Formas apresentadas no segundo gráfico mencionado no subcapítulo intitulado «cor no português».

«[...] mas estas considerações despersuadia o reparar que tinha a cabeça, e o rosto cheio de cicatrizes, era totalmente falto de dentes, e tinha muito **avermelhada** a cor, e diversa da de Diófanes [...]»

(8) Pedro José da Fonseca. (1737-1816). *Obra Fonseca, Parvum Lexicon* (1798)

«[...] Col. **Avermelhado**, algum tanto vermelho.»

(9) José de Macedo (assinado por António Melo da Fonseca). (Séc. XVIII). *Antídoto da Língua Portuguesa*

«[...] De Azul, Branco, Alvo, Verde, e Vermelho, Azular, Branquear, Alvejar, Verdejar e **Avermelhar**. De Chumbo, Estanho, Ferro, Prata, e Ouro, Chumbar, Estanhar, Ferrar, Pratear, e Dourar [...]»

De «vermelho», termo cromático direto, forma-se o aumentativo «**vermelhão**», designação do «sulfato de mercúrio pulverizado, que devido à sua cor vermelha é como corante no fabrico de tintas» (DLPC, 2001 II: 3731), que possui um vermelho intenso e, por extensão, passou a denominar esta cor e que, segundo o CdP, tem uma primeira atestação em 1603 (exemplo 10):

(10) Fernão Mendes Pinto. (1603). *Peregrinação*

«[...] A mão esquerda pelo mesmo modo estaua outro menino tambem muyto fermoso & riquissimamente vestido de huas vestiduras de citim cramesim com rosas douro espalhadas por ellas, o qual tinha o braço direyto arregaçado, & tinto de **vermelhão** que parecia como sangue, & na mão direita tinha hum rico treçado nù, tâbem tinto do mesmo vermelhaõ [...]»

Além disso, há formas que não foram atestadas nos *corpora* consultados, como, por exemplo, «**vermelhear**», «**vermelhecer**», «**vermelhento**», «**vermelhozinho**» e «**vermelhuço**». Também há outras formas que apareceram, mas deixaram de ser usadas, como é o caso de «**vermelhejar**», que ocorreu apenas uma vez no texto de Bento Pereira, (exemplo 11). Há ainda outras formas que não foram atestadas no CdP, mas estão registadas no dicionário de Cândido de Figueiredo (1913), como, por exemplo, «**vermelhar**»:

(11) Bento Pereira. (1697). *Prosodia* 6

«[...] ou semelhante á Carthaginez. * *Punicani lecti*. || Leitos, camas baixas, pequenas * *Punico, as, avi, atum*. || Corar, tomar cõr morada, vermelha & c. **vermelhejar**, & c. * *Punio, is, ivi, itum. Punior, iris, itus sum*. || Castigar, justiça[r] [...]»

No mesmo campo cromático de «vermelho» inclui-se «**encarnado**», cujo étimo é *incarnatus*, particípio passado do verbo latino *incarnare* («transformar-se ou converter-se em carne». DLPC. 2001. II: 1392). Segundo os *corpora*, tal como «vermelho», «encarnado» remontaria ao século XIII. Atualmente, o termo cromático «vermelho» é a denominação geral, enquanto «encarnado», embora seja semanticamente equivalente, tem uso mais restrito do ponto de vista denominativo. O termo «encarnado» regista 220 ocorrências no CdP e a forma feminina «encarnada» ocorre por 131 vezes, sempre como equivalente de «vermelho» e, tem uma primeira atestação no CdP no século XV:

- Gonçalo Garcia de Santa Maria. (1497). *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*.

[Assy se nomea xpisto por quãto naçeo do pouoo de jsrael em ty reçeberey gloria pellos millagres que demostrauã o poderio & excellência diuina formando me do ventre &cetera. que des o pôto que foy **encarnado** foy o corpo de Jhesu diuinalnmente formado]

- Manuel Pires de Almeida. (1635). *Poesia e Pintura*

«[...] não conheçam por superiores. Quem há que veja o vermelhão da rosa, o lacre do cravo, o **encarnado** da papoula, a neve do jasmim, o amarelo da coroa-de-rei, a cor celeste da viola, o azul do linho florido [...]»

- Fernão Mendes Pinto. (1603). *Peregrinação*

«[...] vay vestido de branco, & o da mã esquerda, que significa a justiça, vay vestido de **encarnado**. E as caualgaduras em que vão estes meninos, tambem leuão suas gualdrapas do mesmo de que elles vão vestidos [...]»

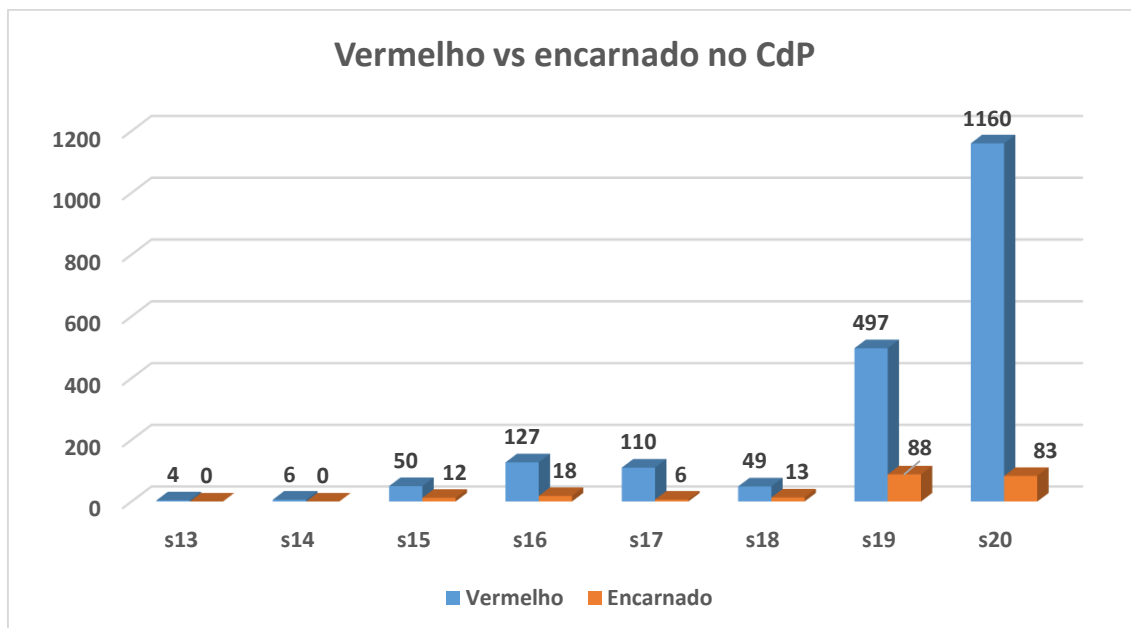


Gráfico 10: comparação entre «vermelho» e «encarnado» no CdP

De referir que há outras denominações pertencentes ao campo de «vermelho» que estão registadas, como é o caso de «púrpura» e «roxo». Contudo, neste trabalho, optámos por abordar apenas o termo «roxo», que provém do latim *russeu* – «vermelho escuro». De acordo com Houaiss (2001), o termo «roxo» é o que nomeava ou o que tinha uma «cor avermelhada». No CdP tem uma primeira atestação no século XIII, conforme demonstra o seguinte exemplo:

– Cantigas de Escárnio e Maldizer (1201-1300)

«[...] ca el, se fosse santom, nom fora ao vergalhom **roxo** do meu seendeiro. V15 Nom vistes peor parado albergue do que achei entom [...]»

O étimo de «roxo» apresenta uma história particular, ou seja, deu origem noutras línguas românicas a cognatos que denominam a cor vermelha, como, por exemplo: *rouge* em francês, *rojo* em espanhol e *rosso* em italiano (Said Ali, 1931)⁶³. No caso do português, segundo o CdP, constatmos que este termo partilha a mesma designação com o vermelho até o século XVIII (conforme afirma o gráfico abaixo nº 10). Entretanto, foi progressivamente substituído nessa qualidade pela forma «vermelho» a partir do século XIX, assumindo o valor que atualmente se lhe conhece:

1– Domingos Olímpio. (1878). *Luzia-Homem*

⁶³ Said Ali, Manuel. (1931). *Nomes de cores*.

«[...] A mulher largou um grito rasgado e a criança pulou. Estava **roxo** como uma berinjela. Mal se viu aliviada, era só arremetendo para ver o filho [...]

Já no século XVI, os portugueses usavam a designação “*Mar Vermelho*”, antes, mesmo, de nele terem navegado. Observando o gráfico abaixo, em que tentamos comparar estes dois termos, com base nestas designações “*Mar Vermelho*” e “*Mar Roxo*”, constatamos que no século XVI, aquele mar era designado pelos portugueses como Mar Roxo (ocorre 96 vezes), pois, por vezes preferiam chamar-lhe assim, uma vez que naquela época o vocábulo *roxo* era sinónimo de *vermelho*.

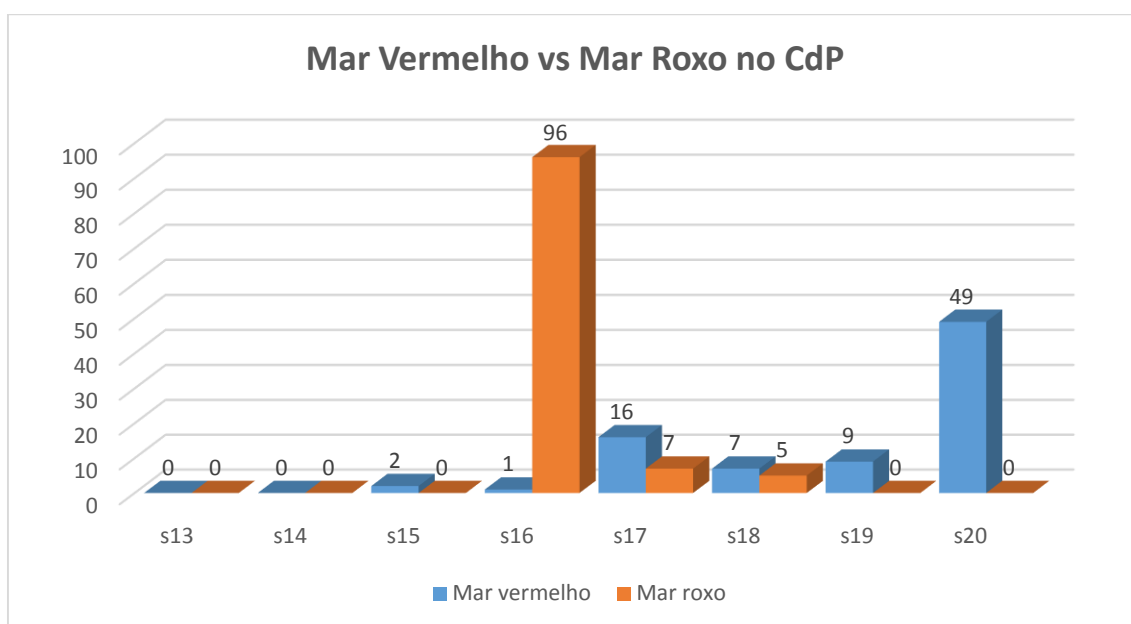


Gráfico 11: Comparação entre Mar vermelho e Mar roxo no CdP

Além disso, o CdP mostra que em 1901 ainda se podia associar vermelho e roxo, só que o roxo neste contexto, é usado para designar a tonalidade do primeiro termo:

2– Júlia Lopes de Almeida. (1901). *A Falência*

«[...] comeu duas duzias de beterraba, reteve a urina e quando o mestre dos Esculápios o investigava pediu um pinico. Aliviado, urinou da bexiga líquido vermelho **roxo**. Espantado, o auscultador da saúde, recuou falando: - isso é grave, é infeccioso. - Quinto dia [...]

4- Alguns dados do castelhano

O termo «vermelho» é um dos numerosos elementos do campo semântico desta cor. Atualmente, embora seja o termo central, compartilha traços semânticos com outras

denominações, formando uma rede de interdependências semânticas e textuais, que, por sua vez, apresentam diferenças entre Portugal e outros países de língua portuguesa.

No entanto, na maioria dos casos, as denominações de «vermelho» são monolexemáticas. Entre elas, destacam-se os adjetivos, embora não haja falta dos nomes. Por isso, enumeramo-los conforme estão abaixo e com base em algumas referências citadas por Ewa Stala:

– **arrebol** (Percyval, 1591; Covarrubias⁶⁴, 1611; Trognésius, 1639) «rouge a farder» (Trognésius); ainda no século XV «cor encarnada que as mulheres colocam em seus rostos» (Alonso, 1986 I: 385); hoje em dia é usado mais como um termo poético, no sentido de «vermelho»;

– **baio** (Minsheu, 1599); bayo (Liano, 1565; Minsheu, 1599; Thresor, 1617; Luna, 1625; Florentin, 1638; Tesoro 1671; Henriquez 1679) – em latim, referia-se à cor dos cavalos; André (1949) traduziu-o por *rouge-brun*, e é por isso que o juntamos ao campo semântico do vermelho. No *Tesoro* «bay, couleur de cheval, de gris a souris». Segundo Corominas (Dcech, 1980 I: 550), é «moreno tirando a amarillo»; aplicado a cavalos adquire o significado de «branco amarelado», enquanto em francês designa «vermelho tirando a castanho»;

– **carbonizado** (Qudin, 1607) – o autor traduziu-o como «rouge de seau», provavelmente por causa da associação com a cor vermelha do carvão quando está a arder;

– **colorado** (Covarrobias, 1611; Thresor, 1617; Comenius, 1661; Lexicon, 1660); «colorido» (Trognésius, 1639 «rougy»), no Século de Ouro (onde era equivalente a *coloratus* ou *rubeus*); como significa «vermelho» (F. R. Tato, 1999)⁶⁵ – «colorado, encarnado, de cor vermelha», (Dcech, 1980 II: 28), aplica-se particularmente à cara das pessoas (Due, 1991 I: 674);

– **encarnado** (R. Lorenzo, 1968)⁶⁶ «a miña saya d’encarnado»⁶⁷ (Ferro 221: 24), com o tempo, «encarnado» passou a referir-se à cor vermelha tal como ela é;

⁶⁴ Covarrubias. S. (1943) *Tesoro de la lengua castellana o española*.

⁶⁵ F. R. Tato Plaza (1986). *Léxico do Libro de Actas do Concello de Santiago (1416-1422)*.

⁶⁶ R. Lorenzo (1968). *Sobre cronología do vocabulário galego-português*.

⁶⁷ Exemplo retirado do DDGM (*Dicionario de dicionarios do galego medieval - Corpus lexicográfico medieval da língua galega*).

– **escarlata** (R. Lorenzo, 1977)⁶⁸ («... panos de seda, outros d’escarlata», (M. Rodriguez Lapa, 1972) «pano rico vermelho»: (Afonso Soarez) nem por panos de seda, quant’ é por escarlata; (199: 8); (Covarrubias, 1611) «es la color subida y fina de carmesí, o grana fina y desta sede o paño» – atualmente, define-se como «cor vermelha muita viva» (DPLP)⁶⁹;

– **rubicundo** (Minsheu, 1599; Trognésius, 1639 – «reddish colour» (Minsheu) o «pein de rouge» (Trognésius); hoje aplica-se às pessoas que têm a cara avermelhada (exemplo: «nariz rubicundo», DPLP);

– **tinto** (Minsheu, 1599; Thresor, 1617; Trognésius, 1639; Tesoro, 1671) – aplicado à cor do vinho «vin rouge ou noir»; (M. C. Barreiro, 1995)⁷⁰ – adx. de cor encarnada escura. Os tecidos de la foron os máis utilizados na Idade Media; estes tecidos ou panos elaboráronse en calidades moi distintas e tinxíronse de cores moi variadas: violeta, branca, dourada, negra, laranxa, vermella, azul, amarela, gris, tinta, etc. Pero non tódalas cores puideron ser utilizadas por tódalas clases sociais; nas Cortes de 1252 ós mouros prohibíuselles vestir panos vermellos e verdes e no ano 1268 non podían usar ningún pano tinto. Os gregos non podían vestir cores vivas e os escudeiros tiñan prohibida a cor verde, morada, laranxa, rosada e tinta. Un dos panos máis populares na Idade Media foi o chamado tinto. Esta denominación puido ter unha dobre orixe; por unha banda, «tecido de la tinxido en calquera cor»; por outra, «tecido tinxido en cor vermella escura semellante á do viño tinto». Mesmo hoje denomina a cor «vermelho escuro (DLPC⁷¹, 2001 II: 3566)».

– **vermelhon** (1300-1400): crónica geral de Espanha de 1344 no CdP; (R. Lorenzo (1968)⁷² «vermelhão» (2161b: XVI): Cr. 1344 «dally sacam muyto vermelhon e muy bóo» (II, 61.7).

⁶⁸ R. Lorenzo (1977). *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*.

⁶⁹ <https://dicionario.priberam.org/>

⁷⁰ M. C. Barreiro. (1995): *A documentación notarial do concello de Noia (séculos XIV-XVI)*.

⁷¹ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. (2001). Vol. II. Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

⁷² R. Lorenzo. (1968). *Sobre cronologia do vocabulário galego-português*. Vigo: Galaxia.

V- O caso do verde

1- Marcos históricos e simbólicos da cor verde

Historicamente falando, tendo por base a simbologia do verde na cultura ocidental, constata-se que esta cor não se refere tanto ao mal ou à infelicidade, mas sim ao destino. O verde é uma cor ambivalente: é ao mesmo tempo a cor da fortuna e do infortúnio, da ventura e da desventura. Aliás, a sua ligação a circunstâncias e rituais surge por mero acaso. Para exemplificar, as mesas de jogo são verdes, a maioria dos campos de desporto é verde, tal como era verde, na época feudal, o prado sobre o qual se desenrolavam os duelos e os ordálios que decidiam o destino de um acusado. O verde faz-se notar ainda na erva do prado, no feltro das mesas de roleta ou de bazar, no material das mesas de pingue-pongue ou no relvado dos campos de futebol, ou seja, a superfície onde se joga o destino dos competidores é sempre associada à cor verde⁷³.

Além disso, o verde é a cor daquilo que é instável, daquilo que muda, daquilo que se deseja ardentemente, mas que se revela aleatório, como, por exemplo: a juventude, o jogo, a esperança, o próprio dinheiro, etc. (Pastoureau, 1993: 158)

No estudo de Pastoureau (2014)⁷⁴, o autor começa com um afresco de Pompeia e termina na pós-modernidade, ou seja, neste contexto, combina habilmente os aspetos materiais e imateriais da cultura ocidental a fim de verificar o máximo da presença do verde na sociedade e nas interações entre os indivíduos, permanecendo em suportes como o vestuário, o mobiliário, a heráldica, a arte religiosa, passando pelos papéis de parede e pelas criaturas de marcianos nos jornais. Pastoureau direciona-nos para aspetos que muitas vezes não levamos em consideração. Assim, a sua obra é um retomar da história da Humanidade, uma original revisitação das práticas e dos valores do Homem e da importância das cores nesse processo.

O verde é a cor da natureza, por isso podemos dizer que é uma cor presente desde sempre na vida do Homem, pois era celebrado pelos egípcios antigos e era o tom da vida, da fertilidade, etc. Conforme afirma Pastoureau, esta cor conheceu um destino menos feliz na Europa, pois não recebeu boas avaliações ao longo da história, uma vez que eram poucos os que a apreciavam pela sua beleza. O verde era tido como uma cor desonesta, instável.

⁷³ Pastoureau, M. (1993-1997). *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade*.

⁷⁴ Pastoureau, M. (2014). *Green: the history of a color*.

A forma de preparar o pigmento era extremamente complexa, aliás, sendo a prática mais usual mergulhar barras de cobre em vinagre para que se pudesse extrair a oxidação de pigmento esverdeado.

Como o verde é uma cor que desbota facilmente, era visto como sinónimo de uma moral não confiável, volúvel, traiçoeira, e, juntamente com a cor amarela, o verde tornou-se a coloração mais frequente dos trajes de Judas nas pinturas e nos afrescos da arte cristã. Pastoureau oferece um relevante contributo demonstrando que os aspetos físicos, materiais e técnicos da produção de uma cor são dados contribuintes na formação dos simbolismos, na constituição de uma moral cromática. O verde é a cor dos germânicos, dos bárbaros, dos incivilizados; é a cor da unificação do islão, o que ocasionou a antipatia da igreja católica; é a cor do sobrenatural, dos dragões, das serpentes, dos crocodilos e dos sapos, das poções das bruxas, do diabo, da pele enfermiza; é a cor de mau agouro no teatro francês de Molière. Também é, ao mesmo tempo, a cor da primavera para o Ocidente medieval – época do renascimento da natureza e, conseqüentemente, do amor, pois, na época medieval, os afetos tornam-se propícios em tempos primaveris. O verde é também a cor da juventude, das fadas, dos românticos (partilhando esta posição com o preto), dos botânicos. Talvez, por isso o verde tenha consolidado a sua posição de importância na sociedade contemporânea, tornando-se a cor da saúde, da liberdade e da esperança. Nas palavras de Pastoureau, o verde tornou-se uma cor «messiânica, que irá salvar o mundo» (1993: 221).

A história do verde edifica-se nessa complexidade fascinante, e o trabalho de Pastoureau transforma e enriquece a nossa compreensão acerca das cores, bem como o seu significado histórico e social.

2- O conceito de «verde» em latim e em português

A cor verde ocupa uma posição muito elevada na percepção do mundo. No esquema de Berlin e Kay está localizado à esquerda (depois do vermelho, juntamente com o amarelo), o que significa que é um dos primeiros termos básicos que aparece mesmo em sistemas linguísticos que não têm um léxico cromático muito desenvolvido. O verde, tal como é, pode ser obtido ao misturar as outras cores (geralmente são o azul e o amarelo que dão vários tons de verde) apenas no campo da pintura. No entanto, Baran (1996: 67) observa que:

«la interpretación lingüística no debería (...) efectuar-se a partir del análisis de los elementos contituyentes: ni el azul ni el amarillo pueden ser considerados como puntos de referencia para el estudio de la significación del verde».

Corominas⁷⁵ define o verde da seguinte forma: “del lat. *viridis* «verde», «vigoroso, vivo, jovem». 1.^a doc.: 1019 (Oelschl.). Está también en Berceo; general en todas las épocas y comum a todos los romances. Todos estos idiomas parten de una forma sincopada **viridis*, que, a juzgar por el derivado **viridia* (>*BERZA*), hubo de pertenecer ya al latín vulgar. Abundan las acs. figuradas y las frases hechas; p. ej. *Darse un verde* «divertirse uno por poco tempo» o *darse verdes* («dándome verdes com mis cincuenta reales ganados» 1555. 2.^a parte del *Lazarillo*, Rivad. III, 109); mate verde o, substantivado, un verde «el que se toma sin azúcar» arg. (Guiraldes, D. S. Sombra, ed. Espasa, 302)”. Covarrubias (1611: 159) definiu-o como «color de yerba y de las plantas, quando están en su vigor».

A definição mais moderna é a seguinte: «do lat. *viridis*. Que tem a cor resultante da combinação do azul com o amarelo; que é da cor da erva, das plantas...» (DLPC. Vol II. 2001: 3727).

Em latim, o campo do verde tinha a vantagem de ter um termo principal *viridis*, assim sublinha André (1949: 194):

«Le vocabulaire du vert, comme celui du rouge, avait l’avantage de posséder un terme général, *uiridis*, dont l’extension rendait au premier abord tout mot inutile. Cependant, comme dans les autres teintes, mais avec un développement bien moindre, le besoin s’est fait sentir de marquer plus exactement les nuances grâce à des emprunts au grec ou à des dérivés qui n’ont parfois qu’une existence éphémère et limitée à leur créateur»

Viridis, *virens* englobavam tanto o conceito de «verde escuro» como de «verde claro», estendendo assim as áreas limítrofes para o preto (*niger*) e para o branco, pálido (*albus*, *canus*) ou amarelo (*galbinus*).

Os termos latinos que denominavam a cor verde eram:

- *felleus* «verde escuro e brilhante»;
- *herbeus*, *herbidus*, *herbaceus* «côr de erva», «verde»;

⁷⁵ Coromines, Joan (1905-1997). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*.

– *myrteus*, que denominava vários matizes; «que tem côr de murta ou de murtinhos» (Cretella, 1956: 767);

– *porraceus* «verde escuro»;

– *vitreus* «verde claro».

Enquanto os termos latinos de origem grega eram os seguintes:

– *callainus* «certo matiz de verde-esmeralda»; «de côr verde-mar» (Cretella, 1956: 166);

– *cumatilis* (*cymatilis*) «côr verde-mar» (Cretella, 1956: 308);

– *prasinus* «verde» (Cretella, 1956: 961); «vert foncé solvente bleuté», em Junius (1583) «verde que tem um pouco ruivo».

Apesar disso, *viridis* foi o único termo que se conservou em todas as línguas românicas. O campo do verde, sendo o mais conservador de todos, conseguiu, na maioria dos casos, manter a sua estrutura intacta, resistindo às influências dos outros. Apenas no italiano, na região do sul de Itália, em alguns casos de romeno e albanês, é que se nota uma certa influência grega: o italiano e o romeno tendem a usar o termo «verde» para expressar «azul», enquanto, em albanês, a vizinhança entre «verde» e «amarelo», expressa através de estruturas gregas, mas com termos latinos, faz com que os seus utilizadores confundam frequentemente *verdhë* e *gjelbër* (Kristol, 1978: 272, citado em Stala, 2011).

Segundo Cardeira, Villalva e Silvestre, no artigo denominado *A especulação das cores*, o adjetivo «verde», como designação para a cor, ocorre já no século X em textos latinos e no século XIII em documentação em português.

3- Análise diacrónica e sincrónica de «verde»

O termo «verde» regista 6111 ocorrências, 4960 no singular e 1151 no plural. Vejam-se os seguintes exemplos:

– *Cantigas de Santa Maria 3*

«[...] Que me faz a mort', ond' ei gran pavor, e o mal que me ten tod' enredor, que me fez mais **verde** mia coor que dun canbrai. Santa Maria, valed', ai Sennor... Que fez enton a galardoador de todo ben* e do mal sãador? Tolleu-ll' a fever e aquel umor mao e lai [...]»

– *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense. (1200s-1300s)*

«[...] E foy-me cõ elle e levou-me a hûu canpo ã no qual avia mui desvairadas arvores de desvairados fructos. E ervas muy **verdes** de desvairadas frores e aves que cantavã ã desvairadas maneyras. E muy fremosas, qual lyngua d'homẽ nom poderia dizer [...]»

Tomando como base os *corpora* consultados, o termo «verde» regista 6111 ocorrências, nas quais a classe gramatical predominante é a do adjetivo: em 4208 ocorrências é adjetivo e em 1903 ocorrências é nome:

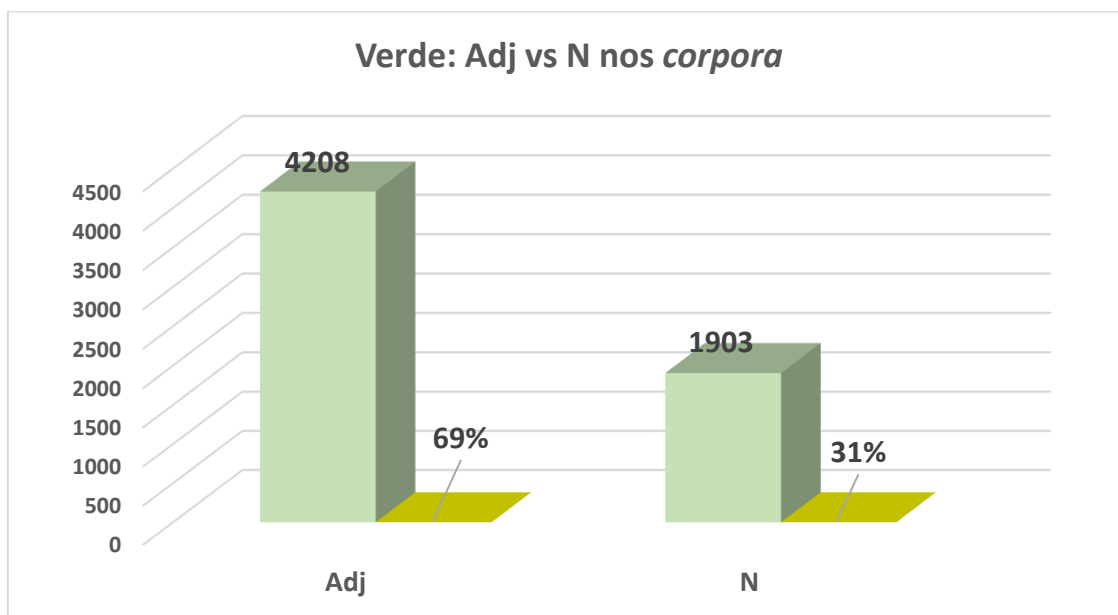


Gráfico 12: classe gramatical do verde nos corpora consultados

Conjuntamente, no CdP, o referido termo ocorre 3175 vezes, nas quais a classe gramatical predominante, também, é a do adjetivo: em 85% é adj e em 15% é N.

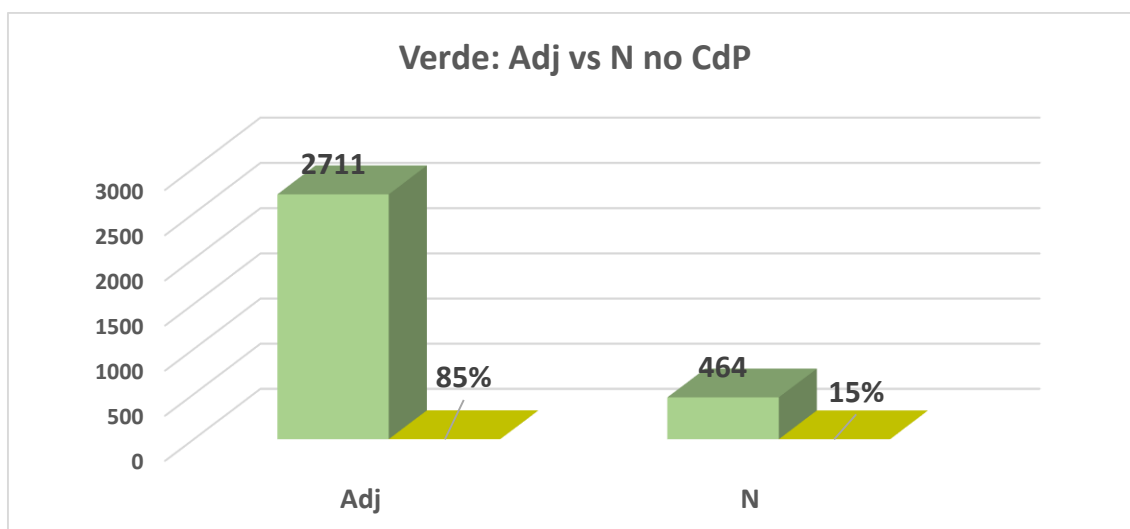


Gráfico 13: classe gramatical do verde no CdP

Como se vê nos gráficos abaixo, as ocorrências das duas classes gramaticais aumentaram linearmente, exceto no século XVIII⁷⁶.

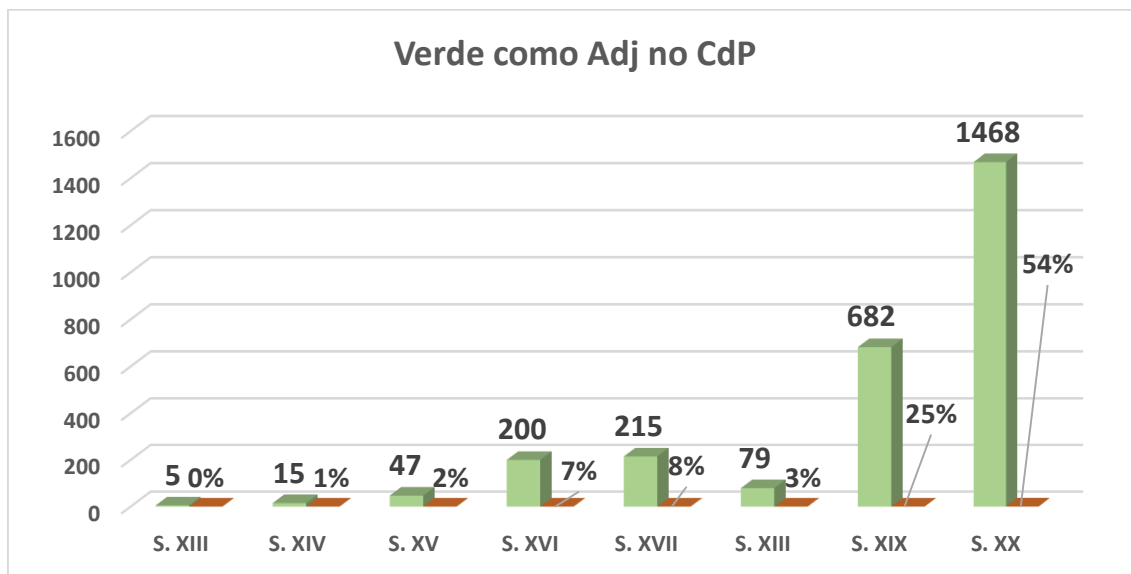


Gráfico 14: O verde “Adj” no CdP

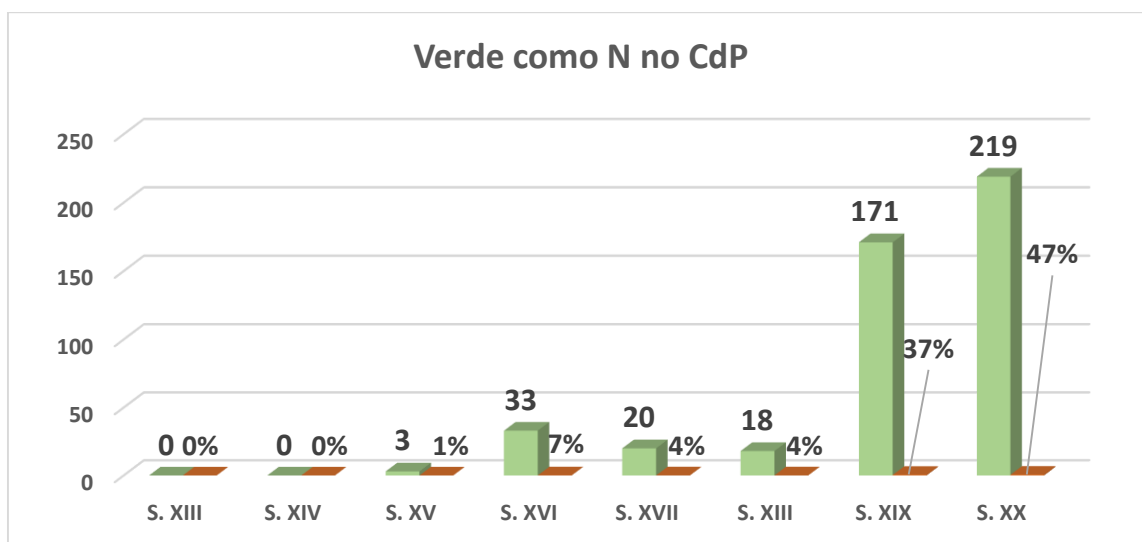


Gráfico 15: O verde “N” no CdP

⁷⁶ No CdP o termo «verde» ocorreu 3175 vezes: de 10,89 milhões de palavras no século XIII, ocorreu 6 vezes (em 5 é adjetivo); ocorreu 16 vezes em 12,43 milhões de palavras no século XIV (em 15 ocorrências é adjetivo); ocorreu 56 vezes em 19,69 milhões de palavras no século XV (em 47 é adjetivo e em 3 é nome); ocorreu 350 em 80,77 milhões de palavras no século XVI (em 200 ocorrências é adjetivo e em 33 é nome); ocorreu 271 vezes em 82,82 milhões de palavras no século XVII (em 215 é adjetivo e em 20 é nome); ocorreu 119 vezes em 54,35 milhões de palavras no século XVIII (em 79 é adjetivo e em 18 é nome); ocorreu 898 vezes em 92,23 milhões de palavras no século XIX (em 682 é adjetivo e em 171 é nome); por fim, ocorreu 2009 vezes em 99,14 milhões de palavras no século XX (em 1468 é adjetivo e em 219 é nome).

No que diz respeito aos derivados formados a partir da raiz «verd», vimos que podem ser divididos nos seguintes grupos: substantivos, adjetivos, verbos e formas idiomáticas. Apresentamos aqui os que foram atestados nos *corpora* consultados:

- Substantivos: verdor, verdoso, verdura, verdeio, verdete, verdejo, reverdecimento, verdeal;
- Verbos: enverdecer, enverdejar, esverdear, esverdinhar, reverdecer, reverdejar, verdejar, verdear, verdecer;
- Adjetivos: verdejante, esverdeado, esverdinhado, esverdido, verdeal.
- Formas idiomáticas: dar verde a; ficar verde de indignação; estar verde para; estar verde de; dar luz verde a.

As gradações de «verde» são denominadas mediante adjetivos, tais como «claro», «escuro», etc. É um procedimento que produziu nomes compostos existentes até hoje na língua portuguesa:

– Raul Pompeia. (Século XIX). *O Ateneu*

«[...] Que tanto pôde o poeta: sobre o solo maldito, onde o café floria e o néveo algodão e o **verde claro** dos milhos de uma rega de sangue, altear a imagem fantástica da bondade [...]»

No *corpus* (CdP) registam-se vários matizes cromáticos relativos a «verde», como se vê nas seguintes combinações sintagmáticas, apresentadas no quadro abaixo:

Ordem	Combinações sintagmáticas	Frequência	Datas
1	VERDE ESCURO	12	Século XVI
2	VERDE INTENSO	8	Século XIX
3	VERDE LOURO	7	Século XVI
4	VERDE BRILHANTE	6	Século XVIII
5	VERDE CLARO	5	Século XIX
6	VERDE PÁLIDO	5	Século XIX
7	VERDE TENRO	5	Século XIX
8	VERDE MAR	5	1712-1721
9	VERDE NEGRO	4	Século XIX
10	VERDE PURO	2	1997

11	VERDE SUJO	2	Século XIX
12	VERDE OBSCURO	1	1982
13	VERDE LÍVIDO	1	Século XIX
14	VERDE LÍMPIDO	1	1901
15	VERDE DESCORADO	1	Século XIX
16	VERDE CLARÍSSIMO	1	Século XIX
17	VERDE CLARINHO	1	1954
18	VERDE CINZENTO	1	1897
19	VERDE DESMAYADO	1	1712-1721
20	VERDE AZULADA	1	Século XX
21	VERDE BEXIGA	1	1712-1721
22	VERDE AZUL	1	1712-1721
	TOTAL	73	

Ao observar este quadro, podemos dizer que há um aumento de combinações a partir da segunda metade do século XVIII. A necessidade de descrever os referentes em pormenor leva ao estabelecimento de muitos matizes cromáticos, que incluem aproximações com referentes conhecidos dos leitores. Como se ve no quadro acima, a maiorias destas combinações está atestada principalmente a partir do século XIX. Neste contexto, optámos por apresentar algumas destas combinações sintagmáticas, segundo a sua primeira atestação no CdP. Veja-se os seguintes exemplos:

– Euclides da Cunha. (Século XIX). *Os Sertões*

«[...] Têm o mesmo carácter os juazeiros, que raro perdem as folhas de um **verde intenso**, adrede modeladas às reações vigorosas da luz [...]»

No caso de “verde escuro”, outro nome composto, com 12 ocorrências no CdP, não localizámos quaisquer formas de gradação por analogia com outra cor. Veja-se o exemplo abaixo:

– Gil Vicente. (Século XVI). *Obra Completa (N-Z)*

«[...] Quere boso que mi bai buscaro poco de venturo que a mi namoraro sai de moça casa sua pai que tem saia **verde escuro** firalga masa que gavião tem boquinho tam sentira eu chamar ele minho vira [...]»

Ao campo cromático de «verde» pertence igualmente o adjetivo «esverdeado»: «do particípio passado do verbo *esverdear*: cor tirante a verde» (DLPC. 2001: 1610); «que tem ou se apresenta com cor tirante a verde ou que a ele se assemelha; verdacho» (Houaiss, 2001). Com efeito, a forma participial, se bem que com prefixo distinto, está na base de outras denominações cromáticas (por exemplo: avermelhado, acastanhado, (a)laranjado, apretado, acinzentado). O que nos importa aqui é apresentar o exemplo que atesta a sua primeira datação nos *corpora* consultados, visto que no Português do Brasil a sua primeira datação é referente ao ano 1836 (Houaiss, 2001 – baseado, por sua vez, no lexicógrafo Solano Constâncio), mas nos *corpora* em questão aparece somente num texto sem data, mas do mesmo século.

– João da Cruz e Souza. (Século XIX). *Últimos Sonetos*

«[...] na feroz cegueira Da morte, o sangue roxo e tenebroso. A serpente do mal e do pecado Um sinistro veneno **esverdeado** Verte do Morto na mudez serena. Mas da sagrada Redenção do Cristo, Em vez do grande Amor, puro, imprevisto [...]»

Por sua vez, a forma feminina «esverdeada», com 56 ocorrências no CdP, aparece num texto de Manoel de Oliveira Paiva:

– Manoel de Oliveira Paiva. (Século XIX). *Dona Guidinha do Poço*

«[...] umas após outra, para um lado faziam tremer os ramos pendentes das moitas, para outro se desmanchavam na praiazinha de areia, levemente **esverdeada** de musgos. [...]»

No CdP, regista-se ainda cinco ocorrências do derivado «verdoengo» (do lat. tardio *verdorencus*), “que tem uma cor tendente para o verde. ≈ esverdeado, verdeal; que ainda não está maduro” (DLPC. 2001: 3728). Segundo Houaiss, que lhe atribui marcação de «regionalismo brasileiro» no uso atual, esta forma já está atestada no século XV. Embora «verdoenga» apareça no nosso *corpus* (CdP) num texto de 1697, a forma masculina é bem mais antiga, pois ocorre uma vez num texto de Francisco de Holanda em 1561:

– Bento Pereira. (1697). *Tesouro da língua portuguesa 2*

«[...] * Verdete. || *Aerugo rasilis*. * Verdoegas. Vide Beldroegas. * **Verdoenga** cousa. || *Crudus, a, um* * Verdugada. Vide Averdugada. * Verdugada [...]»

– Francisco de Holanda. (1561). *Da pintura Antiga*

«[...] o ruivo de enganador e falso; o **verdoengo** de temeroso e de pouco; o alvo, cor de carne e a rosura igoalmente se dá aos vergonhosos [...]»

Conjuntamente, regista-se no CdP o adjetivo «verdeal» (de «verde» + sufixo «-al»), que tem cor tendente para o verde \approx esverdeado. Diz-se também de algumas variedades de árvores ou cereais comuns em Portugal: trigo, uva (DLPC. 2001: 3727). Segundo Houaiss (2001), esta forma está atestada em 1782, embora no nosso *corpus* (CdP) apareça apenas no século XX (*Cordial: SRP28*). Entretanto, no CLP aparece na obra de Bluteau (1638-1734), enquanto no *Dicionario de dicionarios do galego medieval*, «verdeal» aparece em M. C. Barreiro (1995):

– Rafael Bluteau. (1638-1734). *Vocabulario, 1712-28*

«[...] Ao primeiro chamaõ Caijù; he fruta comprida a modo de pero **verdeal**, porém mayor; huns sam amarelos, outros vermelhos, outros tiraõ a huma, & outra cor [...]»

– M. C. Barreiro (1995) «**verdeal**» - adx. «variedade de castiñeiro». Fai referencia á cor verde. Verdeal, «hũa castineira gonçaluo et de outra verdeal» 28.105 (1412). Verdeás, «Jten ho oytáuo dos castineiros vellos verdeás das Curujas» 28.137 (1412)⁷⁷.

Ao mesmo campo cromático pertencem outros derivados formados a partir da mesma raiz «verd». Para tal, veja-se o seguinte quadro:

<i>Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico</i>	<i>Dicionario de dicionarios do galego medieval</i>	<i>Corpus do Português (Século XIII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XIV)</i>	<i>Corpus do Português (Século XV)</i>	<i>Corpus do Português (Século XVI)</i>	<i>Teatro de Autores Portugueses do Século XVI</i>	<i>Corpus Lexicográfico do Português (Século XVI)</i>
enverdecer	1	1		1	1	2	1
enverdejar							
esverdeado							
esverdear							
esverdeado							
esverdear							
reverdecer					4	1	1
reverdecimento							
reverdejar							
verdão							
verde N				3	33	15	10

⁷⁷ M. C. Barreiro. (1995). *A documentación notarial do concello de Noia (ss. XIV-XVI)*.

verde Adj	5	5	15	47	200	51	27
verdengo							
verdente							
verdiana							
verdoengo					1		
verdoso							
verdunizar							
verdura			1	5	38	27	5
verdejar							
verdeal	1						1
verdear							
verdecet							
verdeio							
verdejante							
verdolengo							
verdor					1		
verdete						1	2
esverdido	1						
verdejo			1				

<i>Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico</i>	<i>Corpus do Português (Século XVII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XVIII)</i>	<i>Corpus do Português (Século XIX)</i>	<i>Dicionário Morais</i>	<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Candido de Figueiredo)</i>	<i>Corpus do Português (Século XX)</i>	<i>CRPC</i>	<i>CETEMPúblico</i>
enverdecet	1			✓	✓		1	
enverdejar					✓			
esverdeado			8		✓	31	74	37
esverdear					✓	2	3	
esverdinhado			4		✓	5	12	
esverdinhar					✓			
reverdecet	4	2	2		✓	3	13	
reverdecimento							1	
reverdejar					✓			
verdão						6	12	
verde N	20	22	171	✓	✓	219	748	664
verde Adj	215	79	682	✓	✓	1468	23148	19469
verdengo						1		
verdente								
verdiana						10	30	26
verdoengo			3	✓	✓	1	4	
verdoso		2	1	✓	✓	2	4	
verdunizar								
verdura	32	16	195	✓	✓	67	322	
verdejar	1	1	3	✓	✓	1	9	
verdeal				✓	✓	4	4	6
verdear	2	1		✓	✓		1	
verdecet				✓	✓		1	

verdeio					✓	1		
verdejante			29		✓	22	123	103
verdolengo								
verdor	5	2	30	✓	✓	10	21	
verdete	1		2	✓	✓	8	33	19
esverdido					✓			
verdejo								

Conforme já tínhamos referido anteriormente, a cor verde ocupa uma posição muito elevada na conceção do mundo, tem uma presença forte, nomeadamente nos sistemas linguísticos que têm um léxico muito desenvolvido, como é o caso do Português. Em relação à criação de novas unidades a partir dos processos de formação de palavras assinalados anteriormente, constatamos que no caso do verde, como se pode observar no quadro acima, o processo de formação de palavras predominante nos derivados atestados nos *corpora* é a sufixação, sendo que a maioria foi atestada, frequentemente, nos séculos XIX e XX, exceto as seguintes formas sufixadas e parassintéticas: a raiz «verd» mais o sufixo nominal «ejo», que forma substantivos e adjetivos com valor diminutivo (**verdejo**), aparece apenas no século XIV e deixou de ser usada depois; «verd» mais o sufixo «ura», que forma substantivos a partir de adjetivos (**verdura**), está atestado desde o século XIV (exemplo 2); «verdor», «verdete» e a forma parassintética «reverdecer» ocorrem no século XVI (exemplos 3, 4 e 5); «verd» mais os sufixos verbais «ejar» e «ear» estão atestados desde o século XVII (**verdejar** e **verdear**, nos exemplos 6 e 7); e, por último, «verd» mais o sufixo «oso», que forma adjetivos a partir de substantivos (**verdoso**), tem como primeira atestação no CdP o ano de 1780 (exemplo 8):

1- Crónica Geral de Espanha de 1344. (1300-1400)

«[...] e a outra parte era tam verde como hũa muy verde esmeralda ou outra cousa que de **verdura** nom podesse seer vencida; e a outra parte do paaço, que era em contra desta, era tanto clara como se fosse hũu fino cristal que mais nõ podesse seer [...]»

2- João de Barros. (Século XVI). Décadas da Ásia (Década Terceira, Livros I-X)

«[...] a que chamam sagum, que é o miolo de ũa árvore à semelhança da palmeira, senão que a folha é mais branda e macia, e o **verdor** seu é um pouco escuro, cujo toro tem altura de vinte palmos, e no cima lança uns cachos como palmeira de tâmaras [...]»

4- Rafael Bluteau. (1712-28). Vocabulário,

«[...] & c. A sua cor verde, he **Verdete**, Verde montanha, Verdaxo, Cinzas verdes, Verde bexiga, & c. A sua cor azul, he Azul de Sevilha, Esmalte, Anil, & c. Color, ou Colos, oris. Masc. [...]»

5- João de Lucena. (1600). *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*

«[...]qual está de alguns anos a esta parte debaixo da crueldade de Faxiba, servindo-lhe, porém, o ferro de poda para crescer e para mais **reverdecer** o fogo como a antiga sarga, ou como serve de maior resplendor o ouro fino [...]»

6- Bento Pereira. (1697). *Prosodia 4*

«[...] O administrador, que com engano rouba o fisco Incr.l. Amalth. * *Intervigilo, as, avi, atum.* || Vigiar aos poucos, ou entre, dormir quasi vigiando. 3.4.b. Senec. * *Intervireo, es, ui.* || **Verdejar** em partes, entre, ou pello meio. 3.b. Claud.de Ropt. 2.!! * *Interviso, is, si, sum.* [...]»

7- António Delicado. (1651). *Adagios*

«[...] ninguém enche o çeleiro. Dia de S. Vicente, toda a agua he quente. E. Em Ianeiro poemte no outeiro, se vires **verdear**, poemte a chorar, & se vires terrear, poemte a cantar. Em Ianeiro secca a ouelha suas madeixas no fumeiro, & em Março no prado, & em Abril as vay ordir. Em Ianeiro, sette capellos, & hum sombreiro [...]»

8- Francisco Rolland. (1780). *Adagios, proverbios, rifãos e anexins da lingua portugueza*

«[...] Já o corvo não ha de ter as azas mais negras. Já tendes fantasia, mancebinho de **verdoso**. Já come o pão aos meninos. Já não sou, quem ser sohia; tenho o sangue frio. Já aquelle jaz. Já a burra jaz no pó [...]»

4- **Alguns dados do castelhano**

A forma «verde» é sem dúvida a denominação mais frequente desta cor (Junius, 1583; Bravo, 1628; Nouvelle, 1695; e outros). Aliás, a maioria dos termos latinos, na sua tradução para o português, adquire uma forma descritiva por falta do seu equivalente neste idioma. Por exemplo, o termo latino *vitreus* é traduzido por «côr de vidro, claro, de vidro», enquanto a forma *venetus* é traduzida por «côr verde-mar» (Cretella, 1956: 1325). Já *prasinus*, é traduzido por «verde (Cretella, 1956: 961), de prásinos, cocheiros vestidos de verde nos jogos de Circo» (Firmino, 1907-2001). Porém, ao mesmo tempo, no *Boosco Deleitoso* (1400-1451), aparece a forma portuguesa **ervoso**, que equivale ao latim *herbōsus*, embora outro nome latino (*glaucus*) tenha sido explicado por «verde, côr de

mar, verde-claro» (Cretella, 1956: 510). Em castelhano, Magiserus (1603)⁷⁸ também traduz *venetus* por «cor do mar», mas *vitreus*, para esse autor, significa «coisa de matéria de vidro». Martínez (1570) traduz *glaucinus* por «coisa verde um pouco», *glaucus* por «coisa entre verde e branca», e *viridis* e *prasinus* por «coisa verde em cor», enquanto Fernández (1569) traduz *atticarum* por «verde e branco misturado com vermelho».

No que diz respeito às nuances do verde, elas podem ser divididas em dois grupos. O primeiro é formado pelos nomes que destacam apenas a saturação da cor, e que são os seguintes: «verdescuro», que aparece em *Cancioneiro de Resende* (Garcia de Resende, 1516) e «verde escuro» (Gil Vicente, século XV); «verdoso» (Rolland, 1780); «verde claro» (Raul Pompeia, século XVIII); «mais verde» (Cantigas de Santa Maria 3, século XIII). O segundo grupo inclui misturas de verde com outras cores, sejam cromáticas ou acromáticas: «verde negro» (Manoel de Oliveira Paiva, século XVIII); «verde de cancha» (Diário da Viagem de Vasco da Gama, 1498), «verde de uvas» (Bento Pereira, 1697).

Outra maneira de graduar a cor é através dos sintagmas, cujo componente pode ser associado a uma determinada cor. Assim, foi formado «**verde cinzento**» (Júlia Lopes de Almeida, 1897). Alguns autores servem-se também da forma descritiva para designar esta cor: «**cor de mar**» (Bento Pereira, 1697).

Existem, também, outras denominações da cor verde que iremos apresentar aqui:

Azeytuni (Molina, 1555) – «couleur d'olive», atualmente equivale a «azeitonado» em português;

Verdemar (Luna, 1625) – o autor traduziu-o para o francês «verd de mar», e no CdP apareceu no texto de Manoel Thomas (1625), sendo provável que se trate da mistura do verde com o azul;

Trigueño (Hornkens, 1599; Qudin, 1607; Lexicon, 1660; Tesoro, 1671) – traduzido por Qudin (1607) como «verde d'oye»; em Tesoro é definido como «color pallido», apesar de os dicionários modernos afirmarem que tem mais que ver com a cor morena do que com a cor verde: «aplicado às pessoas pela cor da sua pele. De cor morena dourada», tendo em português o seu equivalente «trigueiro» (triguenho): cuja cor é escura como a do trigo maduro; moreno. Corominas (1957, IV: 375) nota que este termo substitui moreno em algumas regiões de Espanha; no entanto, Hornkens explica: «verde &

⁷⁸ Citado por Stala.

blassarde», em *Lexicon*: «color triqueño», «verde pálido», o que nos faz supor que, nesse período (século de Ouro), *triguenho* foi, sem dúvida, um dos nomes das nuances do verde e talvez com o tempo tenha adquirido uma outra nuance de trigo, de onde virá o seu nome, ou seja, o trigo maduro;

Ervoso (Manuel Quintano, 1655), herboso (Covarrubias, 1611) – tradução castelhana do lat. *Herbeus*;

Sinoble (Trognesius, 1639) – traduzido por «verde en armoires», do francês *sinople* e do grego *sinopsis* «tierra de sinope» através do latim; em francês designava uma árvore de cor vermelha, depois, até ao século XIV, a cor verde (a mudança dá-se neste século) «par un changement de sens inexpliqué» segundo Wartburg e Bloch (1968: 593 – em Stala: 126). Segundo Corominas (Dceceh, 1980 IV: 234), «explicable seguramente por circunstancias históricas de la heráldica»; o mesmo autor dá como primeira documentação o dicionário de Qudin, de 1607. Atualmente, a forma *sinoble* («sinople» em português) significa «cor verde dos brasões», representada na ausência de cor por traços paralelos, traços diagonais que descem da esquerda para a direita (DPLP).

VI- Conclusão:

Na elaboração deste trabalho, recorremos a várias estratégias e métodos, a fim de que o nosso estudo atingisse os objetivos preconizados. Assim, utilizámos vários métodos: começámos por ler referências que têm relação com o nosso tema, sejam livros ou artigos, depois fizemos a recolha bibliográfica, que nos permitiu seleccionar o leque de fontes que sustentaram tanto a nossa fundamentação teórica como o caso prático tratado, buscamos destacar a contribuição das cores para a ampliação lexical. Ainda recorremos aos métodos de observação e verificação na identificação e contagem das ocorrências dos termos descritos, examinando os exemplos atestados nos referidos *corpora*, a fim de averiguar os mais típicos para o nosso trabalho como também, realizamos um pequeno estudo sobre as associações sintagmáticas.

Em seguida, apresentámos o esquema da parte que diz respeito às duas cores (vermelho e verde). Cada parte contém os nomes que designam uma das referidas cores em questão e os seus derivados descritos cronologicamente nos *corpora* mencionados anteriormente. Além disso, também tomámos como base referências espanholas e francesas, ou seja, obras e dicionários que vimos serem importantes para a nossa análise comparativa, como, por exemplo: *Covarrubias y Horozco S.* (1611); *Trognesius C., J.* (1639).

Este estudo concentra-se na categoria do léxico que se refere à apreciação cromática e, em menor grau, à valorização conotativa. Uma das conclusões mais gerais deste trabalho aqui levantada diz respeito à influência de nossos corpos sobre a construção do significado e, conseqüentemente, a existência de significados potencialmente universais. Esta noção é amplamente acolhida pela Semântica Cognitiva e vem desconstruindo postulados há tanto tempo tomados como verdades incontestáveis, conforme pode ser visto nos casos do ponto (II. 2) sobre a categorização.

A análise dos nomes de cor em questão e os seus equivalentes em latim permitiu-nos observar e atestar os métodos que os portugueses usaram para criar o vocabulário cromático e verificar como ele se desenvolveu ao longo dos séculos em apreço. O desenvolvimento do léxico cromático depende, em grande parte, do uso de substâncias colorantes, já que a partir do século XVI, juntamente com o desenvolvimento da pintura, o número das denominações cromáticas cresceu enormemente. Também a indústria contemporânea, com a sua imensidão de cores e novas nuances, leva-nos à criação de

novos nomes de cores e ao desenvolvimento de novas estruturas sintagmáticas. Ainda, concluímos que, em relação à nomeação dos nomes que designam cor, as palavras construídas a partir dos termos básicos de cor permitem a nomeação de variantes da cor básica em conformidade com as suas três principais dimensões: a tonalidade, a luminosidade e a saturação.

O uso da linguagem está diretamente ligado ao conhecimento da realidade, cujas unidades se apresentam pelo processo da definição. Sendo a configuração corpórea do homem um elemento de natureza comum a todos os membros dessa espécie, ela parece ser capaz de transpor as limitações históricas, geográficas e culturais dos povos, deixando transparecer que, ainda que sejamos diferentes uns dos outros, alguns aspetos da nossa natureza nos mantêm unidos de certa forma, o que nos leva a pensar de modo muito semelhante. Em virtude do que foi mencionado anteriormente, podemos dizer que a cor pode ser linguisticamente expressa em termos de intensidade com recurso a nomes de qualidade construídos com base nos adjetivos de cor.

Não há dúvida de que a principal categoria gramatical das denominações das duas cores estudadas é o adjetivo. No caso do vermelho, como foi atestado no CdP: de uma totalidade de 2003 ocorrências, o termo «vermelho» é adjetivo em 91% e nome em 9%, excluindo as ocorrências em que foi atestado com nomes próprios. Já o termo «verde» regista 6111 ocorrências: em 4208 ocorrências é adjetivo e em 1903 é nome. Com base nos dados recolhidos do CdP, concluímos que a relação entre nome e adjetivo se altera ao longo do tempo e as frequências do termo «vermelho» como nome começaram a ser mais elevadas a partir do século XVI.

No decorrer deste trabalho, também podemos verificar que vários são os processos disponíveis em português para a criação de novas denominações cromáticas a partir dos nomes de cor básicos: prefixação, derivação por sufixação, além da composição. No que diz respeito às duas cores estudadas, constatámos que a prefixação parece não constituir um processo principal para nomes e adjetivos. Com efeito, o processo mais produtivo em termos de número de formas atestadas nos *corpora* é a derivação por sufixação. No caso do vermelho, constatámos que o processo de formação predominante nos derivados atestados nos *corpora* é a sufixação, sendo que a maioria se atesta nos séculos XIX e XX, exceto os seguintes sufixos: «**ão**» – sufixo nominal que forma nomes e adjetivos (com valor aumentativo) e que está atestado desde o século XVI; «**ejar**» – sufixo verbal

atestado no século XVII; e, por último, a palavra parassintética «**avermelhado**», que, por sua vez, ocorre no século XVI.

No caso do verde, o processo predominante nos derivados atestados nos *corpora* é a sufixação, sendo que a maioria se atesta nos séculos XIX e XX, exceto as seguintes formas sufixadas e parassintéticas: a raiz «verd» mais o sufixo nominal «ejo», que forma substantivos e adjetivos com valor diminutivo (**verdejo**), ocorre apenas no século XIV e deixou de ser usado imediatamente a seguir; «verd» mais o sufixo «ura», que forma substantivos a partir de adjetivos (**verdura**), está atestado desde o século XIV; «**verdor**», «**verdete**» e a forma parassintética «**reverdecer**» surgiram no século XVI; «verd» mais os sufixos verbais «ejar» e «ear» estão atestados desde o século XVII (**verdejar** e **verdear**); e, por último, «verd» mais o sufixo «oso», que forma adjetivos a partir de substantivos (**verdoso**), tem como primeira atestação no CdP o ano de 1780.

Em suma, este estudo, conforme foi mencionado no início, não pretende ser um estudo exaustivo, sendo apenas uma abordagem ao léxico cromático, baseada nas duas cores em questão. No entanto, os dados reunidos podem ser o ponto de partida para várias análises que abordem a evolução de todas as cores. Com este trabalho, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de investigação no domínio da denominação da cor em português. As perspectivas de novas análises parecem amplas e de natureza diversa. Com esta modesta contribuição, convidamo-lo cordialmente para a fascinante área do léxico cromático português.

VII- Bibliografia:

- André, J. (1949). *Étude sur les termes de couleur dans la langue latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck.
- Aulete, F.J. Caldas (1948-1952). *Dicionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3ª edição atualizada. Lisboa, Parreira António Maria Pereira.
- Baran, M. (1996). *Estudio semántico – pragmático de los nombres básicos de los colores en las lenguas española y francesa*, Łódź (tese de graduação).
- Barreiro, M. C. (1995). *A documentación notarial do concello de Noia (ss. XIV-XVI)*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela [Glosario, pp. 155-456] em CLP (*Corpus Lexicográfico do Português*).
- Berlin, B & Kay. P. (1969). *Basic Color Terms: Their Universality and Evolution*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Berlin, B & Kay, P. (1999). *Basic color terms: their universality and evolution*. Stanford: CSLI publications.
- Biderman, M. T., Nascimento, M. F. B. & Pereira, L. S. (2007) *Uso das cores no português brasileiro e no português europeu*. In: Isquierdo, A. & Alves, I. (eds.), *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*, vol. III, UFMS, p. 105-124.
- Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulário Portuguez & Latino: áulico, anatómico, architectonico*. 8 v. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Bouasse, H. (1917). *Vision et reproduction des formes et des couleurs*, Paris, Delagrave. Disponível em: <https://archive.org/details/visionetreprodu00bouagoog/page/n12> [consultado 15 de novembro de 2016]
- Brangel, L. M. (2011). *O tratamento lexicográfico de vocábulos de cores na perspectiva da semântica cognitiva*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Bruner, J.S., Goodnow, J.J., Austin, G.A. (1962), *A Study of Thinking*. New York: Science Editions.
- Cardeira, E. et al. (2016). *A especulação das cores*. In: Giochi di specchi. Modelli, Tradizioni, Contaminazioni e Dinamiche Interculturali nei e tra i Paesi di Lingua

Portoghese, Publisher: Edizioni ETS, Editors: Monica Lupetti, Valeria Tocco, pp.561-570

Carvalho, Anabela Morgado de. (1994). *Nomes de cor num corpus especializado. Moda e vestuário nos últimos trinta anos (Contribuição para a descrição lexicográfica dos nomes de cor)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado, FLUL.

Catherine A. Callaghan. (1979). *Miwok Color Terms*. International Journal of American Linguistics 45, no. 1, p. 1-4.

Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain. (1906-1993). *Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*; tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Lisboa: Teorema, D. L.

Corominas, Joan e José A. Pascual. (1984-1991). *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Vol. IV. Ed. Gredos, S. A. Madrid.

Corpus do Português. Disponível em : <http://www.corpusdoportugues.org> [consultado 11 de outubro de 2016].

Corpus Lexicográfico do Português, Universidade de Aveiro e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Corpus.aspx> [consultado 20 de abril de 2017]

Correia, M., & Barbosa, S. (2014). *Para o estudo da denominação da cor em português: estrutura e significado dos nomes e adjetivos construídos*. Filologia E Linguística Portuguesa, 15(2), 358-406.

Coseriu, E. (1977). *Princípios de semântica estrutural*. Madrid, Gredos.

Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio. (1987). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª edição (corrigida e aumentada). Porto, Porto Editora.

Covarrubias Orozco, S. (1984). *Tesoro de la lengua castelhana o española*. Madrid: Turner.

Cretella, José Júnior e Cintra, Geraldo de Ulhôa. (1956). *Dicionário latino-português*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Cunha, Antônio Geraldo da. (2007). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3ª ed., 2ª impr. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.

Dicionário de dicionários do galego medieval- Corpus lexicográfico medieval da língua galega, Instituto da Língua Galega, disponível em: <http://sli.uvigo.es/DDGM>

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. (2003-2015). Porto: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>

Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa. (2001). Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vol. Lisboa: Verbo.

Dubois, J. (1971). *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*, Paris: Librairie Larousse.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição, revista e aumentada. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

Figueiredo, C. (1996). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 25ª edição, Betrand Editora. Venda Nova.

Figueiredo, C. (1846-1925). *Novo dicionário da língua portuguesa*. - 7ª ed. 2 vol. Lisboa: Bertrand.

Firmino, N. (1907-2001). *Dicionário latino-português*. 4ª ed. rev. e ampliada. São Paulo.

Gatschet, A. (1879). *Adjectives of Color in Indian Languages*. The American Naturalist, 13(8), p. 475-485. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/2448996>

Gleason, H. (1969). *An Introduction to Descriptive Linguistics*. London, New York, Sydney & Toronto: Holt, Rinehart and Winston.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (1960). Lisboa, Editorial Enciclopédia.

Herbert, H. C. & Eve, V. C. (1977). *Psychologie and language: an introduction to psycholinguistics*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.

Houaiss, A. Mauro de Salles Villar e Francisco Manoel de Mello Franco. (2005). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 18 vol. Lisboa: Temas e Debates.

Yasmine Jraissati. *Couleur, culture et cognition: examen épistémologique de la théorie des termes basiques*. (2009). Philosophie. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Français. Retirado de: <https://tel.archives-ouvertes.fr>

- Kay, D. & McDaniel, Ch. K. (1978). "The Linguistic Significance of the Meanings of Basic Color Terms", *Language*, vol. 54, p. 610-628.
- Kleiber, G. (1990). *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kleiber, G. (1990). *La sémantique du prototype*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Kornerup, A & Wanscher, J. H. (1978). *Methuen Handbook of Colour*. London: Eyre Methuen.
- Kövecses, Z. (2006). *language, mind and culture*. New York: Oxford University Press.
- Kristol, A. M. (1978). *Color: les langues romanes devant le phénomène de la couleur*. Berne: Editions Francke.
- Lakoff, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago/ London: The University of Chicago Press.
- Leduc-Adine, J. P. (1980), "Polysémie des adjectifs de couleur", *Cahiers de Lexicologie*, vol. 37, p. 67-90.
- Lehrer, A. (1974). *Semantic Fields and Lexical Structure*. Amsterdam: North-Holland; New York: American Elsevier.
- Lorenzo, R (1968). *Sobre cronologia do vocabulário galego-português*. Vigo: Galaxia em DDGM (*Dicionario de dicionarios do galego medieval - Corpus lexicográfico medieval da língua galega*, Instituto da Língua Galega).
- Lorenzo, R. (1977). *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Vol II (Glosario). Ourense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo.
- Lyons, J. (1963). *Semântica Estrutural*. Lisboa: Presença.
- Magnus, H. & Soury, J. (1878). *Histoire de l'évolution du sens des couleurs*. Paris: Ed: C. Reinwald et C^{et}, Libraires-Editeurs.
- McNeill, N. B. (1972). *Colour and Colour Terminology*. *Journal of Linguistics* Vol. 8, No. 1, pp. 21-33
- Mokhtar, A. O. (1982/1997). *A língua e a cor*. Faculdade da casa de ciências da Universidade de Cairo. Áalam Al-Kutub linachr wa tawzía. Cairo

- مختار أحمد عمر. (1997/1982). اللغة و اللون. كلية دار العلوم جامعة القاهرة. عالم الكتب للنشر و التوزيع- القاهرة.

Moliner, M. (1994). *Diccionario de uso del español*. Madrid: Gredos, cop. - 2 vols. (LII, 1446, 1585 p.).

Morais, A. S. (1755-1824). *Diccionario da lingua portugueza*. 8ª ed. rev. e melh. - Lisboa: Empreza Litteraria Fluminense, 1890-1891. - 2 vol. (882, 1067 p.).

Morais E Silva, António de. (1945). *Grande dicionário da Língua Portuguesa*. (12 vols.). 10ª edição (revista, corrigida e muito aumentada poor Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado). Lisboa, Editorial Confluência.

Muga, H. (2005). *Psicologia da arquitectura*. Vila Nova de Gaia: ed. Gailivro.

Nunes, F. (1604). *Arte da Pintura, Symmetria, e perspectiva*. Lisboa. Oficina de João Baptista Alvares. Disponível em: <http://purl.pt/777/1/index.html#/10/html> [Consultado no dia 23 de setembro de 2017].

Nunes, José Horta e Petter, Margarida. (2002). *Dicionários portugueses, breve história*, in História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro. São Paulo, Humanitas / FFLCH / USP: Pontes.

Pastoreau, M. (1993-1997). *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade*. Lisboa: Estampa.

Pastoreau, M. (2014). *Green: the history of a color*. New Jersey: Princeton University Press. Tradução: Jody Gladding (edição inglesa).

Pedrosa, I. (2002). *Da cor à cor inexistente*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Ed Léo Cristiano.

Piedade, M. A. R. (1983). *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência.

Pinto. L. M. S. (1832). *Diccionario da Língua Brasileira*. Natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva. Pp. 137 ii.

Ribeiro, L. A.A. & Cândido, G. V. (2008). O universalismo semântico cognitivo em um estudo sobre termos básicos referentes a cores na língua indígena Shanenawa (Pano): *Ciências & Cognição*. Vol. 13: 152-162.

Roca Garriga, P. (1954), “Los términos de color en la toponimia catalana”, *Revista de Filología Española*, vol. 38, p. 251-256.

Roque. G. (2006). *Tous est couleur*. Centre de recherche sur les arts et le langage.

Consultado a 10 de Fevereiro de 2016, em:

http://sagascience.cnrs.fr/doschim/decouv/couleurs/tout_couleur.html

Rosch, E. H. (1973). *On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories*. In T. E. Moore (ed.), *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. Academic. pp. 111-144.

Said. A. M. (1931). *Nomes de cores*. Revista de Philologia e de Historia I. pp. 143-164.

Sampoya, D. C. (1788). *Dissertação sobre as cores primitivas: com hum breve tratado da composição artificial das cores*. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Consultado a 15 de abril de 2017 em:

<https://books.google.pt/books?id=m75bAAAACAAJ&pg=PA147&lpg=PA147&dq=tratado+das+cores&source=bl&ots=3HTerbUIo6&sig=fYLyszpyLw8kXpS03F8gUnBBq58&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwi7gbbKzM3MAhVK3SwKHxQLDbQQ6AEIRzAI#v=onepage&q=tratado%20das%20cores&f=false>

Saussure, F. de. (2006). *Curso de Lingüística Geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix.

Sinclair, J. (1987), *Looking Up*. An Account of the COBUILD Project in Lexical Computing. London: HarperCollins.

Stala, E. (2011). *Los nombres de los colores en el español de los siglos XVI-XVII*. Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Consultado a 18 de Julho de 2016 em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/los-nombres-de-los-colores-en-el-espanol-de-los-siglos-xvi-xvii/003da84a-a02e-11e1-b1fb-00163ebf5e63.pdf>

Szalek, J. (2005). *Los colores y su semántica en las expresiones fraseológicas españolas*. Studia Romanica Posnaniensia. UAM. Vol. 32. Poznań, disponível em: https://repozytorium.amu.edu.pl/bitstream/10593/3139/1/09_Jerzy_Szalek_Los_colores_y_su_semantica_87-96.PDF

Tato Plaza. F. R (1986). *Léxico do Libro de Actas do Concello de Santiago (1416-1422)*. Vol. I (Glosario A-D). Memoria de licenciatura. Universidade de Santiago de Compostela.

Taylor, J. R. (2003). *Linguistic Categorization*. New York: Oxford University Press.

Teatro de Autores Portugueses do século XVI, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos de Teatro, disponível em: <http://www.cet-e-quinheiros.com> [consultado a 18 de agosto de 2017].

Trognésius, C. J. (1639). *El grande dictionario y thesoro de las tres lenguas española, francesa y flamenca*, Anvers.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis. (1920). *Glossário do Cancioneiro da Ajuda*. Revista Lusitana 23. Pp. 1-95.

Vilela, Mário. (1990). *Dicionário do Português Básico*. Porto, Edições Asa.

Whorf, B.L. (1956). *Language, thought and reality*. Cambridge: MIT Press.

Wotjak, G. (1992). *Estudios de lexicología y metalexicografía del español actual*. Tübingen: Verlag Nimeyer.

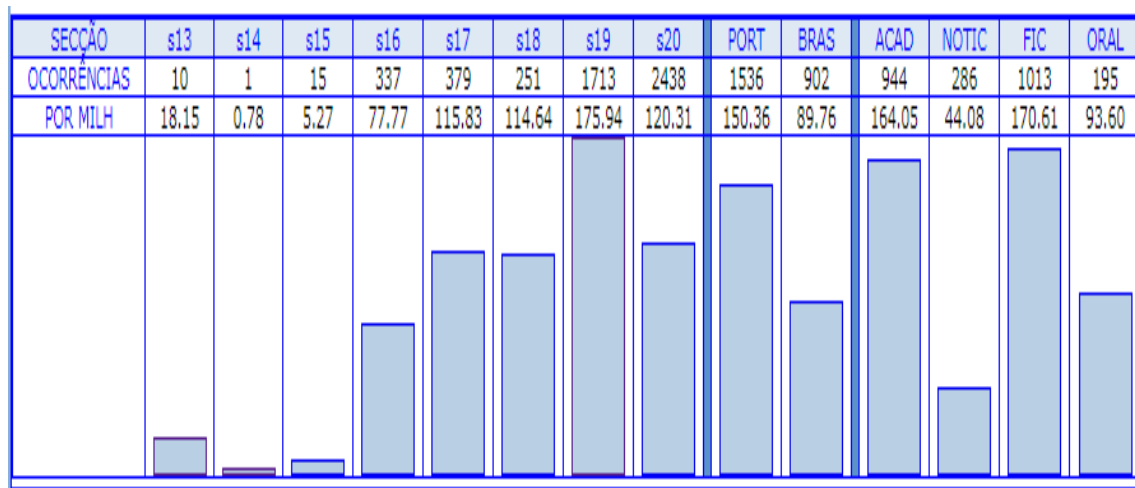
Zavaglia, C. (2006). *Dicionário e cores*. Alfa, São Paulo, n.2, v.50, p.25-41.

Zollinger, H. (2009). *A Linguistic Approach to the Cognition of Color Vision in Man*. Folia Linguistica, Vol. 9(1-4), pp. 265-294. Consultado a 16 de Maio de 2018, em: <https://www.degruyter.com/view/j/flin.1976.9.issue-1-4/flin.1976.9.1-4.265/flin.1976.9.1-4.265.xml>

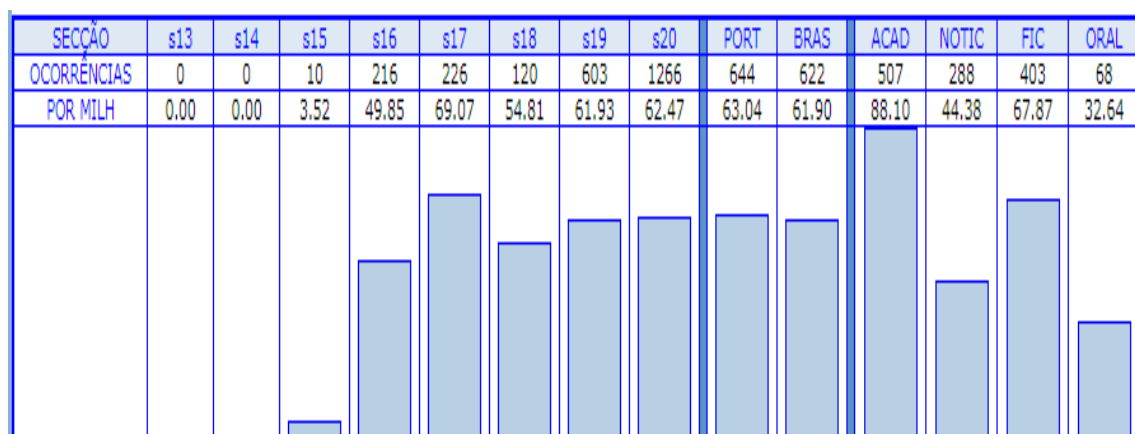
VIII- Anexo:

1) Variantes da palavra *cor* no CdP:

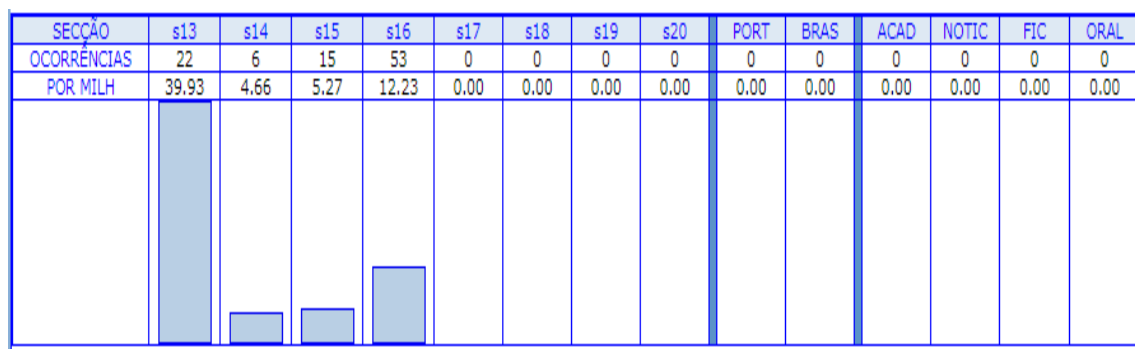
- *Cor*



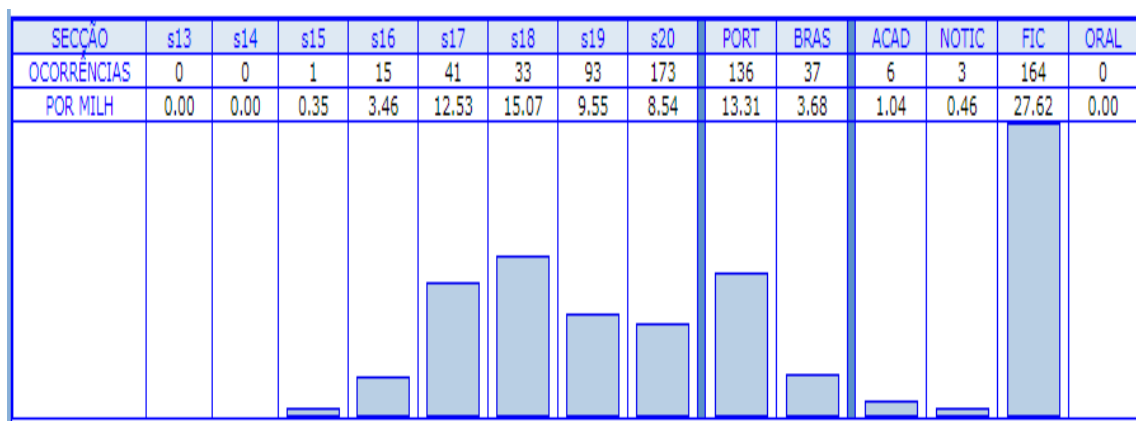
Cores:



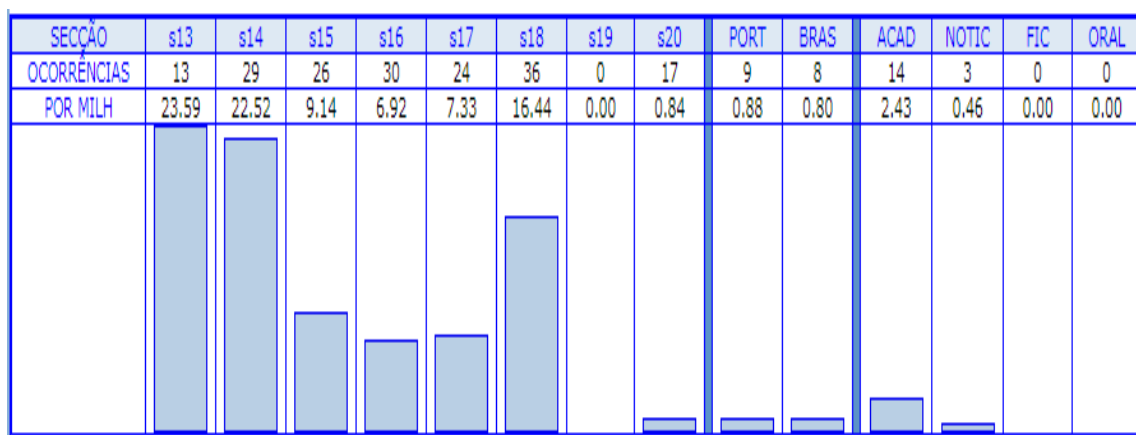
Coor:



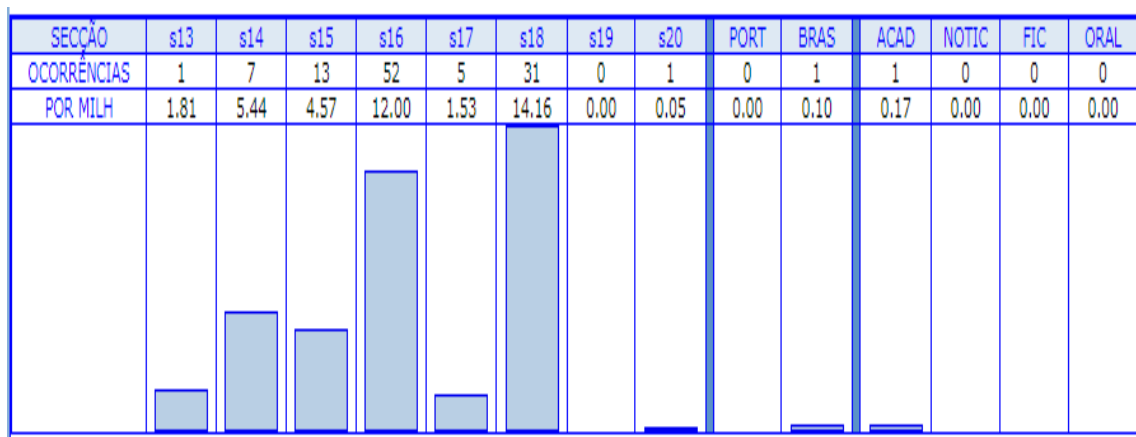
Côr:



Color:



Colores:



Còr:

SEÇÃO	s13	s14	s15	s16	s17	s18	s19	s20	PORT	BRAS	ACAD	NOTIC	FIC	ORAL
OCORRÊNCIAS	0	0	0	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0
POR MILH	0.00	0.00	0.00	0.00	1.53	0.46	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Cór:

SEÇÃO	s13	s14	s15	s16	s17	s18	s19	s20	PORT	BRAS	ACAD	NOTIC	FIC	ORAL
OCORRÊNCIAS	0	0	0	1	102	5	6	2	1	1	0	0	2	0
POR MILH	0.00	0.00	0.00	0.23	31.17	2.28	0.62	0.10	0.10	0.10	0.00	0.00	0.34	0.00

O vermelho no CdP:

SEÇÃO	s13	s14	s15	s16	s17	s18	s19	s20	PORT	BRAS	ACAD	NOTIC	FIC	ORAL
OCORRÊNCIAS	4	12	51	127	110	49	497	1160	637	523	336	263	502	59
POR MILH	7.26	9.32	17.93	29.31	33.62	22.38	51.04	57.24	62.36	52.05	58.39	40.53	84.55	28.32

O verde no CdP:

